



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
LABORATÓRIO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM
JORNALISMO**

ALINE PEREIRA CABRAL

**TECENDO NARRATIVAS NO CAMPO DA CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO: ANÁLISE
DOS ENQUADRAMENTOS MUDIÁTICOS SOBRE EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS
EM COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS**

CAMPINAS

2023

ALINE PEREIRA CABRAL

TECENDO NARRATIVAS NO CAMPO DA CIÊNCIA DA EDUCAÇÃO: ANÁLISE
DOS ENQUADRAMENTOS MIDIÁTICOS SOBRE EVIDÊNCIAS CIENTÍFICAS
EM COMPETÊNCIAS SOCIOEMOCIONAIS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos da Linguagem e do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo, da Universidade Estadual de Campinas, como requisito para obtenção do Título de Mestra em Divulgação Científica e Cultural na área de Divulgação Científica e Cultural

Orientadora: Sabine Righetti

ESTE TRABALHO CORRESPONDE À
VERSÃO FINAL DA DISSERTAÇÃO
DEFENDIDA PELA DISCENTE ALINE
PEREIRA CABRAL, E ORIENTADA
PELA PROFA. DRA. SABINE
RIGHETTI.

CAMPINAS

2023

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Tiago Pereira Nocera - CRB 8/10468

C112t Cabral, Aline, 1991-
Tecendo narrativas no campo da ciência da educação : análise dos enquadramentos midiáticos sobre evidências científicas em competências socioemocionais / Aline Pereira Cabral. – Campinas, SP : [s.n.], 2023.

Orientador: Sabine Righetti.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Jornalismo científico. 2. Educação. 3. Habilidades pessoais. 4. Jornalismo educativo. 5. Comunicação na ciência. I. Righetti, Sabine, 1981-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações Complementares

Título em outro idioma: Narratives in the field of educational science : frase analysis on scientific evidence in social-emotional skills

Palavras-chave em inglês:

Science journalism

Education

Soft skills

Journalism educational

Science communication

Área de concentração: Divulgação Científica e Cultural

Titulação: Mestre em Divulgação Científica e Cultural

Banca examinadora:

Sabine Righetti [Orientador]

Vanessa Veiga de Oliveira

Simone Pallone de Figueiredo

Data de defesa: 19-12-2023

Programa de Pós-Graduação: Divulgação Científica e Cultural

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0009-0008-7586-0116>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/1817832745216519>



BANCA EXAMINADORA

Sabine Righetti

Simone Pallone de Figueiredo

Vanessa Veiga de Oliveira

**IEL/UNICAMP
2023**

Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós Graduação do IEL.

Dedicatória

*À minha família, pelas raízes que me permitem
sair das Gerais sem nunca esquecer de onde vim
e quem sou.*

Epígrafe

*“Quando nasci um anjo esbelto,
desses que tocam trombeta, anunciou:
vai carregar bandeira.
Cargo muito pesado pra mulher,
esta espécie ainda envergonhada”.*

(Adélia Prado)

*“Aguarda-nos amparada, dada em neblinas,
coroadada de frimas, aspada de epítetos: Alterosas,
Estado montanhês, Estado mediterrâneo, Centro,
Chave da Abóbada, Suíça brasileira, Coração do
Brasil, Capitania do Ouro, a Heroica Província,
Formosa Província. (...) Minas — a gente olha, se
lembra, sente, pensa. Minas — a gente não sabe”.*

(João Guimarães Rosa)

*“O único conhecimento que pode realmente
orientar a ação é o conhecimento que se liberta de
meros interesses humanos e é baseado em ideias”*

(HABERMAS)

Agradecimentos

A meus pais, Gil e Cida, pela criação, força, apoio e ensinamentos que não cabem em palavras. À minha irmã Márcia, que me ensinou o bê-a-bá que me permitiu escrever todas as histórias da minha vida e que me guia como pessoa, mulher e pesquisadora, numa força que nunca me deixa sem abrigo. À minha sobrinha e afilhada Sofia, cuja sabedoria faz jus ao nome e me faz ter esperança no mundo que está por vir. A meu cunhado Marcos, pelo apoio e paciência. A Deus, por escrever caminhos tão surpreendentes e bonitos em linhas que não conseguimos ver.

À minha orientadora Sabine, pela confiança, apoio e orientação em todas as etapas dessa jornada. Aos membros da banca, Vanessa e Simone, pela compreensão e apoio fundamentais para a conclusão desta pesquisa. Ao Labjor e a todos os seus professores, estudantes e colaboradores, por proporcionarem um espaço tão rico e proveitoso para o desenvolvimento de ideias e conhecimentos. À Unicamp, pelo acolhimento em um retorno delongado e tão especial.

Ao meu querido Lucas, pelas vésperas de bodas de prata de uma amizade que me acompanha entre serras, campinas, além-mar, selvas de pedras e nunca escapa do coração. À Nádia, pela sempre presente paciência, amizade e resiliência que faz São Paulo parecer um lar de verdade. Às minhas amigas Yara e Paulinha, pela companhia sempre presente em jornadas de trilhas diferentes. Às queridas Luane, Sílvia e Wal pela segurança de que grandes amizades não conhecem fronteiras, e à Bruna, pela prova de que às vezes elas até encurtam distâncias. A todos os colegas do Instituto Ayrton Senna, pelo exemplo de dedicação e trabalho, em especial Letícia, pela amizade e imensa parceria. À Marília, pela confiança sem medidas, conhecimento partilhado e pela inspiração.

A todos os que compartilharam dessa jornada comigo, meus agradecimentos.

RESUMO

Dadas as características da comunicação contemporânea e o grande número de informações e conteúdos que estão disponíveis nas mídias digitais, é fundamental dar luz à relação entre produção midiática e ao papel da ciência como fonte de conhecimento e verificação de dados. Nesse sentido, esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre a relação entre o jornalismo em educação e a ocorrência de evidências científicas relacionadas, tomando como recorte a temática do socioemocional, a partir da análise dos enquadramentos midiáticos presentes em notícias veiculadas em dois veículos nacionais (*Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo*). Assim, é feita uma discussão teórica ancorada na divulgação científica e sua relação com o jornalismo, com a sociedade e com a cultura científica de modo geral, estreitando o olhar para os campos da ciência de educação e a produção jornalística sobre ela. Também se dialoga sobre os conceitos fundamentais da educação no contexto da temática socioemocional, visando clarear as evidências produzidas nessa área para a futura análise na pesquisa. No segmento metodológico, são discutidos os caminhos necessários para atingir esse objetivo à luz dos enquadramentos midiáticos e da teoria base de Irving Goffman, entendendo e selecionando os procedimentos pertinentes. Os dados coletados em ambos os veículos escolhidos também estão apresentados e descritos, abrindo caminho para as análises e discussões que serão apresentadas na versão final da dissertação.

Palavras-chave: jornalismo científico; educação; socioemocional; jornalismo de educação; comunicação científica de educação.

ABSTRACT

Given the contemporary landscape of communication and the profusion of information and content accessible through digital media, it becomes imperative to elucidate the interplay between media production and the role of science as a wellspring of knowledge and data validation. In this context, the present study endeavors to contemplate the nexus between educational journalism and the manifestation of correlated scientific evidence, with a particular focus on the socioemotional domain. This investigation entails an examination of media framings found in news articles disseminated by two prominent national outlets, namely, Folha de S.Paulo and O Estado de S. Paulo. To this end, a theoretical discourse is undertaken, firmly rooted in the realm of science communication and its intricate association with journalism, society, and the broader scientific culture, with specific emphasis on the domains of educational science and its journalistic representation. Additionally, the foundational concepts of education pertaining to the socioemotional theme are explicated, serving to shed light on the corpus of evidence generated within this sphere, which will subsequently inform the forthcoming research analysis. In the methodological section, the requisite methodologies are delineated, taking into account media framings and drawing upon Irving Goffman's seminal theory, to discern and select pertinent approaches. Furthermore, the data collected from the aforementioned media outlets are meticulously presented and expounded upon, thus paving the way for the ensuing analyses and discussions that will be advanced in the final rendition of the dissertation.

Key Words: science journalism; education; social emotional; journalism about education; science communication in education.

SUMÁRIO

1. Introdução	11
2. Ciência, educação, jornalismo e competências socioemocionais: um mosaico para a construção de diálogos plurais e cientificamente inclusivos	15
2.1 - A comunicação de ciência	22
2.1.2 - Jornalismo, educação e evidências	24
2.2 - Conceitos fundamentais sobre educação integral e competências socioemocionais	27
2.2.1 - Modelos organizativos de competências socioemocionais	31
2.2.3 - Produção científica nacional sobre a temática socioemocional	33
3. Caminhos metodológicos ancorados em enquadramentos midiáticos	35
3.1 - Jornalismo, educação e socioemocionais: caminhos para investigação	37
3.2 - Enquadramentos midiáticos e Goffman	40
3.2.1 - Como a teoria dos enquadramentos de Goffman se relaciona com jornalismo?	41
3.2.1 - Legado da obra de Goffman e reflexos nas escolhas metodológicas	42
3.3 - Escolhas metodológicas fundamentais	43
3.4 - Análise de conteúdo no contexto da <i>frame analysis</i>	44
3.4.1 - Criando os parâmetros para uma abordagem dedutiva	47
3.5.2 - Questionário	50
3.6 - Veículos analisados e recorte temporal	52
3.7 - A coleta	54
3.7.1 - Folha	54
3.7.2 - Estadão	57
3.8 Aplicação do questionário e codificação da amostra	60
4. Resultados	60
4.1. <i>Estadão</i>	61
4.2 – <i>Folha</i>	70
4.3 Achados do <i>corpus</i> completo de análise	76
5. Análises e discussões	84
5.1 Dimensões da ciência e suas relações com os enquadramentos e evidências	84
5.2 Narrativas e enquadramentos: reflexões possíveis	92
5.3 Enquadramentos: o que está acontecendo aqui?	94
5.4 Enquadramentos e evidências em educação	98
6. Considerações finais	104
REFERÊNCIAS	108
APÊNDICES	116

1. Introdução

“A vocação da ciência é servir a humanidade. O que é gerar conhecimento, se este conhecimento não fica disponível para a sociedade?” (HERCULANO-HOUZEL, 2016). A frase da cientista Suzana Herculano-Houzel, dita no contexto do debate sobre a necessidade de divulgação científica, sintetiza muitas das ideias que se apresentarão ao longo deste trabalho. A perspectiva habermasiana de que a informação deve ser disseminada, entendida e debatida de forma a promover a deliberação na esfera pública, contribuindo para a produção de conhecimento e para a emancipação dos sujeitos, apoiando-se em ideias e na veracidade dos fatos, ancora as reflexões que se seguem.

Em tempos de comunicação digital e em fluxo acelerado de tecnologias emergentes, a necessidade de uma produção midiática que se apoie em ideias consolidadas, envolvendo o conhecimento de especialistas e profissionais das áreas de atuação às quais a cobertura midiática trata, requer esforços de múltiplas áreas do conhecimento e da colaboração conjunta de estudos, pesquisas e práticas.

Nesse cenário dinâmico e multifacetado, a comunicação em ciência se mostra como um campo com múltiplos sentidos, que se relacionam, entre outras coisas, com a produção do conhecimento (Carvalho e Cabecinhas, 2004), com a comunicação entre cientistas e sociedade e com a própria disseminação da ciência e seus impactos em outros setores da vida.

Nesse contexto, esta pesquisa nasce da inquietação acerca do entendimento da relação entre as evidências científicas e o jornalismo. Entende-se aqui as evidências científicas como aquelas produzidas dentro do campo científico descrito por Bourdieu (2004) como um ambiente de disputas acerca da autoridade científica, permeado por tensões relacionais entre posições de atores diversos, numa perspectiva teórica que será detalhada no capítulo a seguir. Partindo da ideia de que o jornalismo representa o maior ponto de contato de muitas pessoas com a ciência e sua produção (Dunwoody, 2008), reforça-se a necessidade de refletir sobre o papel do uso de evidências para provocar pautas, corroborar ou refutar informações ditas por atores relevantes do contexto educacional, ou mesmo buscar fontes para conteúdos variados.

Muitas são as possibilidades de investigação a partir dessa perspectiva, mas busca-se aqui focalizar um elemento que é transversal à vida de todos os indivíduos sociais - a educação. Enquanto vivência experienciada por boa parte da população, existe uma aparente familiaridade com seus conceitos, aspectos e características. Contudo, a educação é construída, entre outras coisas, a partir da ciência e de extensos estudos que norteiam seus parâmetros e modalidades

(Devechi, 2022); assim, é válido pensar: como a produção jornalística se relaciona com as evidências científicas na área de educação?

Neste tocante, existe a complexidade de dar luz a aspectos relevantes dos acontecimentos factuais, que vão desde fatos do contexto escolar até dados mais gerais, e de provocar reflexões sobre o papel da educação para a vida dos estudantes, para o contexto profissional dos educadores e das políticas públicas que sustentam o sistema educacional de um país. A produção de jornalismo em educação requer, assim, uma preocupação com os aspectos que sustentam a notícia e com o impacto dessa produção para a sociedade.

Isto porque refletir sobre a relação entre jornalismo e a educação envolve, de um lado, a consideração do processo de entendimento da temática por parte do jornalista, na medida em que ele precisa fazer um mergulho nos conceitos, em um “processo continuado de educação para a cidadania” (LIMA; CARDOSO FILHO; 2012, p. 48). Na prática, essa necessidade se materializa na compreensão de dados complexos e na assimilação de uma linguagem específica da ciência educacional, para a qual há escassas oportunidades de treinamento direcionado. Do outro lado, existe a necessidade de que os públicos consigam ter acesso ao conteúdo, entendendo-o e relacionando-o com suas experiências pessoais e sociais, utilizando o jornalismo tanto como insumo para sua vivência cidadã e para atuação em espaços públicos de deliberação – essa necessidade, por sua vez, também precisa ser trabalhada na prerrogativa da produção midiática, que deveria ser estruturada de forma que torne o seu público deliberativo em vez de simplesmente assumi-lo como tal (HAAS, 2007).

Há também de se destacar o contexto em que a pesquisa foi realizada, em 2022 e 2023, que sucedeu os anos críticos da pandemia de COVID-19. Ressalta-se também a forma como o contexto sociopolítico do neoliberalismo do início do século XXI foi palco da ascensão de governos de direitas extremistas em todo o mundo (Meira, 2022) e, no Brasil, isso não foi diferente. As eleições de 2018 trouxeram à tona um cenário mundialmente observado de crises diversas, caracterizado no âmbito da comunicação por dificuldades de diálogo e consenso, bem como pelo declínio de práticas discursivas ancoradas na “civildade e na complexidade argumentativa” (DRYZEC et al, 2019, p. 1144). O crescimento mundial de governos e tendências extremistas, como o bolsonarismo no caso brasileiro, apontam para dinâmicas que tencionam as estruturas democráticas até então vigentes (Cesarino, 2023) num contexto turbulento sobre o qual se vislumbra a perspectiva de que “a crise da democracia é uma crise de comunicação” (DRYZEC et al, 2019, p. 1145). Nesse contexto, é fundamental destacar as *fake news*, que emergiram como uma “agenda em explosão” (FABRINO MENDONÇA et al, 2023, p. 02), caracterizadas pela alta circulação e pelo impacto significativo em diversos

campos da sociedade e da vida cotidiana, de modo que podem ser pensadas não somente como um aspecto inerente à comunicação digital e acelerada, mas como publicações disseminadas com objetivo estratégico específico (Humprecht apud Fabrino Mendonça, 2023, p. 03). Assim, a comunicação assume também uma dimensão política e estratégica, fundamentada tanto na publicação de notícias e ideias quanto na disseminação de agendas específicas (Fabrino Mendonça et al, 2023).

No contexto da pandemia, a crise de confiança na ciência trouxe seu exemplo mais notável nas narrativas antivacina, que circularam em um emaranhado de desinformação e negacionismo (Giordani, 2021). No contexto educacional, o ensino remoto impulsionou discussões acerca do papel da escola na formação básica dos estudantes (Marcon et al, 2022), suscitando debates na esfera social e institucional sobre uma possível aprovação em território nacional do *homeschooling*, em que crianças e jovens em idade de educação básica poderiam ter uma formação independente das escolas. Entendendo a escola como espaço socializador fundamental para a formação cidadã (Marcon et al, 2022), diversas pesquisas e estudos apontam para os efeitos negativos da prática e reforçam o papel da escola; contudo, muitos desses dados e perspectivas foram refutadas com argumentos do senso comum e que pouco consideram a ótica de pesquisadores e profissionais da área (De Arruda, 2021).

Pensando nas amplas proporções da comunicação digital e do jornalismo em educação, é proposto um recorte delimitador na temática socioemocional, que se firma em um relevante papel na educação contemporânea em aspectos científicos, sociais e institucionais. As competências socioemocionais podem ser entendidas como:

características individuais que (a) se originam na interação recíproca entre predisposições biológicas e fatores ambientais; (b) se manifestam em padrões consistentes de pensamentos, sentimentos e comportamentos; (c) continuam a se desenvolver por meio de experiências formais e informais de aprendizagem; e (d) influenciam importantes resultados socioeconômicos ao longo da vida do indivíduo (SETTE e TEIXEIRA, 2021, p. 14).

De acordo com Sette e Teixeira (2021), as competências socioemocionais são relevantes para o desenvolvimento da capacidade dos estudantes de viver em sociedades complexas, sendo tão importantes quanto as competências cognitivas para bons resultados de vida e tendo um papel fundamental na formação plena dos estudantes.

Essa relevância já é considerada no meio acadêmico há algumas décadas e, mais recentemente, chegou à esfera institucional do cenário brasileiro com a publicação da BNCC (Base Nacional Comum Curricular) em 2018. A temática é considerada já no conceito de competência, descrita na Base como uma mobilização voltada “para resolver demandas

complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018, p. 08) e que envolve conhecimentos, atitudes e valores, além de habilidades que devem ser “práticas, cognitivas e socioemocionais” (BRASIL, 2018, p. 08), estabelecendo, portanto, um peso equiparável às esferas envolvidas. Dessa forma, a temática se firma em sua relevância científica, institucional e social para a realidade brasileira, reiterando a necessidade de entender a fundo a sua relação com o jornalismo nacional.

Como forma de driblar a subjetividade de refletir e analisar sobre produções jornalísticas, é proposto o caminho metodológico da análise de enquadramentos midiáticos, cujas características vão ao encontro das necessidades investigativas da pesquisa. Para responder a essa pergunta, a possibilidade metodológica proposta é a de entender a trajetória discursiva de um tema específico a partir de seus enquadramentos midiáticos, ou *frames*, entendidos aqui como elementos socialmente construídos e que são acionados para dar sentido a elementos variados (GOFFMAN, 1974 *apud* VIMIEIRO, 2010, p. 63). Os *frames* representam uma construção subjetiva de elementos variados e viabilizam uma análise sobre a produção jornalística (VIMEIRO, 2010), a partir de elementos norteadores para a coleta, para a sistematização e para a interpretação desses elementos.

Considerando também a perspectiva de que a ciência no contexto atual está ligada de forma inerente às dimensões políticas e estratégicas, será também realizada uma reflexão sobre como a divulgação científica se insere nesse contexto, permitindo analisar o *corpus* da pesquisa sob essa ótica.

Dessa forma, o objetivo geral da pesquisa é refletir sobre a relação entre o jornalismo e as evidências científicas produzidas na área da educação, a partir da análise dos enquadramentos midiáticos de notícias vinculadas à temática socioemocional.

Como objetivos específicos, a pesquisa busca (1) identificar o cenário midiático relacionado à educação em diferentes veículos e editorias; (2) entender os achados científicos em educação no escopo da temática socioemocional a partir de uma revisão de literatura direcionada para o recorte socioemocional; e (3) contribuir com o entendimento e melhorias no campo da comunicação de ciência em educação, sobretudo na temática socioemocional.

Tais objetivos, presentes em todas as etapas de pesquisa, buscam ser contemplados ao longo da estrutura definida para a dissertação. No próximo capítulo, denominado “Ciência, educação, jornalismo e competências socioemocionais: um mosaico para a construção de diálogos plurais e cientificamente inclusivos”, estão dispostos os referenciais teóricos da pesquisa, frutos da imersão em conteúdos de base em cada uma das frentes necessárias e de uma revisão realizada na plataforma SciELO. São consideradas como temáticas estruturantes

da pesquisa o olhar sobre a divulgação científica, sobretudo o jornalismo de ciência, o jornalismo de educação e a temática socioemocional, que será elucidada não no sentido de objeto de pesquisa, mas sim entendida do ponto de vista referencial para que possam ser entendidas as relações de sua produção científica com a jornalística.

No capítulo 3, denominado “Caminhos metodológicos ancorados em enquadramentos midiáticos”, são apresentados os percursos realizados para a definição da metodologia realizada na pesquisa. Ainda que a perspectiva dos enquadramentos, ou *frame analysis*, já tenha sido apresentada desde o projeto de pesquisa, a sua aplicabilidade e potencialidade foi colocada à reflexão ao longo do desenvolvimento dos trabalhos. A ideia geral proposta por esse tipo de metodologia foi entendida por meio de um mergulho na literatura especializada e considerada em todos os seus aspectos e etapas, resultando em diversas decisões metodológicas que estão apresentadas no conteúdo. Também está apresentada a coleta dos dados e o panorama geral da amostra.

No capítulo 4, são dispostos os resultados coletados na pesquisa e considerações ligadas a eles.

No capítulo 5, estão apresentadas as análises dos dados coletados à luz das escolhas feitas e da literatura utilizada. Na sequência, as considerações finais (item 6) mostram últimos desenhos e apontamentos sobre a pesquisa como um todo.

2. Ciência, educação, jornalismo e competências socioemocionais: um mosaico para a construção de diálogos plurais e cientificamente inclusivos

Entender a relação entre as evidências científicas e o jornalismo requer, antes de mais nada, estabelecer bases teóricas fundamentais sobre a ciência, as práticas midiáticas e os conceitos fundamentais da educação. É a partir dessa premissa que se desenvolve este capítulo.

2.1 Evidência científica: campo científico e ciência

O primeiro ponto de discussão gira em torno de parte do objeto central desta pesquisa: a evidência científica. Para estabelecer essa contextualização, recorre-se ao pensamento de Bourdieu acerca da ciência em uma dinâmica em um campo específico. Para o autor:

Enquanto sistema de relações objetivas entre posições adquiridas (em batalhas anteriores), o campo científico é o *locus* de uma competição no qual está em jogo especificamente o monopólio da autoridade científica, definida, de modo inseparável, como a capacidade técnica e o poder social, ou, de outra maneira, o monopólio da competência científica, no sentido da capacidade - reconhecida socialmente - de um

agente falar e agir legitimamente em assuntos científicos (BOURDIEU, 1983, p. 122).

A ciência é vista pelo autor como uma produção cultural e, portanto, inserida na dinâmica de relações vigentes do mundo social e econômico em que ocorre. Extrapolaria, assim, os polos do conteúdo textual e social para abarcar tudo o que está entre eles, constituindo um microcosmo com leis próprias (BOURDIEU, 2004, p. 20). Postula, ainda, que “o campo científico é um mundo social” (BOURDIEU, 2004, p. 21), que não está completamente descolado e tampouco cativo de contextos sociais, já que as pressões sofridas em seu interior seriam intermediadas por eles. Para verificar essa consideração a partir dos dados coletados, é proposta como primeira hipótese de pesquisa (1) a ideia de que a ciência em educação compõe esse mundo social e, portanto, está presente na cobertura jornalística da área.

Nessa dinâmica, o que estaria em jogo seria a autoridade científica, entendida, “de modo inseparável, como a capacidade técnica e o poder social” (BOURDIEU, 1975, p. 19). No campo científico, a disputa se daria na competição pelo crédito científico, definido como capital simbólico – entendido como aquele que é “sempre fundado sobre atos de conhecimento e reconhecimento” (BOURDIEU, 2004, p. 26) – e que adquiriria seu valor a partir da avaliação de pares, sendo também capaz de submeter as forças do campo a depender de sua posição e poder dentro dele. Em suma, quanto maior o capital simbólico de um agente específico, maior será a sua capacidade de influenciar o campo científico.

A perspectiva de Bourdieu considera ainda que esse tipo de capital, como todos os outros, pode ser acumulado e convertido em outras formas, como o capital monetário. Esse capital simbólico poderia ser (1) temporal ou político, ligado a instituições científicas; ou (2) ligado ao “poder sobre os meios de produção (contratos, créditos, postos etc) e de reprodução (poder de nomear e fazer carreiras) que ele assegura” (BOURDIEU, 2004, p. 35). Em nenhuma das formas o sujeito produtor de ciência não seria, portanto, neutro ou “puro”; mesmo que pareça desinteressado, estaria imerso no “interesse pelo desinteresse, forma de interesse que convém a todas as economias dos bens simbólicos” (BOURDIEU, 2004, p. 31).

Assim, o campo científico seria constituído pelos dominantes, que seriam aqueles com maior capital científico, e pelos dominados, com pouco ou nada em capital científico. É nesse sentido que Hochman (1994, p. 210) afirmar que, para Bourdieu, “toda escolha científica é uma estratégia política de investimento dirigida para a maximização de lucro científico, isto é, o reconhecimento dos pares-competidores” (HOCHMAN, 1994, p. 210).

Essa perspectiva ligada ao capital diz respeito a uma sociologia econômica que, diante da visão mais ampla, considera outras dimensões. Englobar essas dimensões permitiria entender

melhor a natureza do conhecimento produzido e das evidências geradas, já que dizem respeito ao contexto da produção da ciência. Para Steiner (2010, p. 23), seriam elas: a (1) histórica, que contextualizaria um objeto de estudo e buscaria entender os mecanismos socioeconômicos essenciais para o entendimento da sociedade atual; a (2) social, que estaria inevitavelmente ligada ao sistema econômico vigente - no caso, o capitalismo – e suas formas de dominação; e (3) a política, sendo que Bourdieu não considera a dimensão social como descolada da política, mas sim com o adendo de que se relacionaria à ótica de poder entre agentes e Estado. Tais dimensões permitem jogar luz à natureza do conhecimento científico e estabelecer suas relações com as arenas da esfera pública, da vida cotidiana e das questões institucionais e legislativas de um território; dessa forma, serão incorporadas na análise discutida metodologicamente no capítulo 3 e apresentada na forma de resultados e discussões nos subsequentes.

Especificamente na educação, perpassam problemáticas recorrentes a outras áreas de produção do conhecimento. Com indicadores de excelência pautados em índices de produtividade e outras formas quantificadas, há críticas sobre como essa área, e também as Ciências Humanas de modo geral, não trazem soluções concretas ou dados palpáveis para os problemas educacionais (Chizzotti, 2015); críticas estas consideradas pelo autor como não compartilhadas com os educadores em prática ou mesmo com os maiores produtores de ciência do país e de boa parte do mundo. Chizzotti destaca ainda que a perspectiva de uma educação pautada em evidências ganhou força na última década do século XX, sobretudo no contexto anglo-saxão, absorvendo conceitos e técnicas de outras áreas do conhecimento e sendo influenciada por pesquisadores de formações variadas, que buscariam transpor metodologias e estratégias de seus segmentos para a educação. Aplicando o rigor científico das ciências naturais a pautas da educação, haveriam coalizões institucionais internacionais para corroborar esse modelo, buscando padrões que, para o autor, trariam “uma concepção que reduz a pesquisa científica a um único e universal método de investigação” (CHIZZOTTI, 2015, p. 338). Ainda que se reconheça o valor desses dados e pesquisas para a educação, a crítica apresentada pelo autor é a de que esse modelo deixaria em segundo plano os outros tipos de conhecimento produzidos na área. É nesse contexto que se torna relevante também abordar a ideia do conhecimento empírico produzido no campo da educação, suas ciências e suas práticas.

A esse respeito, Bourdieu (2004) considera as relações entre o objetivismo, centrado nas estruturas e sujeitos em relação a elas, e o subjetivismo, focalizado nas ações que sujeitos e grupos produzem socialmente. O autor propõe uma visão combinada dos dois aspectos, numa relação possível com o pensamento de Kopylov (1978, p.154) na perspectiva de que tanto o conhecimento teórico quanto o empírico são válidos e atingem diferentes níveis de pensamento

na medida em que o primeiro apreende objetos de conhecimento em formulações racionais e conceituais, ao passo que o segundo deriva de um processo sensorial, permitindo a apreensão imediata da realidade, mas que também não escapa da lógica racional.

Faz-se relevante, assim, a diferenciação entre conhecimento tácito e explícito. Valendo-se aqui da definição de Nonaka et al (2000), o conhecimento explícito seria aquele que pode ser traduzido em números, dados ou postulações, como estatísticas, teorias e modelos, enquanto o tácito gira em torno da experiência, da percepção sensorial e da experimentação, sendo, por vezes, difícil de ser traduzido ou formalizado. Em um livre exemplo focado no campo da educação, é possível abordar a situação de defasagem de aprendizagens por meio de *rankings*, índices de avaliação e outros indicadores numa manifestação de conhecimento explícito, enquanto o conhecimento oral contido no relato de um docente sobre a vivência em sala de aula e a realidade dos estudantes expressaria um conhecimento tácito. Outra problematização possível está também na forma de ensino – afinal, o ensino a distância (EaD) permite que o estudante tenha contato com o conhecimento explícito do professor, mas extrapola a dimensão tácita ao não ter contato direto em debates, conversas, vivências e a própria observação da prática docente. Considerando-se ainda que, durante a pandemia e no período constituinte do *corpus* da pesquisa, foi o ensino remoto que entrou em jogo para a maior parte dos estudantes brasileiros, é preciso considerar também essa dimensão no recorte metodológico proposto.

Transpondo essa ideia para o objeto desta pesquisa, é preciso refletir sobre o papel do professor nessa dinâmica. Os professores, bem como boa parte dos membros de uma comunidade escolar, são profissionais com aquisição de conhecimento formal por meio de sua formação inicial e continuada, sendo que muitos deles também realizam atividades de pesquisa. Assim, pode-se considerar que estariam em jogo em um duplo papel: o de construtores de conhecimento científico da área em que atuam e, ao mesmo tempo, no de detentores de conhecimento empírico adquirido cotidianamente em sua prática docente. Assim, será considerado como evidência todo o conteúdo que trouxer dados, fontes e citações de especialistas da área, bem como a voz de profissionais que atuam em determinado campo e compartilhem ao longo das notícias o conhecimento adquirido.

Essa perspectiva está alinhada ao pensamento de Kopnin, que afirma que “o empírico se transforma em teórico e o contrário, o que em certa etapa da ciência se considera teórico, torna-se empiricamente acessível em outra etapa mais elevada” (Kopnin, 1978, p.153). Não nos cabe na presente investigação ir a fundo nessa discussão, mas sim extrair dela o que é fundamental para entender a utilização das evidências científicas no jornalismo: os professores são ouvidos de que forma na cobertura sobre educação?

Cabe aqui fixar preceitos fundamentais da lógica jornalística. Na obra referencial de Lage (2001), uma classificação de fontes é estabelecida para estruturar a dinâmica de produção de notícias. Dela, duas diferenciações são fundamentais para o presente escopo:

- Fontes primárias e secundárias: as primárias seriam aquelas que fornecem informações fundamentais sobre um acontecimento – local, data, fatos e outros elementos constitutivos do *lead*. Já as secundárias seriam as que apresentam uma visão analítica sobre o acontecimento, explicando os contextos e elementos que permitem a compreensão do fato jornalístico a ser narrado.

- Testemunhas e *experts*: as testemunhas são as pessoas presentes ou ligadas ao fato, que narram aquilo que foi acontecido ou compartilham uma visão prática da realidade abordada. Os *experts* são as autoridades do assunto, que contribuem com um ponto de vista mais amplo sobre o cenário no qual o fato específico se desenrola. De modo geral, as testemunhas costumam ser fontes primárias, enquanto os *experts* costumam ser fontes secundárias.

Estabelecendo a relação entre os tipos de conhecimento e as práticas jornalísticas, explicita-se aqui a escolha metodológica de que fontes primárias e de testemunho não serão consideradas evidência, ao passo que fontes secundárias e *experts* serão. Em suma, o que se pretende aqui ao ressaltar o duplo papel dos professores na educação é justamente identificar a forma como aparecem nas notícias e, portanto, entender se são tratados como fontes primárias e testemunhas; ou se são ouvidos como fontes secundárias e *experts*, como parte integrante do conhecimento teórico e tácito.

Dessa forma, considerando a perspectiva da identificação de evidências científicas nas notícias coletadas, tal diferenciação conceitual será fundamental para o quadro analítico da pesquisa e, portanto, inserido no questionário metodológico que será apresentado no capítulo seguinte. Para esta finalidade, a inserção de educadores como fontes primárias e testemunhas serão mapeadas, consideradas fora do âmbito da evidência para fins analíticos; a presença como fontes secundárias e *experts* será considerada como ocorrência de evidência científica. Sendo assim, e considerando o quadro de disputas por capital simbólico no campo científico abordado anteriormente, é formulada como hipótese de pesquisa (2) a ideia de que os professores podem ser ouvidos mais como fontes primárias e de cunho testemunhal do que como fontes secundárias e *experts*.

Deslocando a ideia de campo científico para a de produção de ciência em si, pode-se estabelecer como definição norteadora a ideia de ciência como “a busca de relações causais e o estabelecimento de leis gerais da natureza” (Vogt e Morales, 2017), que poderia se iniciar a discussão com a ideia de cultura científica (Vogt, 2012), entendida pelo autor como o tipo de

cultura que nasce a partir da ação de um conglomerado de aspectos que se constituem acerca do conhecimento científico, atuando em confluência para sua produção e disseminação. Para representar a dinâmica desses elementos, Vogt propõe a ideia de uma espiral do conhecimento, numa metáfora que permitiria entender como se dá a estrutura da produção científica e suas interfaces em países iberoamericanos. Vale destacar aqui que o modelo da ciência baseada em evidências, considerado tipicamente norte-americano (Chizzotti, 2015) poderia escapar desta lógica, o que será considerado como fator de análise posteriormente.

A espiral proposta por Vogt se desenvolve sobre um plano cartesiano. O eixo vertical diz respeito à natureza da audiência: ela poderia ser direcionada a grupos restritos, sendo assim **esotérica**; ou ampla e aberta, sendo denominada de **exotérica**. O eixo horizontal dispõe sobre elementos do próprio discurso, sendo qualitativos e inerentes. Assim, à direita, tem-se o discurso **polifônico e polissêmico**, com diversos atores com vozes concomitantes; à esquerda, o discurso **monossêmico e monofônico**, que caracterizaria processos de formação e ensino da ciência.

Dessa forma, no primeiro quadrante, tem-se a produção e a difusão da ciência, tendo cientistas como emissores e receptores, num discurso polifônico e de audiência esotérica. No segundo quadrante, a formação de cientistas e o ensino da ciência seriam caracterizados por um discurso monofônico e uma audiência esotérica. No terceiro quadrante, o discurso se mantém monofônico, mas a audiência passa a ser exotérica, caracterizando o processo de ensino para a ciência, como ações realizadas em museus e feiras. O quarto e último quadrante carrega o discurso polifônico e polissêmico, para uma audiência esotérica (externa), sendo o local onde se encontra a divulgação científica ampla, que tem como público a sociedade em geral.

Figura 1: Espiral da cultura científica de Vogt



Fonte: Reprodução de Vogt (2012). Extraído de: <https://www.comciencia.br/espiral-cultura-e-cultura-cientifica/>

O autor destaca que, no quarto quadrante, falam tanto jornalistas quanto cientistas, o que faz pensar sobre o campo de investigação fixado na relação entre o saber leigo e o saber perito, que vem sendo objeto de estudo desde a década de 1980 (Wynne, 2014). Assim, os quadrantes inferiores seriam específicos da produção de ciência, enquanto os superiores estão disponíveis para grupos mais amplos. A comunicação de ciência, contudo, estaria intimamente ligada a todas as etapas apresentadas, já que é fundamental tanto para a difusão dos conhecimentos produzidos e relações com o mundo social quanto para a divulgação e consolidação desse saber científico (Vogt e Massarani, 2017); logo, impulsiona também no âmbito da produção e da formação de cientistas, alimentando a espiral e circulando por meio de seu fluxo.

Nesse ínterim, pensa-se sobre a maneira como a sociedade e os públicos não especializados recebem, veem e refletem sobre conhecimentos científicos, bem como a forma como incorporam esses saberes em suas atividades cotidianas e em suas próprias visões de mundo. Para Wynne, haveria uma ideia de que a compreensão pública da ciência é ancorada em construções sociais que definem as fronteiras do que pode ser considerado conhecimento científico (havendo uma indeterminação dessa definição) e na confiança creditada a esse conhecimento - um espaço de interpretação que poderia, por sua vez, ser mais bem reconhecido

pelo público leigo. O autor destaca, assim, que não se trata de definir quais dos atores - leigos ou peritos - teriam o “melhor conhecimento”, e sim de entender como saberes variados refletem aspectos da sociedade quando emergem em questões públicas, expressando vivências que são preocupações válidas e que, portanto, precisariam ser respeitadas. Essa visão é contestada por autores como Darrin Durant (2008), que enxergam nela um olhar para os cientistas que retiraria deles a sua autorreflexão e que geraria uma eliminação arbitrária entre o conhecimento comum e o especializado.

Não cabe no escopo desta pesquisa investigar a fundo a visão dos autores, mas sim explicitar que existe um debate recorrente acerca da maneira como a ciência, a comunicação e a opinião pública se articulam. Por isso, é válido pensar na ideia de que a própria divulgação científica é também uma via de mão dupla, já que abre campos tanto na visada da disseminação de conhecimentos quanto no âmbito da produção de pesquisas e estudos acadêmicos que forneçam bases teóricas e reflexões robustas sobre o tema, inserindo-se, assim, em todos os níveis da ciência. Essa perspectiva será detalhada e discutida no capítulo 5, a partir das considerações teóricas aqui realizadas e dos dados apresentados.

É com esse olhar que se visa entender como se formam e articulam as produções midiáticas em relação às evidências científicas; isso coloca, assim, o foco na discussão, nesse ponto, no jornalismo e suas características.

2.1 - A comunicação de ciência

A importância da ciência, da tecnologia e da inovação têm influências inegáveis nos processos de transformação da sociedade contemporânea (Righetti, 2018), o que faz com que a publicação de conteúdos midiáticos que se embasem em evidências científicas seja relevante na medida em que promove a disseminação desse conteúdo para a sociedade. A necessidade de dar luz a essa produção acadêmica leva a uma discussão fundamentada na ideia de que “não há Ciência sem a devida comunicação à sociedade” (RIGHETTI, 2018, p. 400), que tem motivado cientistas a produzirem conteúdos que extrapolem o alcance e o apelo da academia, podendo ocupar espaços midiáticos tanto como produtores do conhecimento quanto como fontes consultadas sobre certos temas.

Quando se pensa em relação à ciência em si, Entradas et al (2020) destacam que há uma tendência geral de difusão do conhecimento científico, no sentido de que mais instituições produtoras de ciência têm buscado estreitar a sua relação com a sociedade. Essa modificação das relações entre ciência e divulgadores, para os autores, aumenta a sua capacidade de visibilidade, mas não é capaz de ampliar o engajamento público com a comunicação de ciência.

Os autores apontam que o objetivo parece girar em torno da promoção da reputação das instituições e de seus pesquisadores em vez de evidências e conhecimentos adquiridos. Assim, a constatação de Entradas et al (2020) é um ponto de grande destaque para a presente pesquisa, que ecoa uma problemática motivadora do objetivo central: ora, se as notícias, para os autores, versam mais sobre as instituições e seus cientistas do que sobre a produção científica em si, como entender a relação das evidências com o jornalismo? A resposta não parece estar no estudo dos autores, mas vale destacar a sua visão sobre a perspectiva de que pesquisas que contém em si mesmas os elementos atrativos para critérios noticiosos (como surpresa, números de destaque, relação com conflitos e catástrofes, por exemplo) têm maiores chances de desfrutarem destaque midiático (Entradas et al, 2020). Assim, sinaliza-se aqui a necessidade de estabelecer procedimentos metodológicos que considerem marcos históricos e sociais como critérios temporais.

Pensando na comunicação de ciência, é possível estabelecer um recorte para o jornalismo que, enquanto um produto social, é atrativo para os indivíduos quando é capaz de transmitir acontecimentos ou descobertas que possa ser considerado um conhecimento. Lisboa e Benetti (2015, p. 11) defendem que, para isso, o jornalismo precisa atender às “condições da crença, da verdade e da justificação”, o que se materializa na divulgação de uma verdade que é justificada no discurso.

Voltando o olhar especificamente para a cobertura de ciência na América Latina, Veneu, Amori e Massarani (2008) destacam que essa modalidade ganhou destaque a partir dos anos 1980, com publicações especializadas e, posteriormente, com a internet e suas possibilidades. Contudo, os autores ressaltam que, mais recentemente, as editorias especializadas passam a perder espaço, mas, em contrapartida, observa-se um crescimento de temas ligados à ciência e tecnologia em outros espaços, bem como maiores esforços de cobertura e abordagem (Veneu, Amorim e Massarani, 2008). De modo geral, muitos veículos não possuem seções destinadas à ciência e tecnologia de maneira sistemática; contudo, nos anos 2000, essas áreas tinham uma presença considerável nos jornais latino-americanos, mas essa inserção era variável, pouco crítica e praticamente não cobria controvérsias.

Mais recentemente, vale destacar o pensamento de Miller (2022), que traz uma reflexão sobre a comunicação na era da internet a partir de uma perspectiva que busca considerar a maneira como se deram os últimos trinta anos de pesquisas, estudos e trabalhos sobre o entendimento público da ciência. Para o autor, as tecnologias revolucionaram a maneira como a informação é criada, armazenada e transmitida, criando um mercado novo, descentralizado e que ainda não é completamente compreendido ou regulamentado pelos Estados. A

capilarização do controle da informação permitiu que diferentes grupos ganhassem voz, mas também que surgissem formas de produção intencional de conteúdos que não estão submetidos a controles de qualidade ou mesmo que sejam disseminados com o objetivo de favorecer pontos de vista ou forças de poder. Também se expressa a preocupação com as implicações da informação em tempo real para o entendimento público, já que a grande quantidade de publicações em ritmo acelerado reduz o tempo de processamento, reflexão e discussão dos acontecimentos noticiados.

2.1.2 - Jornalismo, educação e evidências

Para Charaudeau (2009, apud Motta-Roth e Scherer, 2012) existe um contrato comunicacional que se estrutura a partir da relação contraditória de duas tendências, que se ancoram na finalidade de tornar algo público a fim de informar a sociedade, gerar emoção, engajar os públicos e tornar financeiramente viável a instituição responsável pela produção das notícias. No contexto da internet, essa perspectiva atinge nuances mais complexas, já que os veículos produtores nem sempre são conhecidos ou identificáveis (Miller, 2022) e que afetaria até mesmo grandes veículos em dinâmicas de monetização e publicidade.

Quando voltamos o olhar especificamente para a educação, vale destacar que, considerando a obrigatoriedade da educação escolar no Brasil, a sua experimentação enquanto elemento da vida cotidiana é frequente e recorrente - experimentamos a educação como estudantes, como familiares de crianças e jovens que estudam e assim por diante. Quando se olha para a ciência que estrutura toda essa educação, não se pode deixar de pensar na ideia de Beacco et al. (2002) de que a ciência está presente nos discursos da vida cotidiana, apoiando a construção de explicações para acontecimentos recorrentes.

Em termos discursivos, o jornalismo de educação pode ser pensado como “uma especialização da profissão que está direcionada à cobertura de pautas que envolvam instituições de ensino e histórias ligadas ao aprendizado” (Melo, 2021, p. 02).

Para descrever o contexto nacional, Neveu (2006, apud Ratier, 2019) apresenta a perspectiva de que o jornalismo de educação seria uma organização tardia nos veículos, ecoando o que aconteceu com temáticas como economia e política, mas que se ancoraria em desejos de segmentação e de publicação de notícias mais amenas. Numa tentativa de traçar uma narrativa linear sobre o jornalismo de educação no Brasil, o autor afirma esbarrar em uma historiografia lacunar, mas que permite identificar trabalhos pontuais sobre esse legado. Bontempi Jr (2006, apud Ratier, 2015) destaca o jornal *O Estado de São Paulo* como um veículo de exceção na mídia brasileira, já que a atuação de Júlio Mesquita Filho como seu proprietário

teria tornado mandatória a inserção de notícias sobre o ensino no país. Ratier comenta ainda a tentativa do periódico *Folha de S. Paulo* de criar um caderno específico para a educação, na década de 1970, que perdeu força ao longo dos anos e se extinguiu oficialmente quase trinta anos depois, quando teve suas temáticas incorporadas no caderno Cotidiano. O autor destaca também a força de veículos especializados, mas que não se encaixam em discursos voltados para a sociedade em geral.

Quando se olha para esse jornalismo especializado, é possível citar a Revista Nova Escola, publicação impressa de circulação entre os anos de 1986 e 2015, idealizada pelo fundador da revista e também da Editora Abril, Victor Civita. Uma parceria com o Ministério da Educação (MEC) garantiu a distribuição gratuita dos exemplares para mais de 200 mil escolas da rede pública (NOVA ESCOLA, 2023) até 2010, num modelo de circulação frequente nas escolas e que, somado ao custo abaixo do valor tradicional de publicações da Abril (Charnizon, 2008, p. 41), foram fatores que influenciaram a popularidade da revista, que se tornou uma presença constante na comunidade educacional e entre os docentes (Anadon e Garcia, 2005).

Em termos editoriais, a publicação não tinha cunho pedagógico, tendo como objetivo:

fornecer à professora informações necessárias a um melhor desempenho do seu trabalho; valorizá-la, resgatar seu prestígio e liderança junto à comunidade, integrá-la ao processo de mudança que ora se verifica no país; e proporcionar uma troca de experiências e conhecimentos entre todas as professoras brasileiras de primeiro grau. (ANADON; GARCIA, 2005, apud NOVA ESCOLA, 1986, p. 6)

Com público predominantemente feminino, a publicação acompanhava as tendências editoriais desse segmento e trazia, além de conteúdos práticos para o docente, perfis e histórias inspiradoras. Ao mesmo tempo, a ligação com o Governo Federal também fez com que o periódico se tornasse espaço para publicação de questões ligadas à legislação e a comunicados oficiais (Anadon e Garcia, 2005). Nota-se, assim, o reforço do jornalismo especializado e em diálogo contínuo com agentes ligados à educação na publicação, tanto na esfera social quanto institucional.

Em 2015, houve o encerramento das vendas em pontos comerciais e a revista passou a ser entregue somente a assinantes. Neste período, foi fundada a Associação Nova Escola, que tem como criadora e mantenedora a Fundação Lemann, cujo aporte financeiro representou também o impulso das atividades digitais da Nova Escola, com o fomento ao portal, que conta com milhões de acessos mensais (NOVA ESCOLA, 2023).

Também é válido destacar o *Jornal Letra A*, produzido pela Faculdade de Educação (FAE) da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Autointitulado “o jornal do alfabetizador”, a publicação foi criada em 2005 e transformada em versão digital em 2017, sendo desenvolvida no Centro de Alfabetização, Leitura e Escrita (Ceale) como um “instrumento de formação continuada” (CEALE, 2023) de cunho jornalístico sobre temas ligados à alfabetização e letramento, num foco pedagógico.

Ratier (2019) apresenta ainda uma tipologia ancorada naquilo que chama de “retóricas profissionais”. Para o autor, existem os jornalistas generalistas, que abordam educação em veículos voltados para o público geral, produzindo conteúdos variados, sem profundidade e sem intencionalidade aparente; os jornalistas especializados, que atuam em canais e veículos generalistas de grande porte, que têm capacidade para permitir a especialização de seus jornalistas; e os jornalistas especialistas, que atuam em veículos direcionados para educadores da educação básica. A classificação apresentada é fruto de uma coleta de dados específica e com um recorte direcionado da população ouvida, mas que reflete muito do que foi visto na literatura apresentada aqui: o jornalismo de educação, na visada da sua produção científica, nem sempre tem um local específico nos veículos jornalísticos e tampouco é tratado como uma temática estruturada para a mídia.

Vale também destacar a fundação da Associação de jornalistas de educação (JEDUCA), em 2016, num movimento pioneiro de agregação dos profissionais da área. Atualmente com 1.678 associados (JEDUCA, 2023), a Jeduca opera como uma rede de profissionais, estudantes e professores de Comunicação, permitindo o diálogo entre eles, e promovendo eventos como o Congresso Internacional de Jornalismo de Educação, que teve sua sétima edição em 2023. A associação produz conteúdos que apoiam os jornalistas a realizarem coberturas e abordagens adequadas ao cenário da educação brasileira, abordando tanto temas referenciais, como legislação e práticas, quanto pautas mais atuais, como a cobertura à violência e ataques às escolas. Mantida por financiamento de organizações que apoiam a educação, a Jeduca é editorialmente independente e não se posiciona diante de temáticas e tendências da educação, salvo as situações em que o contexto interfira ou prejudique no trabalho dos jornalistas da área.

Partindo dessa ótica de disseminação do conhecimento científico e das lacunas referentes ao jornalismo de educação no país, é possível voltar a atenção para a relação das evidências científicas com a produção midiática nacional. O ponto de partida para entender essa relação gira em torno da ideia de que conhecimentos de natureza científica podem aparecer de variadas formas na produção jornalística, indo além da editoria de Ciência e perpassando vários tipos de conteúdo. Para Righetti (2018, p. 401),

a Ciência está presente não apenas nas seções de Ciências, mas, por exemplo, nas cartas dos leitores que servem, não para divulgar ou explicar o que é científico, mas para expressar opiniões, valores e crenças a respeito de um importante tema no qual a Ciência entra na vida política e social do país. A ciência também está presente nas páginas dos jornais que expressam opiniões, em colunas de economia ou em matérias políticas, sobre decisões estratégicas, por exemplo, no setor de inovação tecnológica (RIGHETTI, 2018, p. 401)

Entende-se, assim, que a investigação da relação das evidências científicas de educação com o jornalismo não pode, portanto, restringir-se à veículos ou cadernos especializados, uma vez que a literatura aponta que não necessariamente encontraremos lá o material necessário para a análise.

Isto posto, entende-se que é preciso, neste ponto, fazer um mergulho em conceitos fundamentais da educação em si e do recorte socioemocional antes de seguir adiante com os procedimentos metodológicos da pesquisa.

2.2 - Conceitos fundamentais sobre educação integral e competências socioemocionais

Antes de adentrarmos no campo teórico específico da educação e de seus conceitos ligados à integralidade, é preciso destacar que não se pretende aqui estabelecer um aprofundamento científico do rigor do próprio campo da educação. O que se busca é apresentar um panorama que permita o entendimento da temática e seus percursos teóricos, olhando para seus aspectos fundamentais a fim de entender a produção jornalística a seu respeito.

Isto posto, o primeiro conceito fundamental é o de educação integral, que pode ser definida como aquela que:

reconhece a pessoa como um todo e não como um ser fragmentado, por exemplo, entre corpo e intelecto. Entende que esta integralidade se constrói através de linguagens diversas, em variadas atividades e circunstâncias. A criança desenvolve seus aspectos afetivo, cognitivo, físico, social e outros conjuntamente. Não há hierarquia do aspecto cognitivo, por exemplo, sobre o afetivo ou social (MAURÍCIO, 2009, p. 26).

No artigo *Afinal, o que é educação integral?* (Pestana, 2014), a autora elenca algumas das principais obras que se destacaram no cenário científico nacional ao abordar a educação integral, destacando a intersecção do tema com a esfera política social no trabalho *O lugar da educação integral na política social* de Carvalho (2006), na sua relação com o tempo na escola, abordada pioneiramente em *Educação integral em tempo integral: uma concepção de educação para a modernidade* (Paro, 2007), e no conceito mais amplo explorado em *Educação integral no Brasil - Inovações em Processo*, de Moacir Gadotti (Gadotti, 2009). Tais publicações foram pontos de partida para a construção de um referencial teórico, trazendo aspectos fundamentais

para a construção da pesquisa, mas é o pensamento de Gadotti que será apresentado aqui para estabelecer os aspectos norteadores da pesquisa. Isso porque a abordagem do autor apresenta-se menos segmentada que as demais analisadas, o que oferece aqui os conceitos elementares sobre a educação integral, inclusive os que são explorados com maior profundidade pelos outros autores.

A obra inicia-se com a diferenciação essencial entre educação integral e educação em tempo integral. Entendendo a educação integral a partir de pensadores de diferentes campos e épocas - Aristóteles, com a visão acerca das potencialidades humanas e Piaget com seus marcos teóricos sobre a aprendizagem ao longo da vida -, chega ao contexto brasileiro com o pensamento de Paulo Freire e seu olhar para o potencial transformador da educação, relacionada com as ideias de escola cidadã e cidade educadora (Gadotti, 2009). É nesse recorte local que emergem as necessidades de diferenciação do tempo integral, estabelecidas quando o autor recupera as experiências de Anísio Teixeira e Darcy Ribeiro com instituições educacionais voltadas para a concretização da educação integral e realizadas em horário integral. Tais trajetórias são fundamentais para estabelecer o que o autor aponta como diferença entre o tempo integral nas escolas, materializado em experiências pontuais em algumas instituições específicas, com a educação integral como “política pública, para todos, entendendo-a como um princípio orientador do Projeto EcoPolítico-Pedagógico de todas as escolas” (Gadotti, 2009, p. 29). O autor também soma a isso a perspectiva de que a “a escola pública precisa ser integral, integrada e integradora” (Gadotti, 2009, p. 29), no sentido de que deve promover essa concepção de ensino, agregar múltiplas oportunidades de aprendizagem e estabelecer e vivenciar relações com a sociedade e suas outras instituições.

Entendendo a cidade como “espaço da cultura e da educação” (Gadotti, 2009, p. 47), é possível pensar na visão freiriana de cidade educadora, em que as crianças e jovens poderiam vivenciar aprendizagens e construir seus conhecimentos. Entendendo as limitações atuais para que isso seja uma verdade plena, o autor aponta a necessidade de que a concepção de visão integral extrapole políticas públicas específicas de um ou outro território, promovendo espaços de convivência, segurança para a experiencição da cidade e outros pontos fundamentais. Assim, a cidadania entra como aspecto fundamental da educação integral, sendo trabalhada não somente como um exercício a ser alcançado, mas também uma condição para o estabelecimento da educação integral. É nesse sentido que vê a educação cidadã como um direito do estudante, devendo ocorrer de maneira formal ou não, dentro e fora das escolas.

Com esses pressupostos estabelecidos, o autor traz a ideia de que é preciso criar e valorizar inovações educacionais, de diferentes âmbitos, que proporcionem realmente as

condições para a educação integral no Brasil. Gadotti elenca iniciativas locais variadas, mas, para os fins dessa pesquisa, se faz necessário pensar em contextos mais gerais para entender o percurso histórico da educação integral nas últimas décadas.

A promulgação da Constituição Federal da República, em 1988, estabelece a educação como direito universal, criando assim as bases para o acesso e gratuidade. O artigo 205 também destaca o objetivo de desenvolvimento pleno do indivíduo, garantindo sua formação para a cidadania e para o trabalho (BRASIL, 1988).

Ainda do ponto de vista institucional, não se pode deixar de lado a publicação da lei de número 9.394, publicada em 20 de dezembro de 1996 e conhecida como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB). A lei dispõe da estrutura organizacional da educação no país trazida na Constituição Federal de 1988, atribuindo aos municípios, estados e esfera federal as suas obrigações e estabelecendo os parâmetros para oferta do ensino em todas as suas etapas. Ainda que tenha passado por diversas modificações e alterações, a LDB sempre reforçou a ideia de desenvolvimento pleno como finalidade da educação, em conformidade ao que é apresentado na Constituição. Entre essas modificações, destaca-se a promulgação da Lei nº 13.415, de 2017, que dispõe sobre o ensino médio e sua consideração da formação integral, orientando a construção de projetos de vida do estudante e garante a sua formação em âmbito físico, cognitivo e socioemocional (BRASIL, 2017).

Nos anos seguintes à publicação da LDB, foram criados documentos que visavam estabelecer orientações para a construção de currículos da educação básica, como os Parâmetros Nacionais Curriculares (PCNs).

Em 2010, a realização da Conferência Nacional de Educação (CONAE) marca a oficialização de uma intencionalidade de construção de uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que dispusesse sobre todas as etapas da educação básica e que estivesse alinhada a um Plano Nacional de Educação. Nos anos seguintes, foram publicadas diretrizes para a educação infantil, ensino fundamental e ensino médio. Em 2014, foi criada a segunda versão do Plano Nacional de Educação (PNE), por meio da lei n. 13.005, com vigência de 10 anos e que cria 20 metas para melhorar a educação básica. No mesmo ano, é realizada a segunda CONAE, que resultou em um documento com recomendações e propostas para a Base.

A partir disso, foram realizados diversos movimentos em prol da criação da Base, como consultas públicas e escutas de especialistas. Em setembro de 2015, é publicada a primeira versão da BNCC; a versão 2 foi publicada em maio de 2016. A terceira versão foi publicada no ano seguinte e homologada em 20 de dezembro de 2017. Em 2018, as discussões sobre o ensino

médio renderam modificações no texto do documento, que teve sua última versão homologada em 14 de dezembro de 2018.

Em relação à elaboração da BNCC, vale destacar que a participação de organizações do terceiro setor foi significativa no debate e nos processos de criação do documento. Cariello (2019) destaca a participação do Todos pela Educação, uma organização cívica fundada em 2006 e que apresentou o documento “10 causas e 26 compromissos”, que foi elaborado a partir do conteúdo coletado em entrevistas com diversos empresários e nomes da economia nacional, e teve como um de seus focos a universalização da educação infantil e do ensino médio, haja vista a situação de relativa consolidação do acesso ao ensino fundamental. Também pode se destacar a atuação do Movimento pela Base, que pode ser considerada uma ramificação do Todos pela Educação, mais focalizado nas questões ligadas à implementação e elaboração de currículos alinhados à BNCC (Cariello, 2019). Outras organizações - como a Fundação Lemann, o Instituto Ayrton Senna, a Fundação Maria Cecília Souto Vidigal e o Instituto Unibanco, entre outros - também estiveram envolvidas nos processos de discussão e elaboração da BNCC.

Não se pretende fixar pontos de vista sobre essa atuação, mas é fundamental ressaltar que as discussões acerca dessa atuação têm sido intensas nos últimos anos (Cariello, 2019). Uma das principais críticas à atuação do terceiro setor é a perspectiva de que tais organizações indicariam uma possível falência do Estado na gestão da educação, enxergando em seus próprios projetos de atuação uma alternativa mais viável e promovendo, assim, situações que poderiam ser vistas como uma “mercantilização da educação”, nas palavras de Cantalice Sena et al (2021) e criando até mesmo um “terceiro setor mercantil” (Caetano, 2019), num contexto que poderia influenciar o conteúdo da BNCC e gerar consequências para a educação brasileira, abrindo espaço para uma privatização da educação pública (Caetano, 2019). Também se destaca aqui o viés da educação baseada em evidências, defendida por essas organizações e carregam, consigo, as marcas do pensamento anglo-saxão já mencionado.

A BNCC fixa que as aprendizagens da educação básica devem acontecer em torno em dez competências gerais. O documento define competência como “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BRASIL, 2018, p. 08). A figura abaixo apresenta uma sistematização das dez competências gerais da educação básica, previstas na BNCC.

Figura 1: Dez competências gerais da BNCC.



Fonte: **Estadão**. Extraído de: <https://www.estadao.com.br/educacao/albert-sabin/atender-a-base-e-ir-alem/>.

As dez competências gerais não especificam as socioemocionais, mas todas elas permitem extrair habilidades cognitivas e socioemocionais de seu conteúdo (Brandão, Sanchez e Martinez, 2021). Por isso, faremos um panorama sobre as possibilidades taxonômicas ligadas às competências socioemocionais.

2.2.1 - Modelos organizativos de competências socioemocionais

Não existe um único modelo organizativo das competências socioemocionais e tampouco é estabelecido um deles na BNCC. Existem diversas taxonomias disponíveis, mas destacaremos aqui três deles: o Casel, o Big Five e o modelo do Instituto Ayrton Senna. Enquanto o Casel e o Big Five são modelos de produção internacional, o do Instituto é uma sistematização nacional, sendo um dos mais conhecidos no país e fruto de uma das principais frentes de atuação da organização.

Em 1994, foi criado o *Collaborative for Academic, Social and Emotional Learning* (CASEL), visando estabelecer bases para uma educação de alta qualidade e baseada em evidências (CASEL, 2023). O CASEL estabelece um *framework* de desenvolvimento estabelecido esquematicamente a partir de um modelo baseado em cinco competências: autoconsciência (conhecimento sobre si mesmo), autogestão (gestão das próprias emoções, pensamentos e comportamentos), consciência social (capacidade de ter empatia com outras pessoas e grupos, mesmo em contextos diversos), habilidades de relacionamento (habilidade de construir e manter relações estáveis em diversas esferas) e tomada de decisão responsável (realização de escolhas conscientes, pensando nas consequências para si e para os outros), em tradução livre (CASEL, 2023).

Já o Big Five é um modelo tradicional e surgido em meados do século 20, sendo desenvolvido a partir de estudos de psicologia para descrever as características humanas a partir de cinco fatores, aos quais denomina como Abertura à experiência (diz respeito à imaginação e criatividade), Conscienciosidade (capacidade de reflexão), Extroversão (ligada à comunicação com os outros e relações externas), Amabilidade (relacionada à capacidade de desenvolver e manter relações positivas em sociedade) e Neuroticismo (relaciona-se com a capacidade de gerar as próprias emoções) (Sette e Teixeira, 2021, p. 16). A robustez do modelo e sua ampla utilização na academia levou a diversos desenvolvimentos e reflexões, fazendo com se tornasse uma das estruturas mais utilizadas e aceitas da literatura nacional e mundial (Sette e Teixeira, 2021), além de ser utilizado como base teórica para trabalhos como o da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE).

Num contexto brasileiro, um dos modelos mais comumente utilizados é o desenvolvido pelo Instituto Ayrton Senna, que vem ganhando destaque devido à utilização em componentes de políticas públicas de diferentes redes de ensino brasileiras (Pena, Alves e Primi, 2020). O modelo desenvolvido é organizado 17 competências socioemocionais, agrupadas em cinco macrocompetências que englobam a todas sendo elas Autogestão, Engajamento com os outros, Amabilidade, Resiliência emocional e Abertura ao novo (Teixeira e Martinez, 2021).

Visando facilitar o entendimento dos modelos taxonômicos ligados às competências socioemocionais, a figura abaixo sintetiza os modelos abordados.

Figura 3: Síntese dos modelos organizativos de competências socioemocionais



Fonte: Elaboração própria (2023)

2.2.3 - Produção científica nacional sobre a temática socioemocional

Até agora, foram apresentados neste capítulo os referenciais teóricos mais relevantes e cientificamente citados no campo da educação socioemocional. Contudo, considerando que esta pesquisa busca entender a relação das evidências da temática socioemocional com a produção jornalística, entendeu-se que não se pode seguir sem olhar para a produção científica do Brasil acerca do tema - afinal, é preciso ter visão sobre as evidências produzidas para identificar ou não a sua presença no jornalismo.

Figura 4: Artigos científicos sobre competências socioemocionais e disponíveis da plataforma SciELO, organizados por áreas temáticas.



Fonte: Elaboração própria (2023)

Para isso, entendeu-se a plataforma SciELO como o ambiente ideal para essa busca, já que se trata de um ambiente livre, gratuito e acessível (Moreno et al, 2006). Trata-se uma biblioteca virtual, que indexa os principais periódicos científicos editados no Brasil - cerca de 300 -, que atendem a critérios como presença de Conselho Editorial e periodicidade nas publicações. Foi realizada uma busca com os termos “socioemocional” e socioemocionais”, que obteve resultados de artigos publicados a partir do ano 2000. Foram encontrados 214 artigos, divididos em cinco áreas temáticas. A ideia da leitura desses materiais foi entender as abordagens e as evidências produzidas acerca das competências socioemocionais (CSE).

Os artigos da área de Ciências Humanas giram em torno dos modelos organizativos; formas de avaliação das CSEs; inserção das CSEs nas políticas públicas de educação; programas a atividades escolares ligadas às CSEs; relações das CSEs com fatores diversos (como gênero, idade, contexto social etc); educação integral para o século 21; e o papel das CSEs na formação para a cidadania ou para o mercado de trabalho, com viés de empregabilidade e impacto econômico.

Na área das Ciências Sociais Aplicadas, foram encontrados olhares sobre programas de intervenção em escolas que utilizam as CSEs; avaliação de programas e políticas públicas ligados às CSEs; formação e apoio ao docente encarregado da educação socioemocional;

relação com mercado de trabalho e economia; e a relação com acontecimentos externos, como a pandemia.

Na área da Saúde, os artigos versam sobre a relação das CSEs com o atendimento a estudantes com deficiências, transtornos e condições específicas; relação com práticas não comprovadas cientificamente, como meditação; aspectos ligados ao desenvolvimento da pessoa, envolvendo processos neurológicos; relação das CSEs com os impactos psicológicos da pandemia.

Na área Multidisciplinar, os artigos abordam a relação das CSEs com aspectos psicológicos; com contextos econômicos, históricos e sociais, como fluxos migratórios; e em recortes específicos, como estudantes universitários.

A área de Linguística, Letras e Artes teve somente uma ocorrência, que falava sobre práticas lúdicas e teatrais para profissionais de saúde.

Tais achados serão melhor inseridos no campo investigativo da pesquisa no capítulo seguinte, que apresentará os procedimentos metodológicos realizados.

3. Caminhos metodológicos ancorados em enquadramentos midiáticos

Encontrar caminhos metodológicos possíveis para a presente pesquisa demonstrou-se uma tarefa complexa e de diversas etapas, já que cada elemento norteador designado e cada escolha realizada envolveu um processo de pesquisa e reflexão. Tais escolhas e processos estão apresentadas neste capítulo.

Antes de estabelecer critérios para a escolha metodológica, foram estabelecidos elementos norteadores fundamentais, aos olhos da pesquisadora, não só para a metodologia, mas também para todas as subsequentes etapas de pesquisa. O primeiro elemento norteador considerado foi o compromisso com dois dos objetivos do próprio Labjor, em que a pesquisa é realizada: “reduzir a distância entre os criadores do conhecimento e a opinião pública” (LABJOR, 2023) e “estabelecer a relação da produção científica com a vida cotidiana e as suas relações com a sociedade de um modo geral” (LABJOR, 2023). A isso, se soma a perspectiva de alinhamento da pesquisa com a percepção sobre ciência e a investigação da relação entre suas evidências e a produção midiática, entendendo o papel da imprensa como ambiente de informação para a sociedade, o que o enquadra a pesquisa proposta na linha de pesquisa "Percepção Pública da Ciência e Tecnologia" do Laboratório. Em termos metodológicos, as escolhas precisariam, assim, viabilizar um percurso investigativo, sólido e já utilizado adequadamente em pesquisas semelhantes, sobre a produção midiática sobre a ciência.

Um segundo aspecto norteador foi a busca pela realização de uma pesquisa que, ainda que de forma indireta, estivesse alinhada com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidas pela Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil. As ODS's representam metas para que todas as pessoas desfrutem de direitos e liberdades básicas nos parâmetros que se espera de uma sociedade próspera e sustentável e podem ser vistas, portanto, como pontos de partida para a aquisição de insumos científicos e evidências que possam contribuir para a formulação de políticas públicas de diversas áreas. Considerando-se a ideia de que “os cidadãos precisam de conhecimentos, habilidades, valores e atitudes que lhes permitam contribuir para o desenvolvimento sustentável” (BELUZZO, 2018, p. 20) e que as pesquisas científicas, como esta, são formas de geração de evidências que possam apoiar efetivação dessa ideia, foi buscado, no escopo dessa pesquisa, uma abordagem metodológica que estivesse alinhada com duas ODS's. A primeira delas é a de número seis, que versa sobre a educação de qualidade e ancora-se no objetivo geral de “assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todas e todos” (UNESCO, 2023). Contudo, entende-se que esse objetivo versa especificamente sobre a garantia das condições para que as habilidades relevantes façam parte da formação do estudante. Ainda que a pesquisa se relacione com essa temática, não é seu objetivo ou escopo gerar evidências acerca do campo direto da educação; contudo, frisamos o alinhamento no sentido de destacar o compromisso com a escolha de uma metodologia que permita entender o cenário do jornalismo de educação com esse olhar. Também retomamos ao necessário alinhamento com o objetivo do LABJOR no entendimento da relação entre a ciência, o conhecimento e a vida cotidiana. Com isso em mente, uma resposta possível para o alinhamento da presente pesquisa com as ODS's parece estar na ODS 16, que fala sobre Paz, Justiça e Instituições Eficazes, que gira em torno de “promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis”, sobretudo no que tange à meta 16.7, que busca “garantir a tomada de decisão responsiva, inclusiva, participativa e representativa em todos os níveis” (UNESCO, 2023) e a 16.10, focada em “assegurar o acesso público à informação e proteger as liberdades fundamentais, em conformidade com a legislação nacional e os acordos internacionais” (UNESCO, 2023). Assim, fixa-se aqui que essa perspectiva permeia todos os esforços metodológicos aqui apresentados nessa pesquisa.

A reflexão sobre esse objetivo vai ao encontro do que é abordado por Guivant e Macnaghten (2011) acerca do mito do consenso. Em uma discussão teórica que aponta para bases sociológicas de ambientes democráticos e deliberativos, os autores debatem sobre um

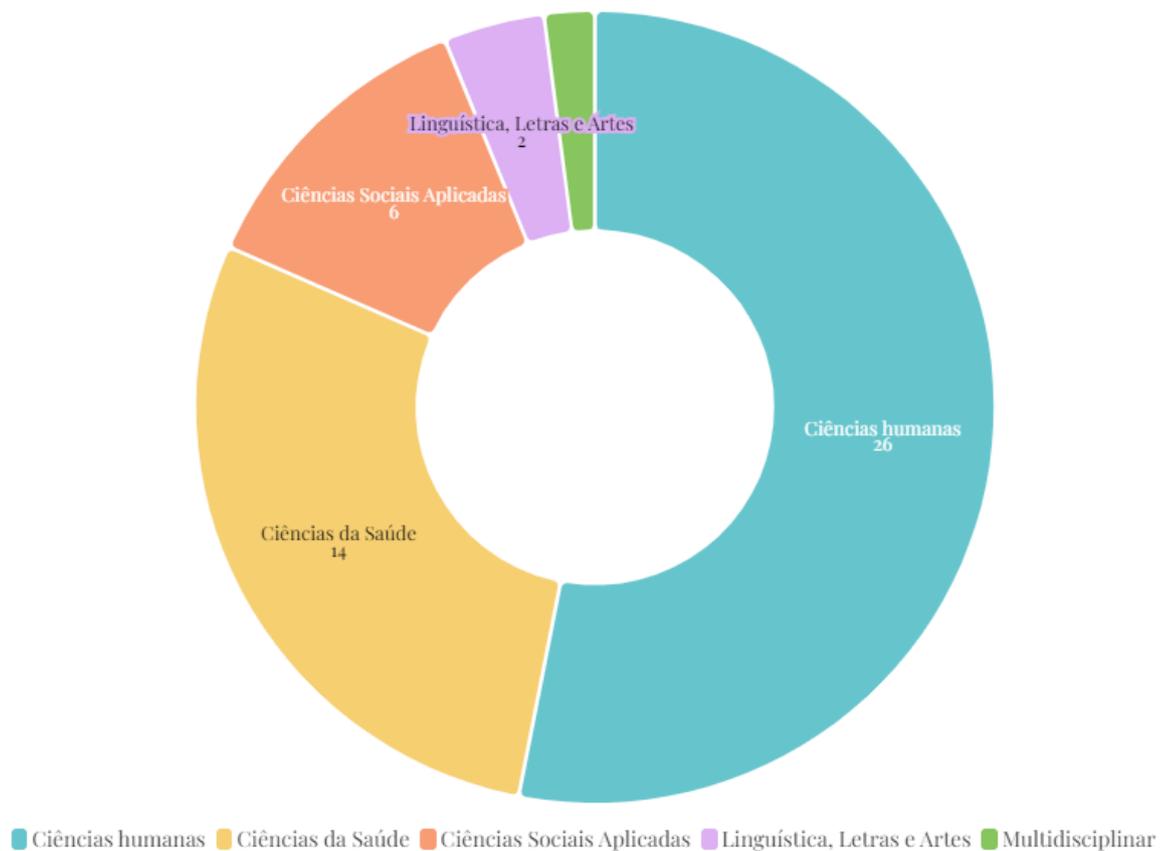
possível caminho para a desmonopolização e democratização da ciência que vá além da criação de bases para uma participação pública apoiada em uma “associação lineal entre participação, diálogo e consenso” (GUIVANT e MACNAGHTEN, 2011, p. 91). Considerando ainda o ponto dos autores sobre o risco de pesquisas que considerem abordagens reducionistas sobre as dinâmicas sociais e a construção da opinião pública, buscou-se uma metodologia que considerasse a necessidade de olhar para múltiplos pontos de vista e estivesse, ao mesmo tempo, alinhada com a importância de identificar na produção jornalística aquilo que a ciência investiga e postula sobre o tema.

3.1 - Jornalismo, educação e socioemocionais: caminhos para investigação

Considerando a complexidade dos temas ligados a essa pesquisa, o primeiro passo metodológico o estabelecimento de um olhar mais acurado sobre os dados ligados à revisão de literatura realizada sobre as questões principais do objeto de pesquisa: o jornalismo de educação e a temática das socioemocionais. Além da literatura elementar apresentada, foi realizada uma busca na plataforma SciELO, tendo em vista a sua característica de agregação da produção científica nacional e sua distribuição gratuita, o que se relaciona positivamente com o horizonte anteriormente exposto de valorização do acesso à informação gratuita.

O primeiro eixo de pesquisa na plataforma foi ligado ao jornalismo de educação. Foram encontrados 49 artigos, publicados de 2009 a 2022. Chama a atenção a multiplicidade de áreas de conhecimento nas quais os artigos achados se dispõem e, por isso, vale olhar cuidadosamente para a distribuição entre as áreas temáticas dispostas na SciELO. Os dados estão apresentados no gráfico a seguir.

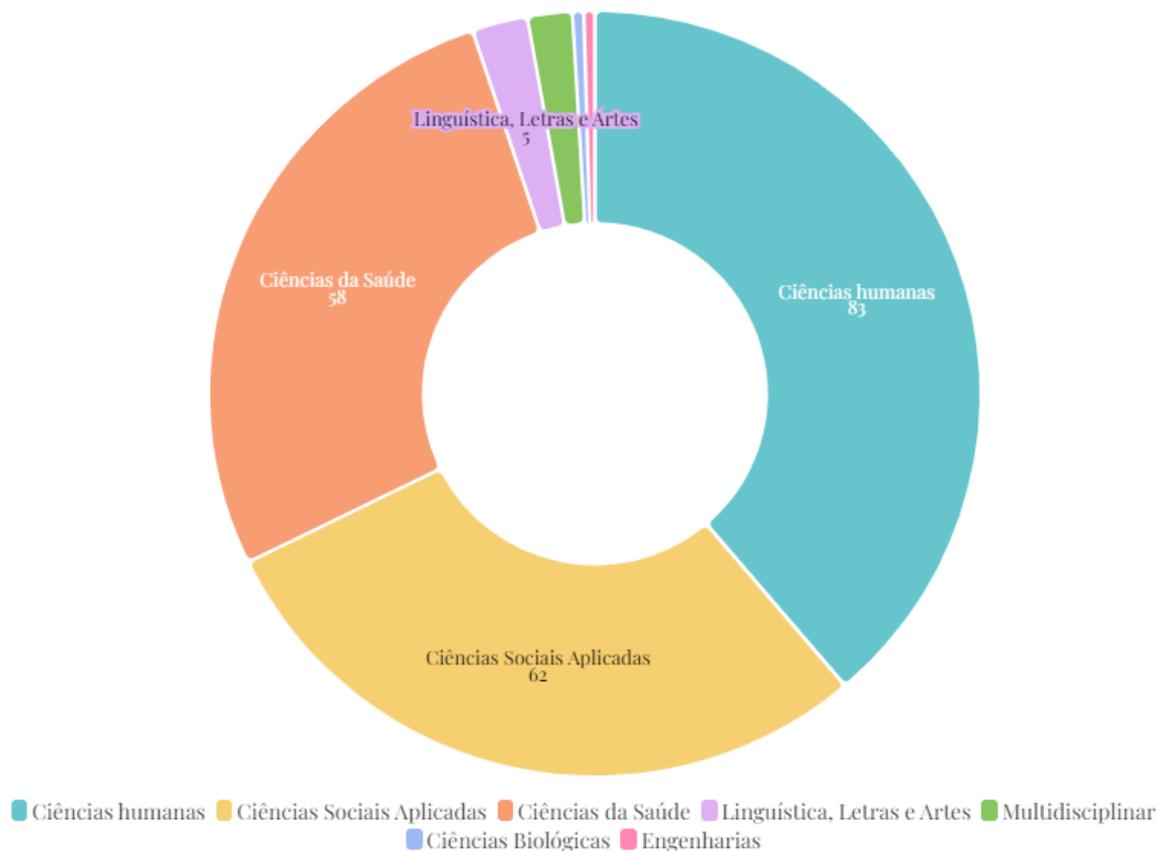
Gráfico 1: Distribuição em áreas temáticas da SciELO dos artigos encontrados na busca pelo termo “jornalismo de educação”.



Fonte: Elaboração própria (2023) (CABRAL, 2023).

Quando olhamos especificamente para a temática socioemocional, foram encontrados 214 artigos e observa-se também uma distribuição ainda mais ampla por diferentes áreas do conhecimento.

Gráfico 2: Distribuição em áreas temáticas da SciELO dos artigos encontrados na busca pelo termo "socioemocional".



Fonte: Elaboração própria (2023) (CABRAL, 2023).

Assim, buscou-se traçar uma conexão entre os achados da revisão de literatura e a busca pelo caminho metodológico ideal. A revisão de literatura realizada como base para este trabalho abriu caminhos para a percepção ampla sobre o tema, uma vez que os artigos encontrados na busca sistemática estão dispostos em diversas áreas do conhecimento. Assim, assumiu-se como critério inicial para escolha da metodologia a necessidade de entender quais das inúmeras facetas científicas da temática aparecem em contato com pautas e notícias de veículos brasileiros.

Dessa forma, em suma, tem-se como critérios para a construção metodológica: um caminho que permitisse análises sobre a ciência ligada às competências socioemocionais e a produção jornalística sobre o tema; a consideração de diferentes enfoques e abordagens sobre o tema; uma metodologia que considerasse a importância da variação entre esses enfoques para a construção da opinião pública e da vida cotidiana, em prol de um desenvolvimento coletivo sustentável.

À luz da perspectiva de Maia ao afirmar que, “em situações de debate pluralista, diversos enquadramentos se tornam publicamente disponíveis” (MAIA, 2012, p. 305), a ideia de uma análise dos enquadramentos midiáticos de notícias veiculadas à temática socioemocional,

proposta inicialmente no projeto de pesquisa, foi levada à reflexão com maior profundidade para que se pudesse verificar a sua plausibilidade para o desenvolvimento, em um curso lógico descrito a seguir.

3.2 - Enquadramentos midiáticos e Goffman

O primeiro marco conceitual da teoria de análise de enquadramentos surge com robustez na obra “*Frame analysis: An essay on the organization of experience*”, de 1974, do sociólogo Irving Goffman. O ensaio do autor é pautado por um questionamento sobre a maneira como indivíduos de uma sociedade assumem determinados elementos como sendo reais ou não, levando em consideração questões como percepção, pensamento, linguagem e cultura, entre outros (GOFFMAN, 1974, p. 01). Nesse sentido, uma das primeiras afirmações de Goffman sobre essa abordagem é a ideia de “definir situações como reais tem consequências” (GOFFMAN, 1974, p. 01) e que é preciso olhar para essa situação com o questionamento sobre “o que é que está acontecendo aqui?” (GOFFMAN, 1974, p. 08). A partir dessa perspectiva, optou-se por considerar, assim, que a maneira como certas situações são narradas e publicadas como verdade, dentro de uma produção noticiosa, é de grande relevância para investigação e análise sobre a dinâmica existente entre a produção jornalística e a ciência que permeia o campo da educação, no enfoque específico das socioemocionais.

Goffman considera que o reconhecimento de um evento por parte de um indivíduo apresenta a tendência de se orientar por um ou mais enquadramentos, os quais ele vê como esquemas interpretativos primários. A categorização desse enquadramento como primário é devida à ideia de que ele não se baseia em interpretação anterior alguma, mas sim em algo que permite que a situação em si seja interpretada e, assim, constituída de sentido (GOFFMAN, 1974, p. 21). Para o autor, dessa forma, independentemente de qual seja o enquadramento utilizado, é ele que trará o nível estrutural de organização necessário para que a interpretação seja, de fato, estabelecida.

O autor apresenta ainda a ideia de que, na sociedade, existem dois tipos principais de enquadramentos. O primeiro tipo é considerado por ele como natural, ao qual Goffman atribui uma ocorrência física, que se manifesta sem direção ou orientação, como se observa em ciências físicas ou biológicas. Tendo em vista a natureza social e humana da presente pesquisa, não cabe aqui investigar esta primeira categorização do autor, mas sim destinar um olhar mais focado na segunda categorização apresentada para os enquadramentos, chamada por Goffman de *social*. Esses enquadramentos, para o autor, “fornecem uma compreensão de fundo para eventos que incorporam a vontade, o objetivo e o esforço de controle de uma inteligência, uma agência viva,

sendo a principal o ser humano” (GOFFMAN, 1974, p. 22). A partir dessa perspectiva, um elemento apresentado por Goffman é a ideia de que essa ação criada pelo enquadramento não é imutável ou implacável, mas sim passível de persuasão ou discordância, já que essas ações colocam o indivíduo em contato com padrões e avaliações sociais que são orientadas por características particulares do indivíduo que realiza a interpretação. Goffman aponta também que todas essas estruturas sociais, ainda que de formas diferenciadas, envolvem regras, e que a percepção de qualquer situação social é estabelecida a partir de estruturas primárias de interpretação, que permitem a compreensão e a descrição do evento (GOFFMAN, 1974, p. 24).

3.2.1 - Como a teoria dos enquadramentos de Goffman se relaciona com jornalismo?

Nesse ponto, vale entender melhor a relação do conceito de enquadramento apresentado por Goffman com o jornalismo. Considerando a preocupação do autor com a estrutura interpretativa que permite definir algum acontecimento como real, é preciso estabelecer aqui o que esta pesquisa considera como conceito de *fato*, *acontecimento* e *notícia*. Para tanto, trabalharemos com a ideia de que o “o que acontece e é notícia (...) se associa, necessariamente, à coisa ou ação feita, o caso em si mesmo e suas consequências, o que existe e o que é real” (BAHIA, 2010, p.154).

A partir da fala de Bahia e das relações estabelecidas com a perspectiva de Goffman, é consequente uma reflexão sobre o acontecimento em si e o que se entende como *real*. Para Goffman, os elementos que são capturados pelos indivíduos para a realização de uma interpretação são, muitas vezes, manifestados no próprio acontecimento, uma vez que o acontecimento acontece no campo da sociedade e ela, por sua vez, é estruturada de tal forma que seus indivíduos são capazes de entender o que nela se passa (GOFFMAN, 1974, p. 26).

Esse aspecto da visão de Goffman sobre os enquadramentos é um elemento da obra que gerou inúmeras reflexões e pesquisas posteriores, em debates acadêmicos que renderam, por vezes, ao autor a ideia de um “teórico controverso” (MALIN, 2018, p. 02). Não se pretende aqui ignorar tais críticas, mas sim entender nós conceituais da obra e definir quais perspectivas serão consideradas nesta pesquisa. Nesse sentido, é preciso mergulhar no olhar apresentado por Malin (2018, p. 06), que aponta como conceitos básicos da *frame analysis* as *chaves (keys)* e as *fabricações (fabrications)*. Para a autora, a ideia apresentada por Goffman para a chave é relativa ao acontecimento, à situação em que os elementos significativos ali presentes transformam-se em outra coisa quando interpretados em um determinado enquadramento - e, portanto, passíveis de se tornarem ainda uma outra coisa quando interpretados em outro *frame*. Ou seja: a chave oferece uma forma para transformar um acontecimento em outra coisa, a partir

da interpretação pautada em um enquadramento específico. Malin aponta ainda que essa possibilidade representa uma forma de gerar uma espécie de vulnerabilidade na situação, em um esforço intencional definido como fabricação, que pode ou não ser utilizada de maneira prejudicial (Malin, 2018, p. 06). Entender se a fabricação tem a intencionalidade positiva ou ancorada na má-fé requer um mergulho subjetivo que extrapola o objetivo desta pesquisa e, portanto, configura-se como um ponto que não será explorado ao longo da análise.

O que se percebe como a diferenciação entre a situação em si e a interpretação dela decorrente, permitida pelo enquadramento, é justamente um caminho metodológico possível para a realização da pesquisa, já que permite a investigação da maneira como uma determinada temática - no caso, as competências socioemocionais no contexto da relação entre jornalismo e ciência - é percebida e noticiada no país, identificando ou não o uso de evidências.

3.2.1 - Legado da obra de Goffman e reflexos nas escolhas metodológicas

Uma crítica recorrente à obra de Goffman se faz necessária no estabelecimento do uso de enquadramentos no contexto da produção jornalística: como transpor a ideia de que *frames* interpretativos pautam a interpretação de um acontecimento para a lógica da produção de notícias em veículos que possuem rotinas próprias? Uma reflexão sobre esse ponto foi feita pelo sociólogo Todd Gitlin na publicação *The Whole World Is Watching: Mass Media in the Making and Unmaking of the New Left* (GITLIN, 2003), em que o autor considera que a visão de Goffman sobre a aplicação enquadramentos é incompatível com a produção jornalística metódica, já que a prática nas redações de jornais aciona mais elementos do que é considerado por Goffman em sua obra original. Isto posto, é importante considerar o ponto de vista de Vliegenthart e Zoonen (2011, p. 103) ao afirmar que os primeiros estudos sobre a *frame analysis* vinculam as estruturas das notícias à forma como essas notícias são socialmente construídas, estando sujeitas aos critérios de noticiabilidade dos veículos nos momentos sociais e históricos em que eles estão inseridos.

Para sanar esse impasse, é preciso recorrer à ideia de um enquadramento pode ser um paradigma fraturado (Entman, 1993), já que congrega diferentes elementos da realidade, e está presente em um dos conceitos mais clássicos sobre o tema, em que se afirma que:

enquadrar é selecionar alguns aspectos de uma realidade percebida e torná-los mais salientes em um texto comunicativo, em de forma a promover uma definição de problema particular, interpretação causal, moral avaliação e/ou recomendação de tratamento (ENTMAN, 1993, p. 52, itálico no original).

A definição de Entman permite estabelecer que, no contexto jornalístico, os enquadramentos são uma seleção de elementos da realidade para compor uma determinada narrativa e que, portanto, possuem intencionalidade. E é justamente essa intencionalidade contida nos enquadramentos que permite analisar a forma como a produção jornalística brasileira noticia a educação e os aspectos ligados às competências socioemocionais.

3.3 - Escolhas metodológicas fundamentais

Quando se fala em enquadramentos, há uma diferenciação conceitual fundamental para a próxima decisão metodológica desta pesquisa: os enquadramentos (*frames*), entendidos como as características dos conteúdos presentes nas notícias; e os *framings*, que se referem ao processo e características conceituais da produção e veiculação de notícias (VLIEGENTHART e ZOONEN, 2011, p. 102). Retomando mais uma vez o objetivo geral da pesquisa em refletir sobre a relação entre o jornalismo e as evidências científicas produzidas na área da educação, a opção metodológica foi por focar as análises na ideia ancorada nos *frames*, já que a pesquisa pretende analisar justamente a produção jornalística feita sobre a temática e não os seus processos produtivos intrínsecos das redações (o *frame building*, nas palavras de Vliegenthart e Zoonen). Vale ainda destacar que a pesquisa também não trata de investigar os efeitos do enquadramento (os *frame effects*), que podem ser pensados como as relações decorrentes das notícias com seus público, e o impacto dessa dinâmica nos movimentos sociais e na sociedade (Gamson, 1992).

A partir disto, é preciso estabelecer como critério de análise a perspectiva macro ou micro de influência, considerando esses níveis como, respectivamente, a comparação entre coberturas de diferentes países e a as influências locais da cobertura (VLIEGENTHART e ZOONEN, 2011, p. 107). Como o objetivo da pesquisa é analisar a mídia brasileira, a classificação como nível micro de influência parece ser *a priori*, mas isso não significa que não tenha sido refletida nessa etapa metodológica. Um primeiro ponto está na ideia apresentada por Vliegenthart e Zoonen de que a *frame analysis* considera implicitamente a influência de agências, jornalistas e editores, numa perspectiva que se relaciona com a ideia de que a “realidade sempre aparece para o ator de uma perspectiva particular” (VERHOEVEN, 1985, p. 86) e de que essa perspectiva é criada a partir dos enquadramentos utilizados que são, por sua vez, organizações particulares de experiência. É preciso destacar que a escolha não exclui, todavia, a existência de influências externas, como acontecimentos gerais e conjunturas políticas, já que uma crítica que muitos estudos de *frame analysis* recebem é ancorado em possíveis falhas na identificação de exatamente quais são essas influências nos enquadramentos

(VLIEGENTHART e ZOONEN, 2011, p. 108); esse ponto específico é de fundamental relevância para o estabelecimento do *corpus* de análise da pesquisa e será por isso explorado no item 2.6. Vale ainda explicitar que o nível de influência das fontes ouvidas também é considerada Vliegenthart e Zoonen, mas não será aqui contemplada devido à necessidade de segmentar o campo de análise da pesquisa.

A opção por uma análise micro também se justifica pela necessidade da pesquisa em entender de que maneira a produção jornalística pode refletir o que está em voga sobre uma determinada temática. Considerando a ideia de que “o senso comum decorre da partilha, entre atores, de um mesmo método de produção de significados” (MARTINS, 1998, p. 04 - cf. Garfinkel, 1967), é fundamental considerar a relação entre a produção científica em educação e a prática jornalística sobre o tema, já que essa dinâmica apoia no entendimento de caminhos para a desmonopolização da ciência e da democratização do conhecimento (GUIVANT, 2011, p. 91).

3.4 - Análise de conteúdo no contexto da *frame analysis*

A partir da decisão de utilizar a análise de enquadramentos midiáticos como metodologia para a pesquisa, passou-se para o momento de entendimento da maneira que seria utilizada para, de fato, identificar os enquadramentos. Para tanto, foi utilizado como referencial teórico a revisão realizada por Matthes e Kohring (2008) acerca das abordagens possíveis para entender de que maneira pode-se estabelecer os *frames* disponíveis em um texto midiático. Os autores identificam seis grandes abordagens, não exaustivas e não exclusivas: hermenêutica, linguística, holística manual, assistida por computador e dedutiva. A fim de se estabelecer a mais adequada para este escopo, é preciso entender melhor as potencialidades e fragilidades de cada uma.

A abordagem hermenêutica está ancorada em um paradigma qualitativo na medida em que busca a identificação dos *frames* a partir de interpretações que agregam diversos elementos culturais. Ainda que muitos dos estudos que valem-se dessa abordagem tenham larga profundidade nas técnicas da interpretação qualitativa, permeiam muitas discussões sobre como os enquadramentos midiáticos são, de fato, extraídos dos textos analisados. Autores como Coleman e Dysart (2005, p. 13, apud Matthes e Kohring, 2008) argumentam que se trata de uma análise amostral e que representaria um espelho da realidade completa dos discursos sobre um tema, o que é relevante quando se pensa na necessidade de analisar períodos maiores de tempo sem necessariamente analisar cada material midiático produzido. Uma crítica recorrente a essa abordagem é a falta de clareza sobre como os enquadramentos são realmente

identificados, já que a abordagem costuma partir da ideia de que os *frames* poderiam emergir dos textos analisados; logo, essa abordagem não seria a melhor opção para a pesquisa, já que é preciso entender e fixar com clareza os enquadramentos analisados.

De maneira semelhante, a abordagem linguística também olha para aspectos específicos do texto para a identificação dos enquadramentos - olhando, entre outras coisas, para análises de seleção, local e estrutura dos termos e frases utilizadas, considerando assim que a especificidade de certas palavras constrói blocos de enquadramentos ao seu redor. Contudo, essa abordagem difere-se essencialmente da hermenêutica pelo fato de que os pesquisadores dessa linha determinam claramente os elementos linguísticos que significam um enquadramento, estabelecendo dimensões estruturais como sintaxe, tem e retórica, entre outros. É estabelecida, assim, uma matriz de dados para cada texto em questão, analisando os itens significantes de cada parte do conteúdo; entretanto, os autores apontam que não existe uma clareza ou especificidade de como todos esses elementos são agregados e analisados em conjunto para significar o *frame*. Enquanto prática metodológica, essa abordagem, ainda que traga contribuições significativas no que diz respeito à sistemática e minúcia, também adiciona uma camada de dificuldade quando se trata de textos grandes ou grandes quantidades de textos, que inviabilizaria a escolha para essa pesquisa.

Já a abordagem holística manual identifica os enquadramentos de duas formas: primeiro, atua a partir de uma análise qualitativa aprofundada e, em seguida, codificadas como variáveis holísticas a partir de um processo de análise de conteúdo manual que pode ser realizada, por exemplo, por meio da criação de um *codebook* (Simon e Xenos, 2000, apud Matthes e Kohring, 2008). As controvérsias acerca desse método assemelham-se às das abordagens anteriores de que há pouca transparência dos critérios de estabelecimento dos enquadramentos e que a ancoragem constante em aspectos quantitativos traz pouca objetividade aos resultados. Assim como a hermenêutica, essa abordagem foi eliminada pela falta de clareza.

Uma tentativa de não tentar eliminar a subjetividade da análise resulta na abordagem assistida por computador, identificada pelos autores na terminologia comumente utilizada de *frame mapping*, ou mapeamento de enquadramentos, em tradução livre, que faz uso de algoritmos. Esse mapeamento se estabelece a partir da ideia de que os enquadramentos se constituem em volta de determinadas palavras, procedendo assim a entender quais são as palavras que aparecem ou não nos textos. Esse método recebeu bastante atenção no contexto da análise de enquadramentos, devido à maior objetividade, mas também recebeu críticas semelhantes as que são aplicadas à abordagem linguística, como o fato de que são encontrados mais grupos de palavras ou blocos sintáticos do que efetivamente enquadramentos midiáticos.

A abordagem não foi considerada adequada para a pesquisa por não permitir relacionar adequadamente os enquadramentos das notícias com as evidências científicas.

A última abordagem apresentada pelos autores é a dedutiva, estabelecendo a ideia de que todas as demais são identificadas indutivamente. Os autores destacam que o trabalho de Semetko e Valkenburg (2000) como o primeiro estudo a apresentar esse tipo de metodologia. Os relatos da pesquisa destacam a busca por cinco enquadramentos genéricos determinados pelas autoras: responsabilidade, conflito, interesse humano, consequências econômicas e moralidade. Para elas, esses enquadramentos são encontrados comumente nas notícias, sendo identificados em materiais midiáticos quaisquer. As autoras justificam a sua opção a partir da ideia de possibilidades metodológicas indutivas partem de concepções prévias vagamente definidas para os enquadramentos, abrindo em demasiado o campo de análise e gerando dificuldades de replicação ou explicação (Semetko e Valkenburg, 2000, p. 94). Por outro lado, defendem que o método dedutivo parte do pressuposto de que a análise é realizada a partir dos enquadramentos de interesse do pesquisador, alinhados ao tema, o que permitir defini-los de maneira exata e permitindo estabelecer com clareza os seus critérios de identificação. As autoras reconhecem ainda que uma possível limitação do método é o fato de que enquadramentos que não forem estabelecidos inicialmente podem passar despercebidos.

Contudo, a ideia de que a os enquadramentos poderiam ser identificados a partir de definições anteriores relaciona-se com uma premissa apresentada logo da introdução da presente pesquisa: os elementos noticiosos ligados à Ciência não estão somente nos cadernos específicos, mas também em páginas variadas dos jornais (Vogt et al, 2018, p. 401). Soma-se a isso a visão de Goffman, apresentada no item 3.2, de que os enquadramentos sobre os quais nos debruçamos aqui seriam os sociais, refletindo estruturas e padrões que envolvem regras determinadas. Além disso, sugerimos aqui a possibilidade de que é preciso pensar em um ponto fundamental para a análise realizada no campo do jornalismo: a estrutura de um determinado veículo noticioso, com suas divisões em editorias e seções, já são, por si mesmas, estruturas que afetam significativamente os conteúdos que serão ali apresentados; até mesmo os espaços voltados para a opinião, de certa maneira, expressam uma forma de enquadramento estabelecida pelo seu escritor a partir de sua visão de mundo e seu campo de atuação. Não se pretende aqui fixar que os enquadramentos são, por regra, relacionados à seção em que estão inseridos, pois isso seria uma simplificação equivocada em qualquer abordagem. O que se aponta, então, é a ideia de que a identificação de enquadramentos em notícias precisaria considerar os elementos discursivos que se associam a certos cadernos e editorias de um jornal, pensando-se em formas

de enquadramentos que fariam parte da rotina de produção de um veículo e, portanto, seriam aceitas em seus padrões de publicação.

Por fim, reconhecendo ainda o objetivo central desta pesquisa - que é o de identificar a relação das evidências científicas com a produção noticiosa - a abordagem dedutiva parece ser um caminho possível, já que permite buscar os enquadramentos que derivariam da ciência produzida e já identificada da revisão de literatura. Entende-se, assim, a potencialidade de utilizar um método que permita a identificação dos enquadramentos em uma abordagem que permita esse olhar e, por isso, fixa-se aqui a escolha da abordagem dedutiva para a análise de conteúdo dos materiais coletados.

Vale ainda destacar que a limitação do método, apontada pelas próprias autoras Semetko e Valkenburg e por diversos estudos seguintes (Knobloch-Westerwick, Valenzuela et al, A Ardêvol-Abreu, entre outros), não se apresenta aqui como um entrave ao objetivo geral de pesquisa, ancorado na perspectiva de refletir sobre a relação entre o jornalismo e as evidências científicas no campo da educação, a partir da análise dos enquadramentos midiáticos de notícias veiculadas à temática socioemocional. Isto porque é estabelecido, como primeiro objetivo específico, a identificação do cenário midiático no contexto de educação em diferentes veículos e editoriais, o que justifica a utilização de seus próprios elementos organizativos como partes da abordagem metodológica.

3.4.1 - Criando os parâmetros para uma abordagem dedutiva

O estudo de Semetko e Valkenburg estabeleceu como forma de análise uma espécie de questionário, com 20 perguntas, que admitiriam somente os parâmetros ‘sim’ ou ‘não’ como resposta. Cada uma das notícias analisadas foi submetidas a essas perguntas, que atuaram como uma espécie de codificação do material coletado.

As autoras apresentam uma perspectiva baseada na literatura especializada que aponta para o fato de que existem alguns enquadramentos bastante comuns nas notícias, ocorrendo com frequência e não necessariamente em simultaneidade (Semetko e Valkenburg, 2000, p. 95). O estudo, que tem como objeto de análise o cenário político europeu, busca em outras publicações criadas a partir de pesquisas de *frame analysis* para definir os critérios associados aos enquadramentos. Essa possibilidade não se aplica aqui, já que não são encontrados estudos semelhantes no campo de análise do socioemocional a partir dos enquadramentos midiáticos. Considerando-se essa lacuna e o objetivo dessa pesquisa em investigar justamente a presença das evidências científicas nas notícias analisadas, os pontos e parâmetros de interesse serão definidos a partir da revisão de literatura realizada sobre a temática socioemocional. Além

disso, as autoras especificam os cinco enquadramentos que buscam analisar como *genéricos*, já que podem ser procurados em quaisquer notícias e para quaisquer temas. Contudo, considerando a especificidade da presente pesquisa, propõe-se uma variação metodológica baseada nos próprios achados da revisão de literatura.

A partir da revisão de literatura e dos referenciais teóricos apresentados no capítulo anterior, foram estabelecidos cinco pontos de interesse analítico acerca da identificação dos enquadramentos: a relação das competências socioemocionais no âmbito estrito da educação, relacionando-se com o conceito de educação, educação integral e formação plena (1); a relação das competências socioemocionais com questões ligadas à saúde mental, resultados de vida e/ou questões psicológicas (2); a visão das competências socioemocionais no âmbito das políticas públicas de educação integral (3); a variável econômica e mercadológica envolvida na dinâmica relacional das competências socioemocionais e seus objetivos finais na formação dos estudantes (4); o interesse humano nas relações narradas ou vivenciadas a partir da ótica do desenvolvimento socioemocional (5).

Olhando para esses cinco possíveis pontos, parte-se, então, para a reflexão acerca das evidências científicas que poderiam estar em cada um deles. Considerando-se a área temática dos materiais levantados na revisão de literatura, é possível associar: (1) às áreas de Ciências Humanas, Ciências Sociais Aplicadas, Linguística, Letras e Artes e Multidisciplinar; (2) às áreas de Ciências Sociais Aplicadas, Ciências da Saúde, Linguística, Letras e Artes e Multidisciplinar; (3) às áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Multidisciplinar; (4) às áreas de Ciências Sociais Aplicadas e Multidisciplinar; (5) a todas as áreas.

Buscando uma simplificação ao longo do texto, serão estabelecidos nomes para cada um dos enquadramentos, sendo enquadramento educação (1), enquadramento saúde (2), enquadramento político (3), enquadramento mercadológico (4) e enquadramento humano (5).

A elaboração do questionário também considera as questões teóricas apresentadas no capítulo anterior sobre a conceituação de evidências e fontes, incluindo no enquadramento “educação” o papel dos educadores na constituição da notícia.

Definindo todas essas relações, estão estabelecidos os parâmetros associados aos enquadramentos que serão identificados, buscados e analisados nesta pesquisa. Tais parâmetros estão descritos na tabela abaixo.

Tabela 1: Enquadramentos midiáticos estabelecidos e seus parâmetros.

Enquadramento	Pontos relacionados	Áreas temáticas
Educação	Relação das competências socioemocionais no âmbito estrito da educação, relacionando-se com o conceito de educação, educação integral e formação plena	<ul style="list-style-type: none"> • Ciências Humanas • Ciências Sociais Aplicadas • Linguística, Letras e Artes • Multidisciplinar
Saúde	A relação das competências socioemocionais com questões ligadas à saúde mental, resultados de vida e/ou questões psicológicas	<ul style="list-style-type: none"> • Ciências Sociais Aplicadas • Ciências da Saúde • Linguística, Letras e Artes • Multidisciplinar
Político	A visão das competências socioemocionais no âmbito das políticas públicas de educação integral	<ul style="list-style-type: none"> • Ciências Sociais Aplicadas • Multidisciplinar
Mercadológico	Variável econômica e mercadológica envolvida na dinâmica relacional das competências socioemocionais e seus objetivos finais na formação dos estudantes	<ul style="list-style-type: none"> • Ciências Sociais Aplicadas • Multidisciplinar
Humano	Interesse humano nas relações narradas ou vivenciadas a partir da ótica do desenvolvimento socioemocional	<ul style="list-style-type: none"> • Todas as áreas.

Fonte: Elaboração própria.

3.5.2 - Questionário

Seguindo a proposta metodológica de Semetko e Valkenburg, é preciso dispor de um questionário de 20 perguntas acerca dos enquadramentos que se busca identificar. Não serão utilizadas as mesmas perguntas do questionário das autoras, sendo elaboradas novas que serão divididas em blocos que objetivem buscar os elementos fundamentais para caracterizar os enquadramentos definidos. A cada pergunta, será atribuída a resposta “sim” ou “não”. As perguntas foram elaboradas a partir das intersecções percebidas entre a temática socioemocional e as áreas identificadas acima. Considerando o objetivo geral da presente pesquisa, em todos os grupos foi inserida uma pergunta sobre específica acerca do uso de evidências científicas nas notícias.

Refletindo também sobre as dimensões da produção de conhecimento apresentadas no capítulo 2 (dimensão histórica, social e política), foi inserido ainda um bloco adicional de perguntas que visam permitir entender a natureza das evidências contidas nas notícias e analisá-las sob uma perspectiva mais ampla e crítica.

As perguntas definidas para compor o questionário estão apresentadas na tabela a seguir.

Tabela 2: Perguntas do questionário codificador.

Enquadramento educação	1. A notícia traz o contexto ou cita acontecimentos ou atores das escolas brasileiras?
	2. São ouvidos pesquisadores de instituições/órgãos oficiais ou citadas fontes de informações, dados ou comunicados?
	3. Os professores ou membros da comunidade escolar são ouvidos como fontes primárias/testemunhas?
	4. Os professores ou membros da comunidade escolar são ouvidos como fontes secundárias/experts?
Enquadramento saúde	5. A notícia utiliza termos ligados à doenças e condições de saúde mental?
	6. A notícia traz personagens com condições médicas ou que se relacionem à área da saúde?
	7. São citados efeitos ou impactos ligados à temática abordada para a saúde física e mental das pessoas?
	8. A notícia traz evidências ligadas à área de saúde?

Enquadramento político	9. Há menção das políticas públicas ligadas, projetos de lei, tramitações legais ou outras formas de legislação vigente no Brasil à temática abordada?
	10. São mencionados nomes de políticos ou de partidos políticos?
	11. São tratadas disputas, acordos ou convergências de cunho político?
	12. São citadas evidências ligadas à ciência política ou ao arcabouço científico por trás das políticas públicas e relações da área?
Enquadramento mercadológico	13. Há uma menção à relação entre a educação e resultados financeiros da vida dos estudantes, agora ou no futuro?
	14. Existe uma referência às consequências econômicas de seguir ou não um curso de ação?
	15. Há menção de dinâmicas econômicas dos custos da educação, seja para rede públicas ou privadas?
	16. São citadas evidências científicas ligadas à economia?
Enquadramento humano	17. A história é baseada na narrativa de vida de um indivíduo ou grupo de pessoas?
	18. A história contém informações visuais que pode gerar sentimentos de indignação, empatia, simpatia ou compaixão?
	19. A história emprega adjetivos ou expressões pessoais, que geram sentimentos de indignação, empatia-cuidado, simpatia ou compaixão?
	20. São citadas evidências científicas ligadas à temática abordada e a situação vivenciada pelo personagem?
Dimensões	Histórica: Há uma contextualização de questões sociais/econômicas e relações entre a vida social?
	Social: Há uma caracterização das relações econômicas, dinâmicas de classe, aporias ou trocas simbólicas?
	Política: Há explicitações de relações entre o campo econômico e o Estado?

Fonte: Elaboração própria.

As perguntas 2, 3, 8, 12, 16 e 20 ligam-se diretamente ao uso de evidências ou considerações feitas por especialistas das áreas correlatadas em modalidade de fonte secundária/*expert* e, portanto, serão os marcadores da ocorrência de evidências nas notícias analisadas. Vale destacar que, no enquadramento, são destacadas duas perguntas e não somente uma, como nos demais. A escolha metodológica se deve à problemática discutida no capítulo anterior sobre a dualidade entre conhecimento tácito/empírico e do conhecimento teórico/explicito presente na pauta da educação a partir da formação e prática docente. A divisão em duas perguntas tem por finalidade gerar uma análise nessa instância e destaca-se ainda que, para fins comparativos com outros enquadramentos, os índices obtidos em cada pergunta serão agrupados em um bloco único, ao qual chamaremos de “evidências em educação”.

Isto posto, é preciso pensar na maneira mais adequada de codificar os resultados. Para isso, será utilizada a metodologia proposta por Ardèvol-Abreu (2025), que analisou a amostra e atribuiu a cada uma das perguntas as seguintes relações:

- 0, quando a resposta for “não”, indicando que os itens da questão não mencionados no texto.
- 1, quando a resposta for “sim” para somente uma única menção dos itens da questão ao longo do texto.
- 2, quando a resposta for “sim” e a menção dos itens da questão ocorrer duas ou mais vezes ao longo do texto.

As técnicas utilizadas para sistematizar a codificação e analisar os dados serão exploradas no capítulo seguinte.

3.6 - Veículos analisados e recorte temporal

Estando estabelecidas as bases metodológicas da pesquisa, o próximo passo constituiu-se na definição dos veículos que seriam analisados e no recorte temporal a ser definido.

Considerando a definição em entender a relação da ciência com a produção jornalística e a vida cotidiana, entendeu-se que veículos específicos de educação não tinham espaço na coleta, já que são direcionados para públicos específicos e não atendem aos critérios metodológicos definidos. Por isso, o que se buscou foram veículos de grande circulação nacional, que tivessem a possibilidade de busca em ambiente digital. Dados de um levantamento realizado pelo Instituto Verificador de Comunicação (IVC) apontam como jornais de maior circulação digital do país a tríade *O Globo*, *Folha de São Paulo* e *Estadão*.

Tendo em vista a realização da pesquisa na Universidade Estadual de Campinas, optou-se por escolher os jornais sediados no mesmo estado da instituição; com o corte do estado de São Paulo, estabeleceu-se que os veículos de coleta seriam *Folha de São Paulo (Folha)* e *O Estado de S. Paulo (Estadão)*.

Ainda sobre os veículos, há de se apresentar uma breve descrição sobre sua estrutura. A Folha de São Paulo, fundada em 1921 por Olival Costa, é um dos principais jornais brasileiros com sede na cidade de São Paulo. Pertence ao Grupo Folha, que também engloba outros empreendimentos de comunicação, como a rádio Folha FM e o portal de notícias UOL. Com um alcance nacional, sobretudo pelo acesso via internet, a Folha é reconhecida por sua cobertura política, econômica e cultural, além de ser pioneira na introdução do jornalismo investigativo no Brasil. Define sua linha editorial como “jornalismo crítico, apartidário e pluralista” (FOLHA, 2023) e

O Estado de São Paulo, fundado em 1875 por Francisco Mesquita, é um dos jornais mais antigos do Brasil. Pertence ao Grupo Estado, que inclui também o portal de notícias Estadão e a Rádio Eldorado. Com uma circulação predominantemente no estado de São Paulo, o jornal expandiu sua presença para todo o país ao longo dos anos. O veículo se define como apartidário, independente, a favor da liberdade e da livre iniciativa, imparcial e contra o populismo e o radicalismo.

Para definição do recorte temporal, vale retomar o que foi apresentado no item 2.4, a literatura aponta para a necessidade de considerar na análise de enquadramentos marcos políticos e nacionais relevantes. No caso da temática das competências socioemocionais, não se pode deixar de lado a BNCC, já que sua publicação representa o principal marco legal de institucionalização das competências socioemocionais no cenário da educação brasileira. Por isso, definiu-se como ponto temporal relevante a publicação da Base, que teve sua primeira versão disponibilizada em 16 de setembro de 2015. Contudo, vale destacar que não se busca analisar a cobertura específica do lançamento, mas sim acompanhar os enquadramentos que podem ser identificados ao longo do tempo, o que significa que um recorte temporal maior precisa ser considerado. Assim, tem-se como espaço de tempo de análise o intervalo entre 2015 e 2022; o ano de 2023 não entrou na coleta devido a se tratar do corrente da conclusão da pesquisa e, portanto, não apresentar um consolidado pronto a ser coletado e analisado.

Considerando a extensão de sete anos de análise, torna-se necessária a reflexão sobre formas de viabilização da coleta da amostra. Por isso, recorre-se à ideia apresentada por Matthes e Kohring (2008) na perspectiva hermenêutica de que o recorte amostral representaria um espelho do todo, fazendo-se valer esse olhar. Assim, considerando o intervalo letivo do ano,

foram estabelecidos como escopo de análise dois períodos do ano, sendo um cada semestre: os meses de março e abril; e os meses de setembro e outubro. Dessa forma, em suma, a coleta que será descrita no item a seguir tem como recorte temporal os meses de março-abril e setembro-outubro nos anos de 2015 a 2022.

3.7 - A coleta

A coleta dos dados foi realizada de forma manual, buscando-se os termos “socioemocional” e “socioemocionais” nos portais da Folha de São Paulo e do Estadão e com a inserção dos filtros temporais de cada bloco bimestral, conforme descrito anteriormente.

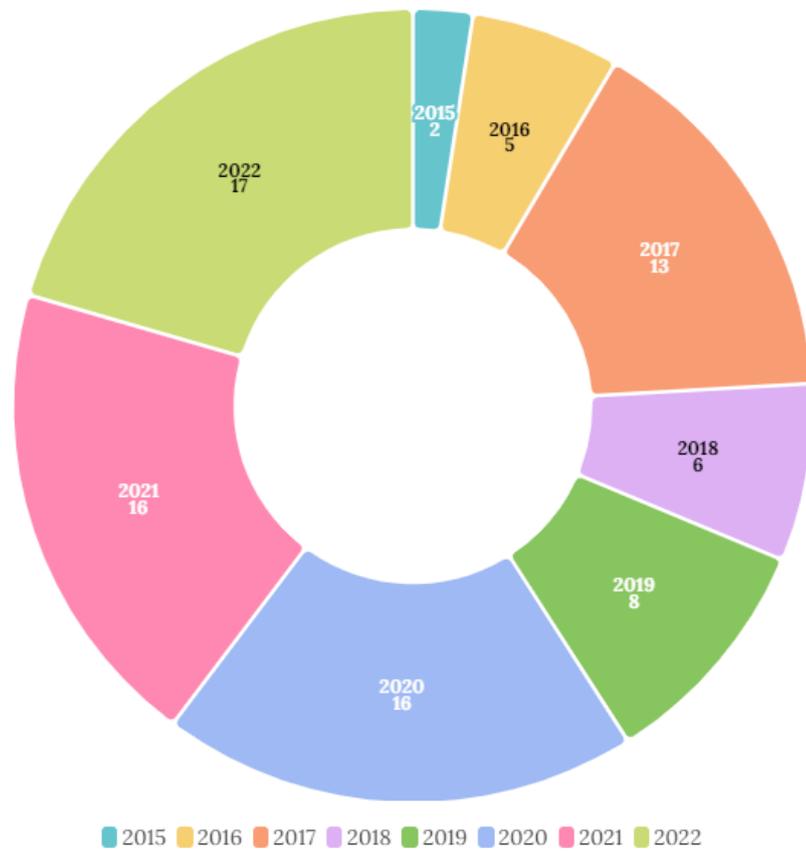
Foram encontrados 90 resultados na busca feita no portal da Folha e 265 no Estadão. Com a remoção das notícias que apresentavam conteúdo não produzido pelas redações ou parceiros – sendo notícias produzidas por blogs de colégios, conteúdos publicitários e matérias pagas – o total que compõe o *corpus* de análise caiu para 237 notícias. Para fins de análise no próximo capítulo, serão apresentados a seguir descritivos dos possíveis recortes para dos dados.

3.7.1 - Folha

Das 90 notícias coletadas na Folha, 7 eram de conteúdos produzidos por redes escolares, alocadas na categoria “Estúdio Folha”. Considerando-se que esses conteúdos não são de produção interna do veículo, sua análise extrapola o escopo da pesquisa e, portanto, foram excluídos do *corpus* da análise. Assim, 83 notícias fizeram parte da amostra final, que estão apresentadas no apêndice B.

Uma primeira observação se dá ao redor da distribuição da quantidade de notícias em cada um dos anos analisados. Os dados estão dispostos no gráfico abaixo.

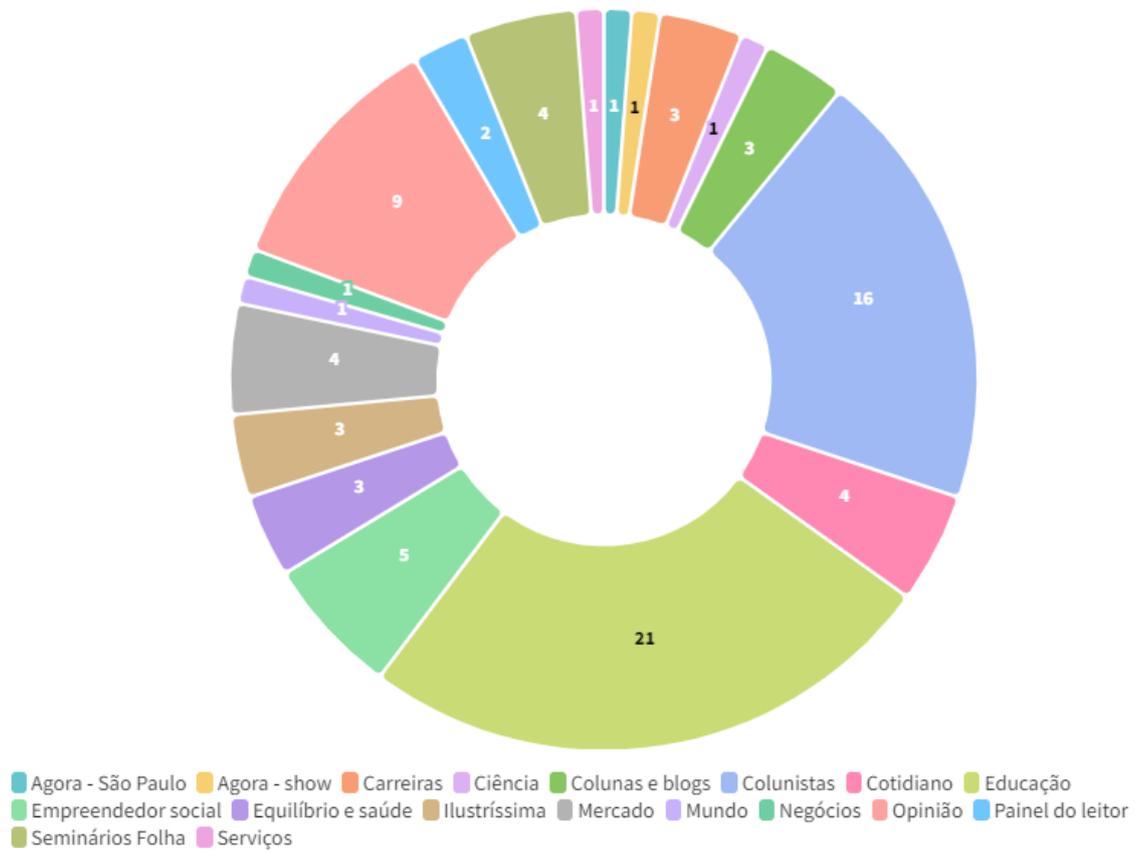
Gráfico 3: Notícias coletadas por ano na Folha.



Fonte: Elaboração própria (2023)

Foi também considerada a quantidade de notícias por editorias, disposta no gráfico abaixo.

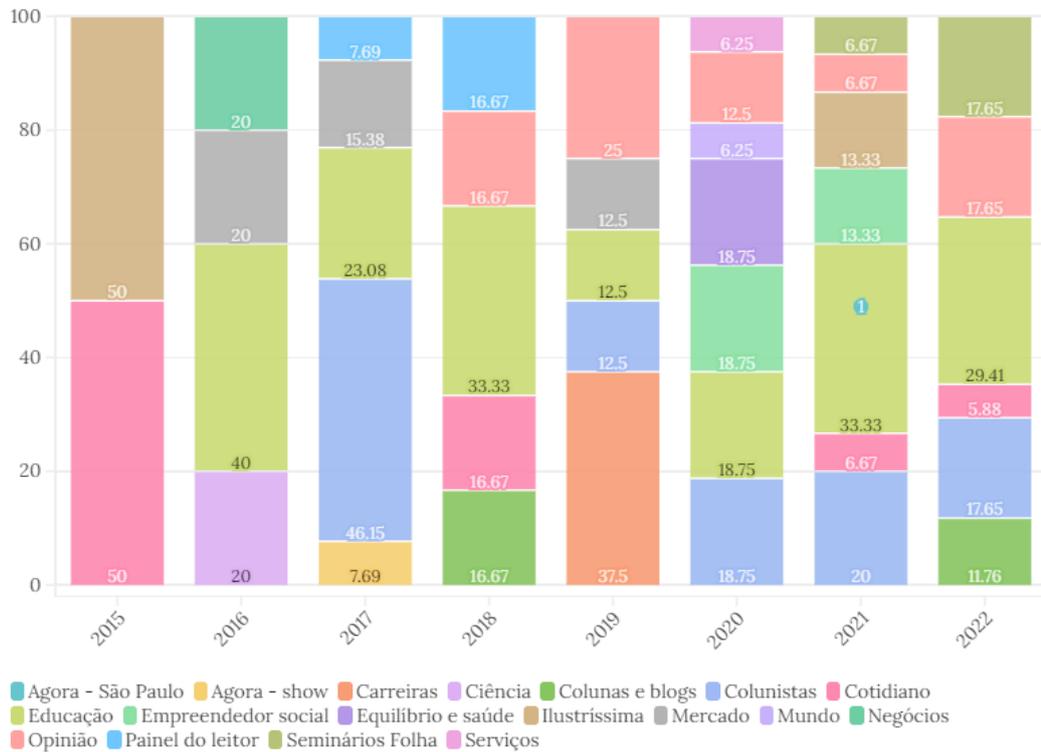
Gráfico 4: Número de notícias por editoria da Folha.



Fonte: Elaboração própria (2023)

O gráfico abaixo apresenta a correlação entre os dados ligados à quantidade de notícias de cada editoria nos anos analisados.

Gráfico 5: Percentual de notícias de cada editoria da Folha por ano analisado.



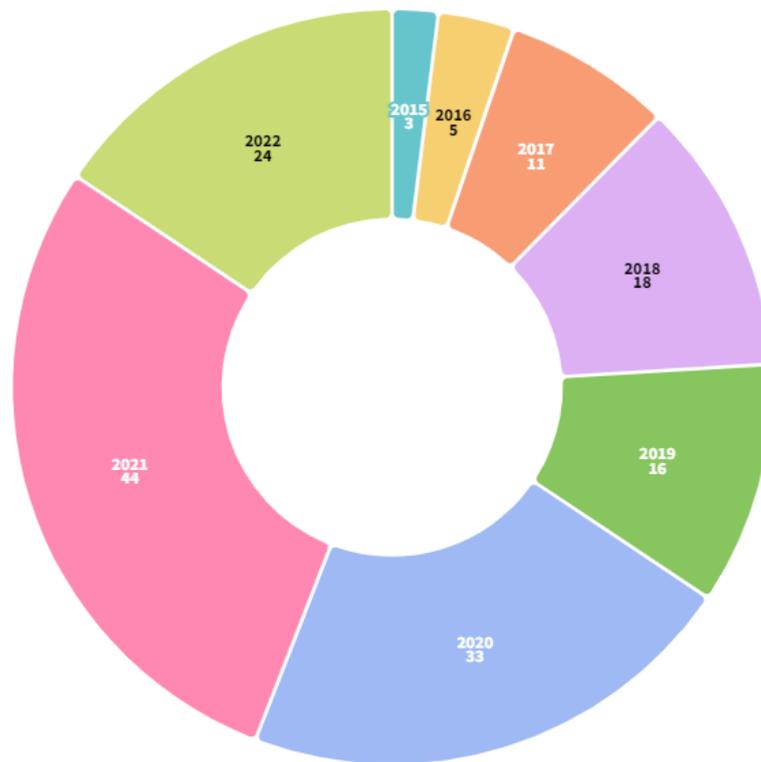
Fonte: Elaboração própria (2023)

3.7.2 - Estadão

No caso do Estadão, uma primeira análise se dá pela identificação de achados que são referentes a conteúdos patrocinados ou a publicações de blogs específicos em seu ambiente online, bem como publicadores de notícias pagos. Da mesma maneira que na Folha, tais resultados foram excluídos da análise por não serem de produção própria do veículo. Das 264 notícias encontradas, 110 tinham essas características. Com sua exclusão, a amostra cai para 154 notícias. Os dados da coleta estão disponíveis no Apêndice A.

Abaixo, o gráfico representa a quantidade de notícias por ano analisado.

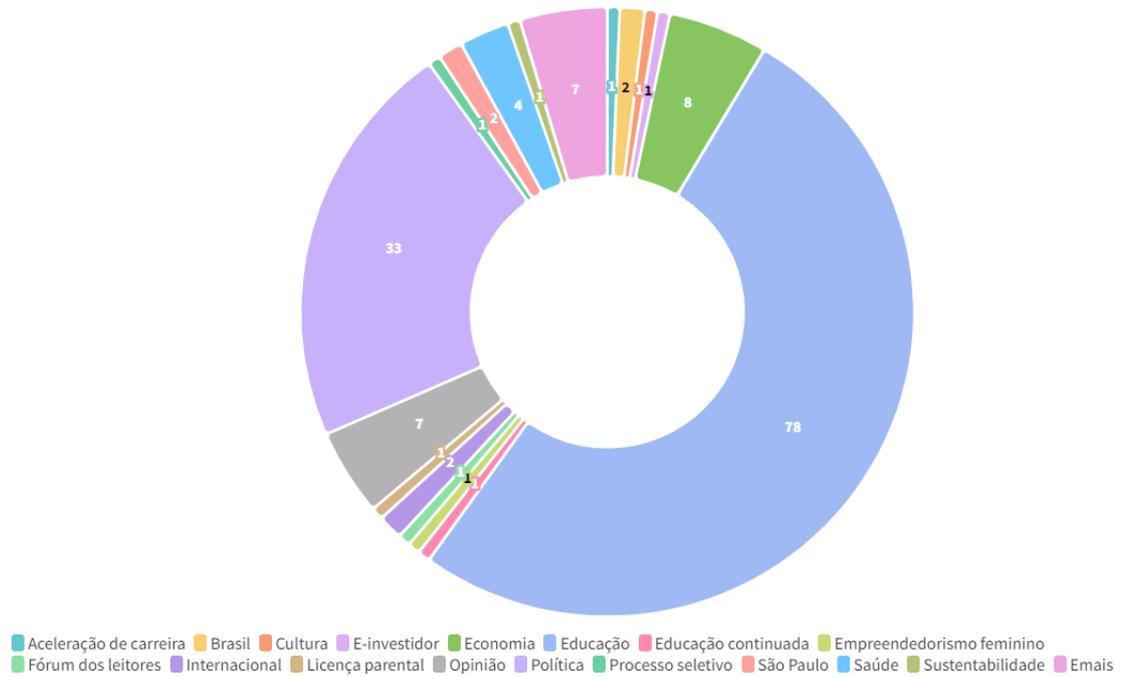
Gráfico 6: Número de notícias do Estadão por ano analisado.



Fonte: Elaboração própria (2023)

Também é válido apresentar os números referentes à distribuição do número de notícias nas editorias encontradas, conforme apresentado no gráfico a seguir.

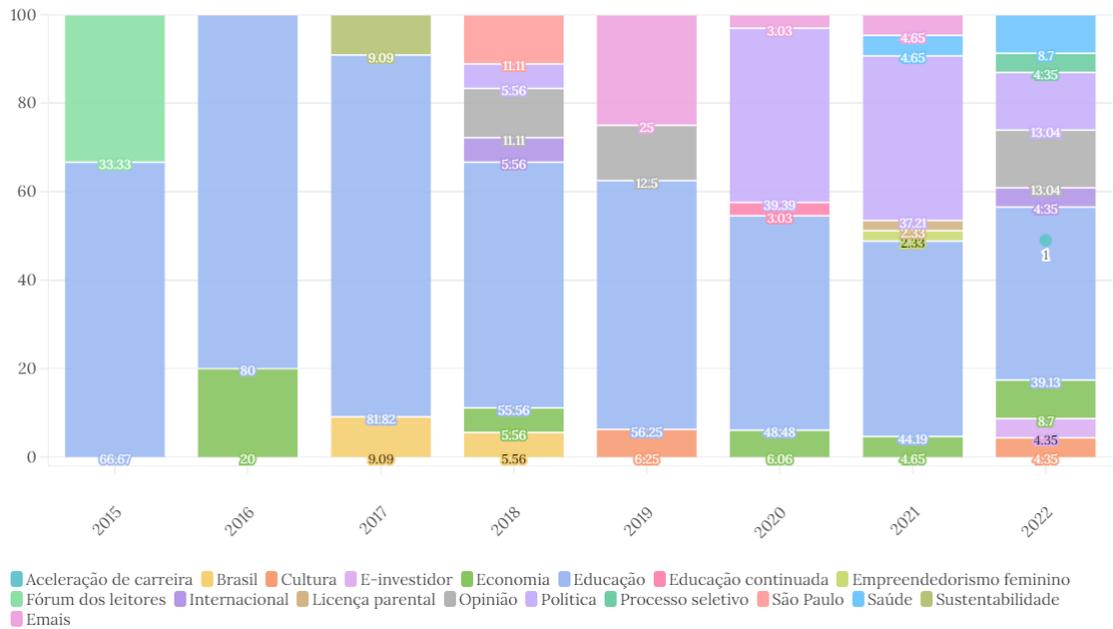
Gráfico 7: Número de notícias por editoria.



Fonte: Elaboração própria (2023).

A fim de obter insumos completos para a análise que será realizada no capítulo seguinte, foi também realizado o cruzamento dos dados, gerando gráficos sobre o percentual de notícias em cada uma editorias localizadas e sua distribuição por ano.

Gráfico 8: Percentual de notícias de cada editoria por ano analisado.



Fonte: Elaboração própria (2023)

3.8 Aplicação do questionário e codificação da amostra

Uma vez coletada a amostra, foi realizada a atribuição de valores 0, 1 e 2 às notícias analisadas. Após essa ação, foi realizada uma somatória referente a cada enquadramento, para identificar os valores gerais cada enquadramento nas amostras completas, efetivando também uma divisão por ano.

Em seguida, a atribuição numérica foi utilizada para categorizar os enquadramentos de forma individual. Os maiores valores representaram o enquadramento primário. Algumas notícias tiveram uma pontuação maior em um único bloco, gerando os enquadramentos únicos (educação, saúde, político, mercadológico e humano). Em caso de notas idênticas, houve a opção metodológica de indicar ambos os enquadramentos na nomenclatura atribuída, separados por hífen, e apresentados na ordem em que os enquadramentos se dispõem no questionário (educação, saúde, político, mercadológico e humano); a estes, chamados, para fins de sistematização, de enquadramentos mistos.

Os itens que pontuaram abaixo do valor principal foram considerados como enquadramentos secundários, separadamente. Os que ficaram em terceira posição de grandeza foram denominados de enquadramentos terciários e os que aparecem em quarta posição foram apontados como quaternários.

Os resultados da aplicação do questionário e a categorização dos enquadramentos e das dimensões está apresentada nos apêndices C e D.

No próximo capítulo, serão apresentados resultados obtidos com a codificação e as análises subsequentes.

4. Resultados

Este capítulo apresenta os dados obtidos com a coleta dos dados e a aplicação do questionário anteriormente construído. O questionário foi aplicado separadamente nas amostras de cada veículo, *Folha* e *Estadão*, para fins de sistematização, num tratamento de dados também individual e cujos resultados foram combinados a posteriori. Por isso, o capítulo será dividido em três partes: os resultados obtidos com a coleta do *Estadão* (item 4.1), com a da *Folha* e (item 4.2) e, na sequência, os dados que contemplam todo o *corpus* da pesquisa (item 4.3).

A análise dos enquadramentos e evidências com as dimensões estipuladas (histórico, social e política) será apresentada no capítulo 5, visando gerar um quadro analítico mais específico e aprofundado.

4.1. *Estadão*

A aplicação do questionário na amostra coletada no *Estadão* permitiu de maneira adequada a identificação das respostas às perguntas apresentadas. Como apresentado, houve a indicação de códigos numérica de 0 a 2 a cada resposta. Das 154 notícias analisadas, houve uma predominância geral do enquadramento de educação (1). Na sequência, aparecem os enquadramentos (2) humano, (3) saúde, (4) político e (5) mercadológico. Os valores referentes a cada um estão apresentados na tabela a seguir.

Tabela 3: Somatória dos enquadramentos realizados na coleta do *Estadão*.

Enquadramento	Pontuação no questionário
Enquadramento educação	265
Enquadramento saúde	170
Enquadramento político	163
Enquadramento mercadológico	110
Enquadramento humano	189

Fonte: elaboração própria

Um olhar mais específico a cada ano analisado permite observar a evolução dos índices gerais dos enquadramentos, conforme disposto a seguir.

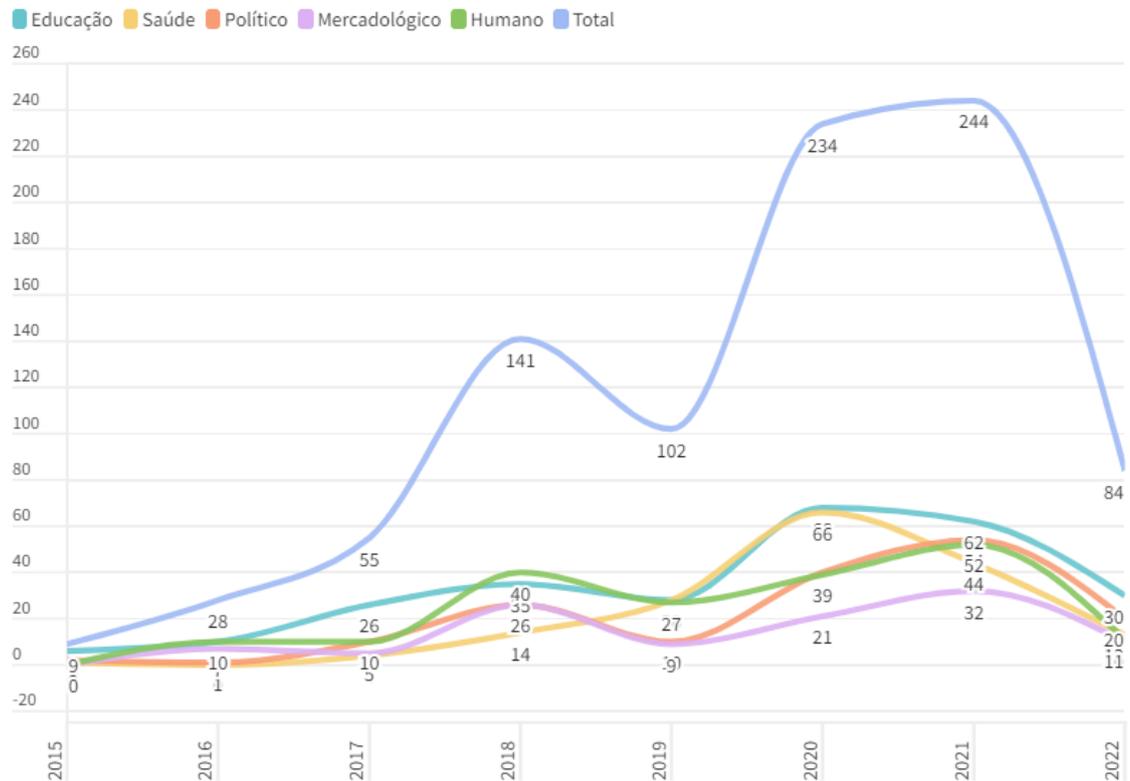
Tabela 4: Somatória dos enquadramentos da coleta realizada no *Estadão*, por ano de análise.

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Educação	6	10	26	35	28	68	62	30
Saúde	1	0	4	14	28	66	44	13
Político	2	1	10	26	10	40	54	20
Mercadológico	0	7	5	26	9	21	32	10
Humano	0	10	10	40	27	39	52	11
Total	9	28	55	141	102	234	244	84

Fonte: elaboração própria

A somatória também está disposta no gráfico abaixo.

Gráfico 9: Somatória dos enquadramentos da coleta realizada no *Estadão*, por ano de análise.



Fonte: Elaboração própria (2023)

A análise a cada ano foi importante não só para entender o crescimento do número de notícias mapeadas, mas também para verificar comportamentos específicos. No enquadramento de educação, houve um crescimento significativo de reportagens produzidas a cada ano, até 2020, com um declínio em 2021 e 2022. Já o de saúde teve um pico notável em 2020, seguido de 2021, que coincide com os anos mais críticos da pandemia de COVID-19, período em que as aulas remotas estavam em voga e em constante debate sobre a situação do retorno presencial de das normas de segurança para contenção do contágio.

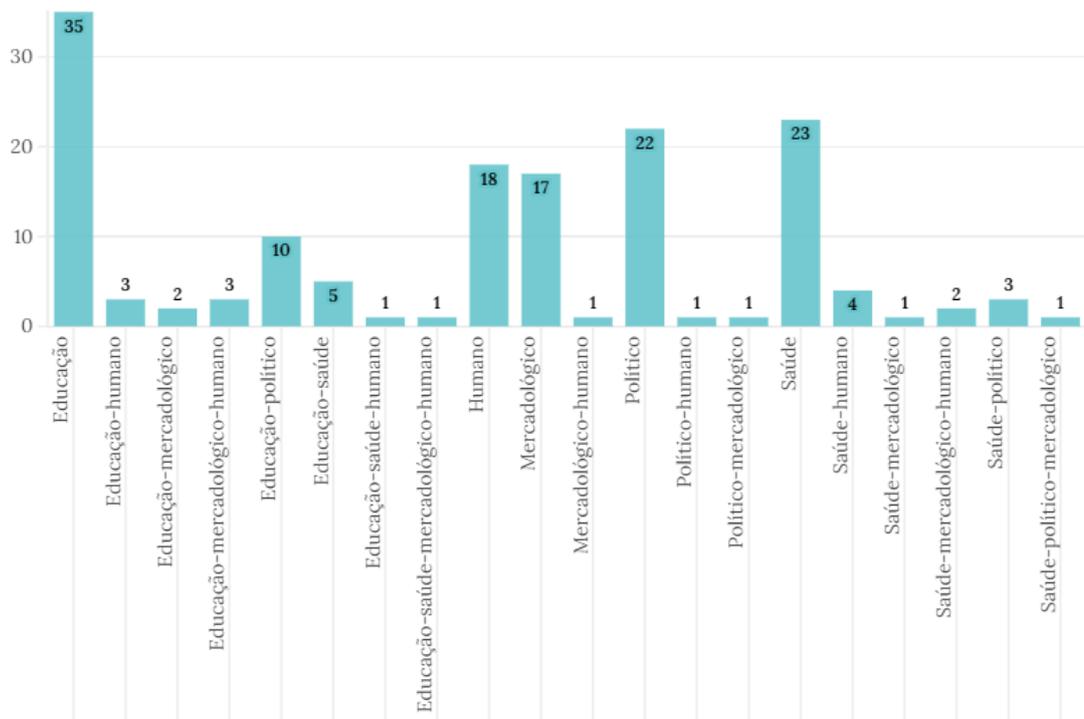
O enquadramento político, por sua vez, sofre um significativo aumento entre os anos de 2017 e 2018, o que pode ser relacionado com o período eleitoral e com o debate público sobre as pautas dos candidatos acerca da educação; no entanto, há se perceber que o mesmo valor não é alcançado em 2022, que também foi um ano eleitoral, de modo que as considerações e associações cabíveis serão melhor descritas no capítulo seguinte.

Um outro ponto de destaque é o índice mais alto do enquadramento mercadológico no ano de 2021, num período em que os efeitos da pandemia no campo social econômico foram sentidos tanto com altos índices de desemprego e precarização do trabalho quanto em diálogos sobre a necessidade de desenvolver competências socioemocionais para lidar com o ambiente

profissional. Além disso, o enquadramento mercadológico pontuou zero no primeiro ano de análise, assim como o humano. Ambos apresentam um comportamento semelhante: pico em 2021 (com declínio no ano seguinte), seguido de 2018, 2020 e 2019. As hipóteses levantadas para essa semelhança também serão descritas posteriormente. O enquadramento humano teve crescimento até 2021, com uma redução considerável em 2022.

O passo seguinte no tratamento dos dados foi o estabelecimento dos enquadramentos. Com os valores atribuídos, foi realizado o procedimento descrito anteriormente, de considerar como enquadramento primário aquele com indicador mais alto e, em caso de equivalência, o nome composto. Com isso, foram identificados vinte (20) enquadramentos primários: educação; educação-humano; educação-mercadológico; educação-mercadológico-humano; educação-político; educação-saúde; educação-saúde-humano; educação-saúde-mercadológico-humano; humano; mercadológico; mercadológico-humano; político; político-humano; político-mercadológico; saúde; saúde-humano; saúde-mercadológico; saúde-mercadológico-humano; saúde-político; saúde-político-mercadológico. A quantidade de ocorrências dos enquadramentos está discriminada no Apêndice e sistematizada no gráfico abaixo.

Gráfico 10: Número de enquadramentos identificados na amostra coletada no Estádio.



Fonte: elaboração própria

Para dar mais materialidade aos dados encontrados, é possível citar algumas das matérias que compõe a amostra. Uma delas é reportagem “Convivência e transformação social resumem a essência da educação¹”, a única que compõe o enquadramento educação-saúde-mercadológico-humano. Vale destacar que se trata de uma matéria da editoria Especial, que conta com uma grande quantidade de detalhes, histórias e desdobramentos. Seu caráter abrangente e aprofundado justifica a maneira como há espaço para todos os enquadramentos, diferentemente de notícias mais pontuais e factuais.

Também destacamos a matéria “É preciso enfrentar as desigualdades na educação²”, uma análise publicada em 2017 e que foi classificada no enquadramento educação-político. É uma matéria de análise, que versa sobre as desigualdades da área e a maneira como é preciso ter mecanismos para driblar o contexto e traz impressões sobre os diferentes campos desse desenvolvimento, como o socioemocional, mas não cita, por exemplo, as manifestações nas escolas públicas ou as reformas aprovadas no governo Temer.

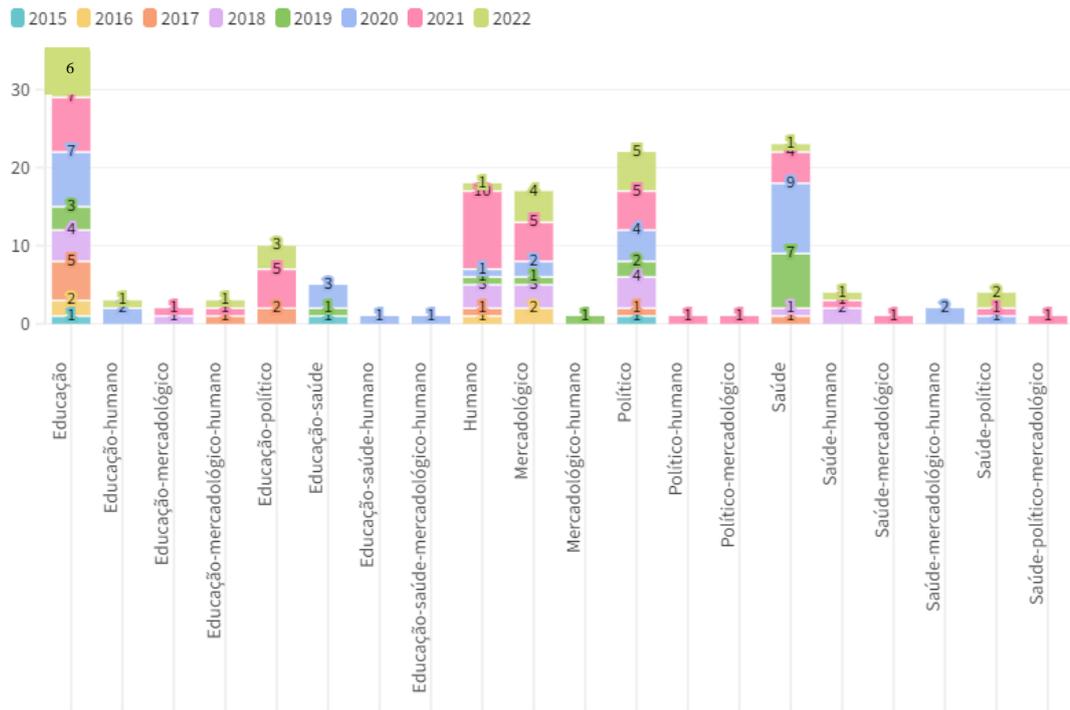
De modo geral, a natureza da coleta, voltada para o entendimento do campo da educação, está alinhada com a predominância do enquadramento de educação, notado no gráfico. Os enquadramentos de saúde, político, humano e mercadológico aparecem, respectivamente na sequência, com posição notável diante dos demais. A distribuição aponta para o fato de que, durante a aplicação do questionário, a maior parte dos itens pontuou acima dos demais, e não em equivalência, o que explica o destaque observado no gráfico. Além disso, as combinações formadas com mais de um item para a composição de um enquadramento primário também criaram enquadramentos específicos, pulverizando os resultados.

Visando verificar se a ocorrência dos enquadramentos nomeados acima está em alinhamento com a pontuação analisada após a aplicação do questionário, foi realizado um cruzamento de dados entre os enquadramentos localizados e o ano de sua ocorrência, sistematizado no gráfico a seguir para melhor visualização.

Gráfico 11: Distribuição dos enquadramentos por ano analisado na coleta do Estadão.

¹ Disponível em: <https://educacao.estadao.com.br/noticias/geral,convivencia-e-transformacao-social-resumem-a-essencia-da-educacao,70003479030>

² Disponível em: <https://www.estadao.com.br/educacao/analise-e-preciso-enfrentar-as-desigualdades-na-educacao/>

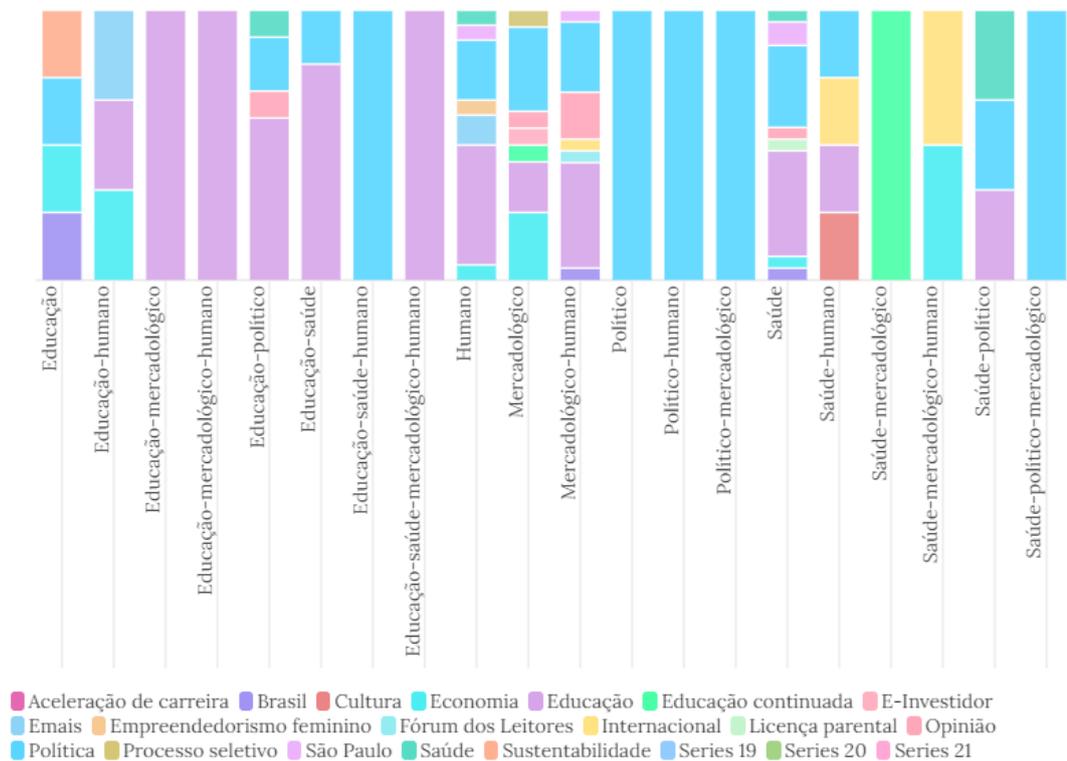


Fonte: elaboração própria

Como se percebe, o número de enquadramentos identificados resulta em uma distribuição distinta da que é observada quando se trata dos índices de forma geral. No entanto, algumas convergências são observadas, como a maior ocorrência de enquadramentos de saúde nos anos de 2020 e 2021. Comportamentos interessantes são observados na diferenciação dos enquadramentos mercadológico e humano, em alinhamento com os indicadores gerais, mas que se pulverizam de maneira distinta na análise individual – enquanto o humano permanece em destaque em 2021, o mercadológico divide-se em enquadramentos mistos.

Assim como a distribuição temporal permite abrir campos para análises, um recorte ligado à distribuição dos enquadramentos diante das editorias do *Estadão* se mostrou necessária para compreender a maneira como as abordagens a um determinado tema aparecem ou não nas editorias a que teoricamente se referem, ou se o conteúdo noticioso apresenta uma tendência diversa do caderno em que está alocado. Por isso, foi criada uma sistematização graficamente disposta a seguir.

Gráfico 12: Distribuição dos enquadramentos por editoria analisado na coleta do *Estadão*.



Fonte: elaboração própria

A relação com as editorias reforça a ideia de que os enquadramentos individuais dão espaço para novos enquadramentos na medida em que manifestam particularidades mais específicas do que as que são vistas na classificação geral. Além da ocorrência de enquadramentos únicos ou raros, que aparecem em uma ou duas editorias, também se observa uma distribuição mais homogênea em enquadramentos de grande ocorrência, como saúde-humano. Os enquadramentos não mistos mostram uma distribuição diferenciada; enquanto o enquadramento educação é distribuído em partes iguais, o enquadramento de saúde sinaliza uma grande ocorrência de notícias da editoria educação, o que também se alinha à ideia apresentada anteriormente sobre a pandemia e soma-se a ela um vislumbre da análise do capítulo seguinte, que traz um viés mais qualitativo sobre as notícias da amostra sinalizam também o cenário de preocupações com a saúde mental após as transformações dos últimos anos e a questão das manifestações de violência e ataque às escolas.

Feitas tais considerações, chegou-se ao momento de verificar efetivamente a relação das evidências com os enquadramentos. Foram levadas em consideração as perguntas associadas às evidências de cada área (2, 3, 8, 12, 16 e 20), sendo selecionadas como presença de evidências os índices 1 ou 2 (uma ou mais ocorrência de resposta da pergunta realizada, respectivamente) na sistematização completa; ao final, foi possível

entender quais dos enquadramentos contavam com evidências relacionadas e de qual tipo de evidência se tratava (educação, saúde, política, economia ou ligado a um personagem). Para esse momento, foram selecionadas as duas perguntas ligadas à educação (2 e 3), cujas respostas foram inicialmente somadas para sistematização por área.

Tabela 5: Identificação de evidências por enquadramentos, na amostra do Estadão.

Enquadramentos primários	Evidências em educação	Evidências em saúde	Evidências em política	Evidências em economia	Evidências ligadas ao personagem
Educação	61	1	0	1	5
Educação-humano	4	0	0	0	0
Educação-mercadológico	2	0	0	0	0
Educação-mercadológico-humano	0	0	0	0	0
Educação-político	9	0	3	0	0
Educação-saúde	5	0	0	0	0
Educação-saúde-humano	1	0	0	0	0
Educação-saúde-mercadológico-humano	1	0	0	0	0
Humano	5	1	2	0	0
Mercadológico	1	1	1	11	0
Mercadológico-humano	1	0	0	1	0
Político	7	1	6	0	0
Político-humano	0	0	0	0	0
Político-mercadológico	1	0	0	0	0
Saúde	10	17	0	0	0
Saúde-humano	2	0	0	0	0
Saúde-mercadológico	0	0	0	0	0
Saúde-mercadológico-humano	0	0	0	0	0
Saúde-político	1	2	2	1	0
Saúde-político-mercadológico	0	0	0	0	0

Fonte: elaboração própria.

Pode se perceber, pela tabela, que cinco dos vinte enquadramentos não possuem menção a evidências de quaisquer áreas mapeadas: educação-mercadológico-humano; político-humano; saúde-mercadológico; saúde-mercadológico-humano e saúde-político-

mercadológico. Assim, é possível afirmar que 25% dos enquadramentos não possui qualquer identificação de evidências em seu conteúdo.

Para fins de exemplificação, destacamos a notícia “Startup Galena levanta US\$ 16 mi para expandir 'trainee' digital³”, do enquadramento educação-mercadológico-humano; o conteúdo traz o tema da educação como premissa principal, traz histórias para ilustrar os fatos, e tem uma abordagem ligada ao capital, mas não cita nenhuma evidência. Têm um comportamento semelhante as demais notícias que contam com o enquadramento humano como elemento primário. As únicas notícias que escapam desse recorte são: “Da irracionalidade humana⁴”, um artigo de opinião de 2021 e que pertence ao enquadramento saúde-político-mercadológico; e “Como investimentos em educação potencializam o mercado de trabalho⁵”, de 2021 na editoria E-Investidor, e do enquadramento saúde-mercadológico.

Um olhar mais geral permite perceber que as evidências somam 111, 23, 14, 14 e 5, respectivamente, para as áreas de educação, saúde, política, economia e ligados aos personagens apresentados na notícia. O menor valor está no viés humano, sendo que todas as evidências encontradas nesse segmento estão dentro dos enquadramentos de educação. O empate entre política e economia também é notável, mas mostram comportamentos distintos. Ainda que a maior concentração de evidências de ciência política ou políticas públicas esteja no enquadramento político (6 de 14), há uma pulverização maior do que nas evidências de economia, que estão mais claramente associadas ao enquadramento mercadológico (11 de 14). As evidências de saúde também estão mais significativamente localizadas no enquadramento de mesmo nome (17 de 23), com o enquadramento saúde-político em segundo lugar e os demais com somente uma ocorrência.

Além disso, é notável que o maior número de evidências mapeadas está no enquadramento de educação. Vale destacar que o número é consideravelmente mais alto do que as das demais áreas, mesmo quando se olha para a divisão estabelecida nas perguntas. Os dados indicam uma pontuação de 63 para dados de fontes oficiais, sejam elas estatísticas, escutas realizadas com representantes de órgãos oficiais e informações veiculadas em comunicados oficiais, bem como falas de pesquisadores de instituições de pesquisa (universidades e terceiro

³ Disponível em: <https://link.estadao.com.br/noticias/inovacao,startup-galena-levanta-us-16-mi-para-expandir-trainee-digital,70004036927>

⁴ Disponível em: <https://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/da-irracionalidade-humana/>

⁵ Disponível em: <https://einvestidor.estadao.com.br/colunas/marcelo-biasoli/investimentos-educacao-potencializam-mercado-trabalho/>

setor) ou citações de obras da área. Quando se olha para a consideração de profissionais da educação, ligados à comunidade de escolar, o número cai para 48, o que confirma uma das hipóteses de pesquisa levantadas no capítulo anterior e que será discutida e analisada com mais profundidade no capítulo a seguir.

No que tange aos enquadramentos secundários, foram identificados 159. Deles, 51 são de educação, 11 de saúde, 22 políticos, 24 mercadológicos e 51 são humanos. Uma possível leitura da maior concentração no campo humano é notada qualitativamente nas notícias coletadas, que costumam trazer histórias específicas de pessoas ou grupos para ilustrar uma determinada ideia, tendência ou comportamento. Não se trata de uma escuta de fonte primária, em caráter testemunhal, mas sim de um desenrolar narrativo que não necessariamente é apresentado em tom factual, mas sim como elemento paralelo ao conteúdo noticioso e seu enfoque.

Também foram analisadas as relações entre as evidências localizadas e os enquadramentos secundários, conforme disposto no gráfico a seguir.

Gráfico 13: Distribuição de evidências mapeadas por área em enquadramentos secundários.



Fonte: elaboração própria.

A ideia da associação em nível não primário é verificar o quanto a ocorrência de um enquadramento secundário agrega ao conteúdo em termos de evidências. O dado que mais chama a atenção é o número de evidências de educação contidas nos enquadramentos secundários, sobretudo para o humano, e com distribuição homogênea entre os demais. Também é perceptível que a maior parte o enquadramento secundário humano encerra a maior parte das evidências em educação, seguindo do enquadramento político. Também vale apontar que o enquadramento secundário de saúde não está associado a nenhuma evidência ligada a personagens.

4.2 – *Folha*

Assim como para a amostra coletada no *Estadão*, os dados da *Folha de S. Paulo* foram submetidos à aplicação do questionário, que resultou na soma inicial.

Tabela 6: Somatória dos enquadramentos realizados na coleta da *Folha*.

Enquadramento	Pontuação no questionário
Enquadramento educação	104
Enquadramento saúde	77
Enquadramento político	76
Enquadramento mercadológico	32
Enquadramento humano	94

Fonte: elaboração própria

Como se observa, a maior pontuação também está no enquadramento de educação, seguido dos enquadramentos humano, saúde, político e mercadológico, refletindo a mesma ordem identificada no *Estado de S. Paulo*.

Tabela 7: Somatória dos enquadramentos da coleta realizada na *Folha*, por ano de análise.

	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Educação	5	5	3	8	13	21	22	27
Saúde	0	2	7	10	2	21	19	16
Político	3	1	3	8	10	14	16	21
Mercadológico	0	2	9	0	7	1	8	5
Humano	4	3	14	4	8	23	15	23
Total	12	13	36	30	40	60	80	91

Fonte: elaboração própria.

Ao contrário do *Estadão*, que teve o número máximo de enquadramentos em 2020, a *Folha* registrou o maior número em 2022. Praticamente todos os anos mostram um crescimento em relação ao anterior, com exceção de 2018, que teve 6 enquadramentos a menos do que em 2017.

O enquadramento educação vive um crescente desde 2017, enquanto o de saúde vivenciou seu pico também nos anos de 2020 e 2021, como no *Estadão*, reforçando a hipótese de uma correlação com o período ligado à pandemia. O enquadramento político mostra um comportamento inverso ao do *Estadão* em relação aos anos eleitorais: o número de enquadramentos políticos é maior em 2022 do que em 2018. O enquadramento mercadológico tem uma distribuição consideravelmente homogênea, com pouca variação significativa para

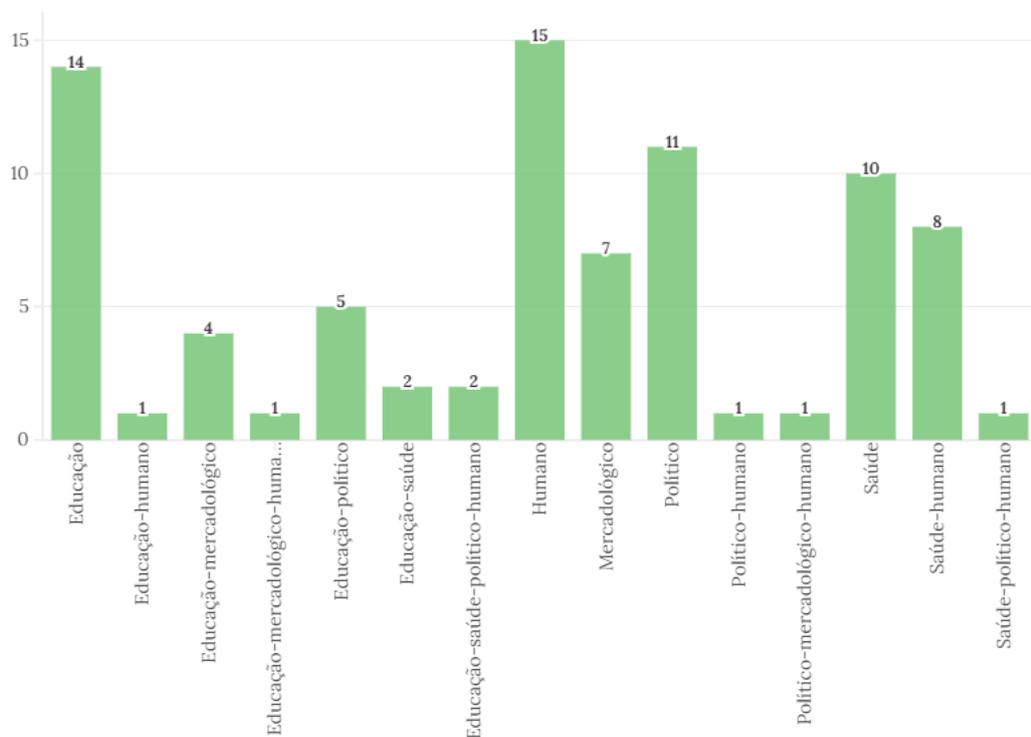
possíveis inferências. Já o enquadramento humano teve uma queda em 2021, e não em 2022, como no *Estadão*.

A coleta e análise dos dados permitiu a identificação de 15 enquadramentos primários, sendo eles: Educação; Educação-humano; Educação-mercadológico; Educação-mercadológico-humano; Educação-político; Educação-saúde; Educação-saúde-político-humano; Humano; Mercadológico; Político; Político-humano; Político-mercadológico-humano; Saúde; Saúde-humano; e Saúde-político-humano.

Destes, três não foram localizados no *Estadão* (Educação-saúde-político-humano; Político-mercadológico-humano e Saúde-político-humano); e oito dos enquadramentos mapeados no *Estadão* não estão identificados na *Folha* (Educação-saúde-humano; Educação-saúde-mercadológico-humano; Mercadológico-humano; Político-mercadológico; Saúde-mercadológico; Saúde-mercadológico-humano; Saúde-político; e Saúde-político-mercadológico).

A quantidade de ocorrências de cada enquadramento primário está apresentada no gráfico a seguir.

Gráfico 14: Número de enquadramentos identificados na amostra coletada na *Folha*.



Fonte: elaboração própria

O primeiro ponto de destaque na distribuição de enquadramentos está no fato de que o humano aparece com maior número de ocorrências. Ainda que somente com uma ocorrência a mais do que o de educação, há de considerar a especificidade do achado, sobretudo quando se considera que o enquadramento aparece em terceiro lugar na distribuição do *Estadão*. Uma outra diferença entre os veículos é observada na relação entre os enquadramentos saúde e político; o político ultrapassa o de saúde na *Folha*, sendo que o mesmo não ocorre no *Estadão*. Por outro lado, o enquadramento saúde-humano aproxima-se em quantidade do de saúde, não dispondo do mesmo comportamento no *Estadão*.

Para ilustrar os dados, destacamos as notícias com enquadramentos que não aparecem no *Estadão*. A única notícia de toda a amostra com o enquadramento político-mercadológico-humano, “Edital de patrocínio a projetos culturais do Instituto CPFL tem inscrições abertas⁶”. Educação-saúde-político-humano fica por conta de “Escolas cobram conteúdo de alunos como se a pandemia não existisse⁷” e “Escola essencial para sempre⁸”; o enquadramento Saúde-político-humano apareceu na notícia “Decisão de tornar a frequência presencial obrigatória nas escolas em SP é acertada⁹”.

Também foi realizada a verificação dos enquadramentos primários por ano, conforme apresentado a seguir.

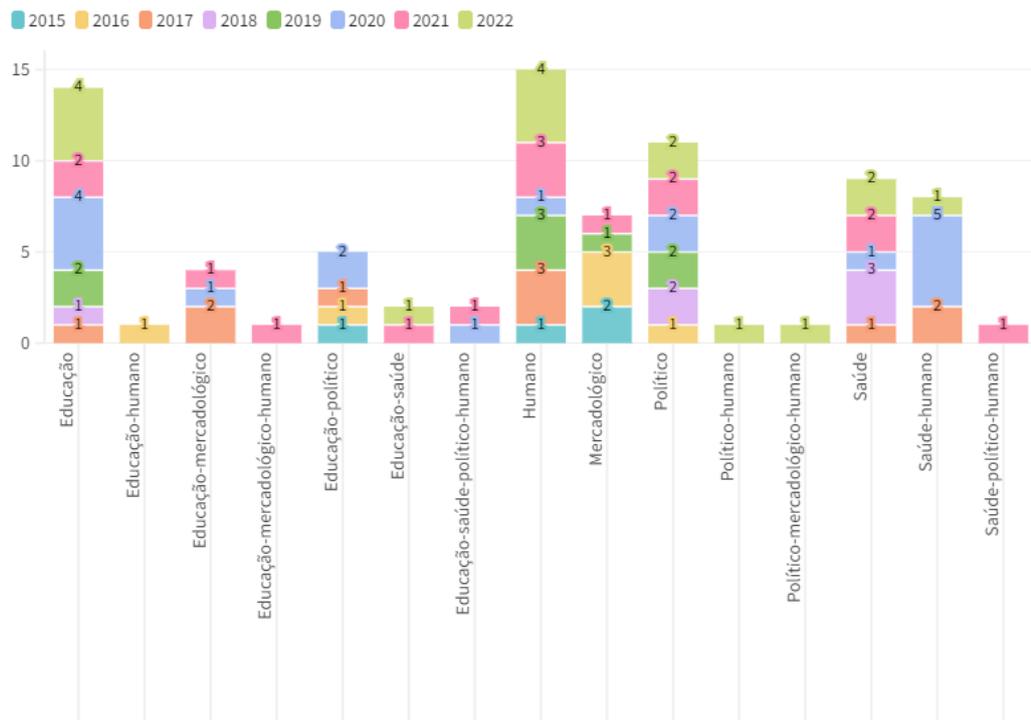
Gráfico 15: Distribuição dos enquadramentos por ano analisado na coleta da *Folha*.

⁶ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/blogs/musica-em-letras/2022/09/edital-de-patrocinio-a-projetos-culturais-do-instituto-cpfl-tem-inscricoes-abertas.shtml>

⁷ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/laura-mattos/2020/10/escolas-cobram-conteudo-de-alunos-como-se-a-pandemia-nao-existisse.shtml>

⁸ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/03/escola-essencial-para-sempre.shtml>

⁹ Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/educacao/2021/10/decisao-de-tornar-a-frequencia-presencial-obrigatoria-nas-escolas-em-sp-e-acertada.shtml>

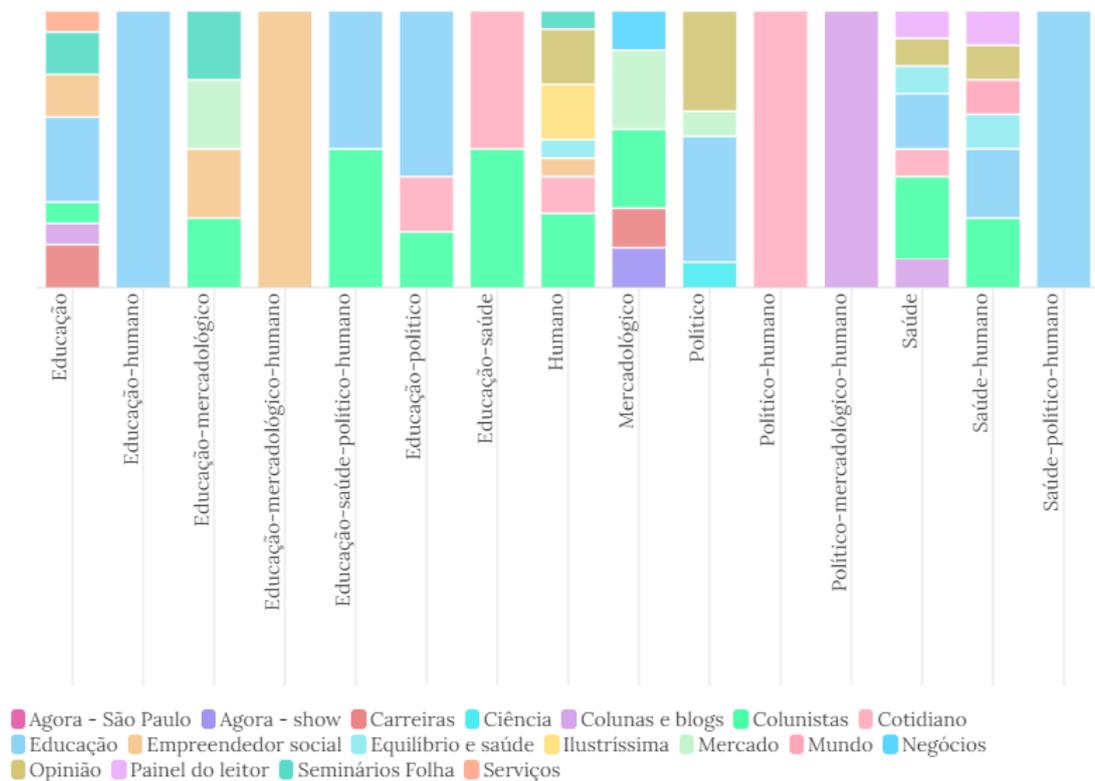


Fonte: elaboração própria

O enquadramento de saúde aparece em maior quantidade no ano de 2018 e não em 2020, quando a pandemia começou. Contudo, um olhar mais acurado permite identificar que o início da situação pandêmica marcou o aumento do enquadramento saúde-humano, numa abordagem focalizada tanto nos índices e contextos vigentes quanto na situação das pessoas ou grupos durante o período; a ocorrência desse enquadramento (5) é a maior concentração registrada na coleta do periódico. O enquadramento educação, por sua vez, aparece em maior relevância no ano de 2022, somando a mesma quantidade de ocorrências que o enquadramento humano. Além disso, dos cinco enquadramentos que apresentam ocorrência única, quatro deles possuem o enquadramento humano, sinalizando a presença de notícias com abordagens diferenciadas e que envolvem múltiplos segmentos da sociedade, ainda que com distribuição dispersa ao longo dos anos.

Seguindo a mesma lógica aplicada ao *Estadão*, procedeu-se com a análise da distribuição dos enquadramentos por editoria, cuja representação gráfica está descrita abaixo.

Gráfico 16: Distribuição dos enquadramentos por editoria analisado na coleta da *Folha*.



É possível apontar que as editorias de Educação e Colunistas demonstram grande distribuição de enquadramentos, sem grandes destaques para um específico. O enquadramento político mostra uma considerável concentração na editoria de Opinião; também é nesse enquadramento que se localiza a única notícia mapeada da editoria de Ciência. O enquadramento de educação expressa uma multiplicidade de editorias, com predominância de Educação. Também é válido sinalizar que, no enquadramento humano, a maior concentração é de conteúdos de Opinião.

Partindo para a identificação das evidências por enquadramentos, foi realizado o mesmo procedimento descrito na análise do *Estadão*, com consideração das perguntas-chave do questionário, gerando os resultados dispostos a seguir.

Tabela 8: Identificação de evidências por enquadramentos, na amostra da *Folha*.

Enquadramentos primários	Evidências em educação	Evidências em saúde	Evidências em política	Evidências em economia	Evidências ligadas ao personagem
Educação	22	1	0	2	1
Educação-humano	2	0	1	0	1

Educação-mercadológico	2	0	0	2	0
Educação-mercadológico-humano	0	0	0	0	0
Educação-político	5	0	1	0	0
Educação-saúde	2	0	0	0	0
Educação-saúde-político-humano	1	0	0	0	0
Humano	5	1	1	0	11
Mercadológico	0	0	0	3	0
Político	6	1	7	0	0
Político-humano	0	0	0	0	0
Político-mercadológico-humano	0	0	0	0	0
Saúde	3	1	1	0	1
Saúde-humano	4	2	0	0	3
Saúde-político-humano	0	1	0	0	1

Fonte: elaboração própria.

Dos quinze enquadramentos localizados, três não apresentam ocorrência de evidências, sendo eles o educação-mercadológico-humano, o político-humano e o político-mercadológico-humano; assim, ao todo, 15% da amostra não apresenta evidências ao longo do texto.

As evidências de saúde e economia representam a menor quantidade localizada, num total de 7 em cada uma delas. As evidências da área política pontuam 11, enquanto as do segmento humano somam 18. As evidências ligadas aos personagens, assim, aparecem em segundo lugar de maior ocorrência, numa divergência do comportamento observado na amostra do outro veículo, e sua maior concentração está no enquadramento humano (11 de 18). As evidências de educação também lideram no conteúdo analisado da *Folha*, assim como no *Estadão*, somando 52; destas, 34 são de fontes oficiais ou especialistas e 18 aparecem por meio da consideração de profissionais de comunidades escolares como *experts* ou fontes secundárias. Também é preciso destacar que, no enquadramento de educação, predominam as evidências da área, com superioridade das provenientes de profissionais da área (13, diante de 9 de fontes oficiais ou especializadas).

Na amostra da *Folha*, foram identificados 107 enquadramentos secundários, sendo 31 de educação, 8 de saúde, 17 políticos, 9 mercadológicos e 11 humanos. A predominância dos enquadramentos secundários de educação é significativa, tendo como explicação possível a quantidade de notícias coletadas que versam sobre conteúdos como saúde e política, em períodos eleitorais ou de pandemia, mas que incidem na realidade educacional do país.

Gráfico 17: Distribuição de evidências mapeadas por área em enquadramentos secundários na amostra coletada na Folha.



Fonte: elaboração própria.

A partir do gráfico, é possível notar que as evidências em economia não estão associadas a enquadramentos secundários de educação, político ou saúde; as evidências em saúde também não aparecem nos enquadramentos secundários mercadológico e humano, enquanto as evidências de política não estão associadas a enquadramentos secundários de saúde. Também é considerável a forma como as evidências de educação associa-se aos enquadramentos secundários da área e, também em considerável medida ao enquadramento secundário político. Os enquadramentos secundários de educação também se mostram fortemente associados às evidências ligadas aos personagens.

Foram identificados também dez enquadramentos terciários, sendo 2 deles em educação, 5 políticos, 2 mercadológicos e nenhum em saúde.

Não foram identificados enquadramentos quaternários na amostra.

4.3 Achados do *corpus* completo de análise

A amostra completa analisada na pesquisa, somando-se *Folha* e *Estadão* e retirando-se as notícias pagas ou de publicidade, é de 237 notícias. A sua distribuição ao longo dos anos está representada na tabela abaixo.

Tabela 9: Total de notícias analisadas, em distribuição por ano.

Ano	Notícias coletadas
2015	5
2016	10
2017	24
2018	24
2019	24
2020	49
2021	60
2022	41

Total **237**

Fonte: elaboração própria.

O que se observa é que a predominância de notícias ocorreu no ano de 2021 (41 notícias); seguido de 2020 (49), 2022 (41); do bloco de 2017, 2018 e 2019, com 24 notícias cada; e os anos de 2016 (10) e 2015(5).

Considerando-se que cada veículo possui editoriais específicas e que respeitam a critérios internos da sua publicação, uma análise que unisse as amostras de Folha e Estadão nesse âmbito envolveria um mergulho mais profundo em seu contexto de produção; tendo essa dimensão sido excluída da delimitação metodológica por não ser o enfoque da pesquisa – afinal, analisamos os *frames* e não os *framings* - a análise geral por editoriais não foi realizada.

Assim como nas amostras por veículo, o tratamento dos dados foi iniciado pela somatória dos valores pontuados a cada enquadramento analisado.

Tabela 10: Somatória dos enquadramentos realizados na amostra completa.

Enquadramento	Pontuação no questionário
Enquadramento educação	369
Enquadramento saúde	247
Enquadramento político	239
Enquadramento mercadológico	142
Enquadramento humano	273

Fonte: elaboração própria

Nota-se que o enquadramento de educação se consolida com a maior pontuação, seguido do enquadramento humano, saúde, político e mercadológico, respectivamente.

Tabela 11: Somatória dos enquadramentos da coleta realizada na amostra completa, por ano de análise.

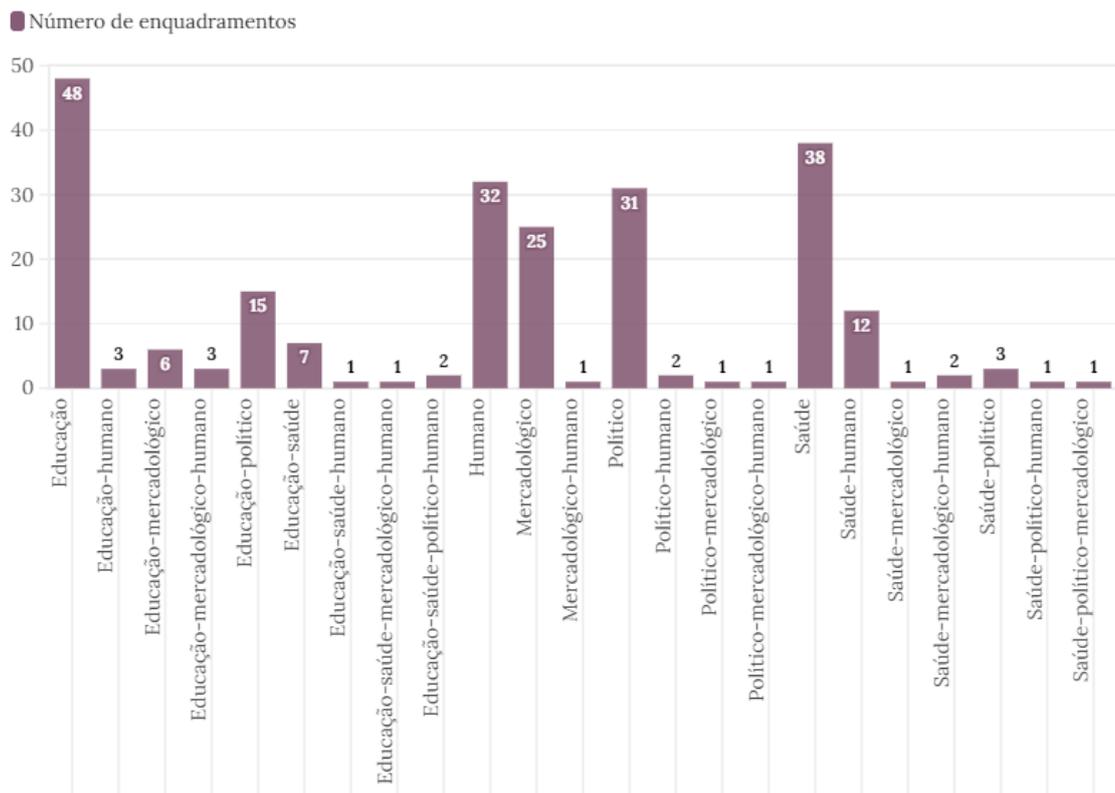
	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Educação	11	15	29	43	41	89	84	57
Saúde	1	2	11	24	30	87	63	29
Político	5	2	13	34	20	54	70	41
Mercadológico	0	9	14	26	16	22	40	15
Humano	4	13	14	44	35	62	67	34
Total	21	41	81	171	142	314	324	176

Fonte: elaboração própria

A combinação dos achados de cada amostra totalizou a identificação de 23 enquadramentos primários nas 237 notícias, sendo eles: educação; educação-humano; educação-mercadológico; educação-mercadológico-humano; educação-político; educação-saúde; educação-saúde-humano; educação-saúde-mercadológico-humano; educação-saúde-político-humano; humano; mercadológico; mercadológico-humano; político; político-humano; político-mercadológico; político-mercadológico-humano; saúde; saúde-humano; saúde-mercadológico; saúde-mercadológico-humano; saúde-político; saúde-político-humano; e saúde-político-mercadológico.

O número de ocorrências de cada enquadramento está representado no gráfico abaixo.

Gráfico 18: Número de enquadramentos primários identificados na amostra completa.



Fonte: elaboração própria

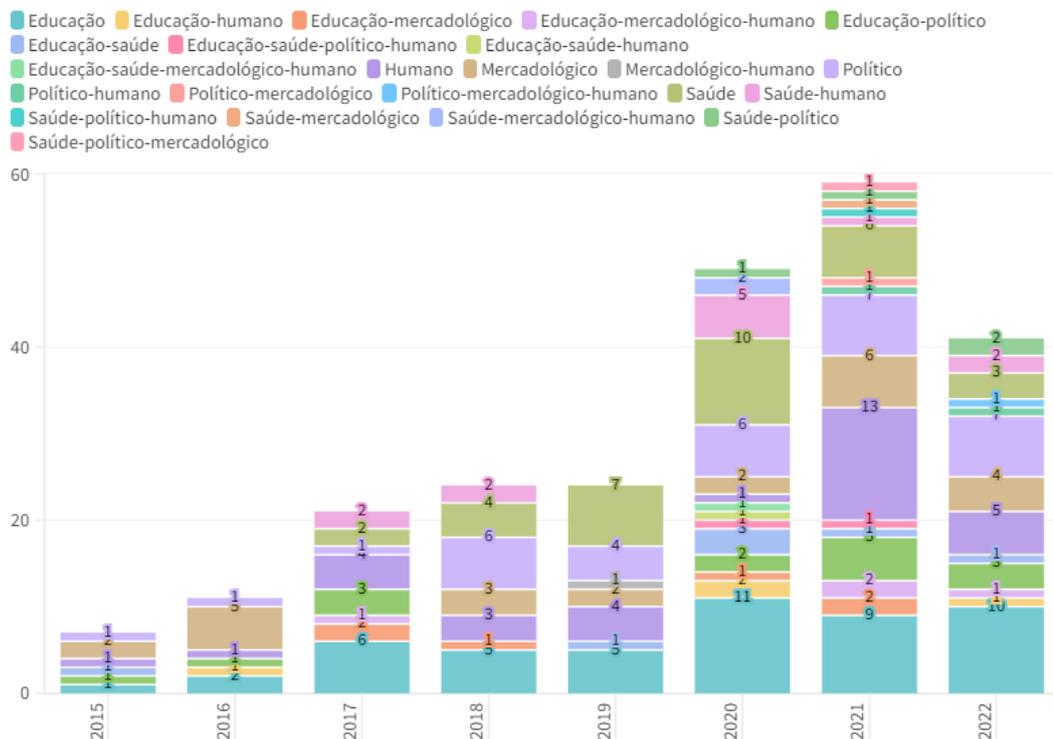
Na amostra completa, o enquadramento educação foi o que prevaleceu, com 48 ocorrências. O enquadramento saúde aparece na sequência (38), sucedido pelo humano (32) e político (31) com números semelhantes, e o mercadológico (25). A sequência de concentrações não segue a mesma observada em nenhuma das amostras separadas e, além disso, a análise

completa permite salientar a tendência já destacada anteriormente, que atribui maior concentração aos enquadramentos únicos do que aos mistos.

Oito enquadramentos primários têm ocorrência única na amostra: educação-saúde-humano; educação-saúde-mercadológico-humano; mercadológico-humano; político-mercadológico; político-mercadológico-humano; saúde-mercadológico; saúde-político-humano; e saúde-político-mercadológico. Três aparecem com duas ocorrências (educação-saúde-político-humano; político-humano; e saúde-mercadológico-humano) e três enquadramentos registram com três ocorrências (educação-humano; educação-mercadológico-humano e saúde-político). O enquadramento educação-mercadológico foi identificado seis vezes, e educação-saúde apareceu 7 vezes. O enquadramento saúde-humano foi registrado doze vezes e educação-político, 15.

Também é válido entender a distribuição de enquadramentos ao longo dos anos, conforme apresentado no gráfico abaixo.

Gráfico 19: Distribuição de enquadramentos primários por ano.



Fonte: Elaboração própria.

Nota-se que houve um aumento da quantidade de enquadramentos ao longo dos anos, com pico em 2021, e redução em 2022.

Partindo para o cerne da investigação – a ocorrência de evidências a partir da análise dos enquadramentos – foi gerada uma planilha com todos os enquadramentos localizados e a presença (ou não) de evidências a cada área mapeada. A tabela resultante está apresentada a seguir.

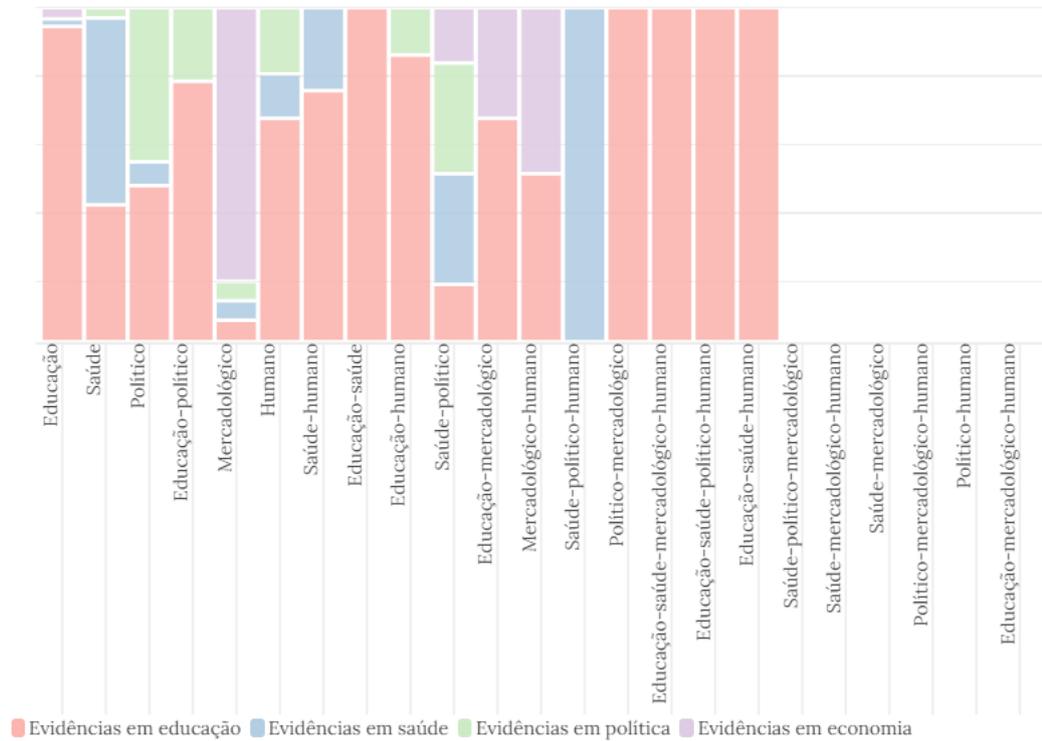
Tabela 12: Total de evidências por enquadramentos primários.

Enquadramentos primários	Evidências em educação	Evidências em saúde	Evidências em política	Evidências em economia	Evidências ligadas à personagem	Total de evidências por enquadramento
Educação	83	2	0	3	6	94
Educação-humano	6	0	1	0	1	8
Educação-mercadológico	4	0	0	2	0	6
Educação-mercadológico-humano	0	0	0	0	0	0
Educação-político	14	0	4	0	0	18
Educação-saúde	7	0	0	0	0	7
Educação-saúde-humano	1	0	0	0	0	1
Educação-saúde-político-humano	1	0	0	0	0	1
Educação-saúde-mercadológico-humano	1	0	0	0	0	1
Humano	10	2	3	0	11	26
Mercadológico	1	1	1	14	0	17
Mercadológico-humano	1	0	0	1	0	2
Político	13	2	13	0	0	28
Político-humano	0	0	0	0	0	0
Político-mercadológico	1	0	0	0	0	1
Político-mercadológico-humano	0	0	0	0	0	0
Saúde	13	18	1	0	1	33
Saúde-humano	6	2	0	0	3	11
Saúde-mercadológico	0	0	0	0	0	0
Saúde-mercadológico-humano	0	0	0	0	0	0
Saúde-político	1	2	2	1	0	6
Saúde-político-mercadológico	0	0	0	0	0	0
Saúde-político-humano	0	1	0	0	1	2

Fonte: Elaboração própria.

Para proporcionar uma apreensão mais visual dos dados, foi também criado um gráfico correspondente, apresentado abaixo.

Gráfico 20: Proporção de evidências identificadas por enquadramento.



Fonte: elaboração própria

Dos 23 enquadramentos encontrados, cinco não possuem evidências: educação-mercadológico-humano; político-humano; saúde-mercadológico; saúde-mercadológico-humano; e saúde-político-mercadológico. A maior parte das evidências está no enquadramento educação (94), num número quase três vezes maior do que o segundo enquadramento com mais evidências, o de saúde (33).

Foram também realizadas as segmentações de evidências nos enquadramentos secundários, conforme gráfico abaixo.

Gráfico 21: Distribuição de evidências mapeadas por área em enquadramentos secundários na amostra completa.



Fonte: elaboração própria.

Na mesma lógica, foram analisadas as evidências nos enquadramentos terciários e quaternários, conforme gráficos abaixo.

Gráfico 22: Distribuição de evidências mapeadas por área em enquadramentos terciários na amostra completa.



Fonte: elaboração própria.

Gráfico 23: Distribuição de evidências mapeadas por área em enquadramentos quaternários na amostra completa.



Fonte: elaboração própria.

Os resultados obtidos na análise das evidências em enquadramentos secundários, terciários e quaternários serão discutidas no capítulo a seguir.

Um dos pontos levantados no capítulo anterior diz respeito especificamente sobre as evidências em educação. Foi levantada a hipótese de que a maioria das evidências em educação viriam de fontes oficiais ou especialistas em vez de profissionais atuantes na área como fontes secundárias ou *experts*. Para permitir a discussão dessa hipótese no capítulo a seguir, serão apresentados agora os dados específicos a esse recorte. Foram excluídos da representação os enquadramentos com zero evidências.

Gráfico 24: Evidências em educação por enquadramento.



Fonte: elaboração própria

Assim, é perceptível que as evidências em educação decorrem mais de fontes oficiais ou especialistas, em contraposição às evidências vindas de profissionais da área, em praticamente todos os enquadramentos, exceto educação e educação-humano; no enquadramento educação-mercadológico, houve mesma pontuação para ambos os indicadores. Uma possível interpretação desse fato é a confirmação da hipótese de que o conhecimento tácito/empírico dos professores não costuma ser considerado na cobertura da temática, em análises e discussões que serão detalhadas no próximo capítulo.

5. Análises e discussões

Uma vez apresentados os resultados e as principais impressões sobre os dados, serão apresentadas as análises referentes à luz das considerações realizadas até agora. O primeiro item do capítulo gira em torno das dimensões analisadas e sua relação com as evidências mapeadas com os enquadramentos identificados. A segunda parte faz um olhar mais específico sobre as narrativas contidas nas notícias e sua relação com os enquadramentos. A terceira e a quarta parte se referem, respectivamente, aos enquadramentos à luz das evidências e a relação das evidências específicas de educação com os achados.

5.1 Dimensões da ciência e suas relações com os enquadramentos e evidências

Um olhar para as dimensões da ciência, já discutidas no capítulo 2, implicou na inserção de uma categorização dessa ordem das notícias coletadas. Além dos pontos já levantados, cabem aqui considerações sobre o campo científico de Bourdieu e as noções que embasam as dimensões utilizadas.

A primeira reflexão diz respeito à natureza do campo científico e ao esforço de Bourdieu em estabelecer as suas características específicas, evitando reducionismos decorrentes da ideia de que as leis externas seriam dominantes. Nesse sentido, é fundamental, aqui, o conceito criado pelo autor para definir o que ele chama de *illusio* e que diz respeito ao interesse e ao prazer por conhecer, aplicar e dominar as regras do jogo específico do campo. Para o autor, as regras da disputa científica atrelam a esse campo uma definição ancorada a uma “economia antieconômica e a concorrência regulada da qual ele é o lugar” (BOURDIEU, 2004, p. 31) e que deposita no capital simbólico do conhecimento o interesse sistemático da ciência e seus produtores.

Bourdieu vê um paradoxo à medida em que analisa que o campo científico produz as próprias tensões que o controlam e destroem (Bourdieu, 2004, p. 32). Essa visão alinha-se em

certa medida com a perspectiva das revoluções científicas de Kuhn (1962) no sentido de que a ciência não avançaria de forma contínua e sim por meio de episódios de "revoluções científicas", que aconteceriam quando certa teoria paradigmática e dominante é desafiada e eventualmente substituída (Kuhn, 1962), mas difere-se ao considerar essas lutas como uma característica intrínseca e constante do campo em vez uma tensão cumulativa. Bourdieu define, assim, que uma das especificidades do campo científico seria justamente a maneira como os seus componentes concordariam com os modelos vigentes e os fixariam como reais, realizando um trabalho de objetivação – logo, o que estaria em confronto seriam as representações socialmente construídas sobre os objetos pesquisados (Bourdieu, 2004, p. 33). Sendo essas validações impostas pelos sujeitos já inseridos no campo, os cientistas, ele desfrutaria de maior autonomia em relação ao mundo exterior.

A esse ponto, é fundamental trazer à tona uma consideração do autor: a participação em jornais e sociedades científicas poderiam ser, de certa forma, uma forma de compensação dos cientistas diante de uma posição de pouco valor dentro do campo científico. Um alinhamento mais recente a essa ideia é apresentado por Cesarino (2023), que destaca a maneira como a desinformação ocorrida na pandemia – tanto na esfera sanitária quanto política – contou com a participação de membros da academia que encontraram nas redes sociais um espaço para divulgar e defender trabalhos científicos com pouco ou nenhum reconhecimento entre pares; a autora usa como exemplo a maneira como *pre-prints* de artigos foram citados por seus autores, e disseminados em larga escala, como verdades antiestruturais que estariam sendo rechaçadas por colegas da área mais por disputas de interesse do que por qualidade científica (Cesarino, 2023, p. 183).

Não os cabe aqui averiguar se a visão da participação pública nos meios de comunicação é entendida por cientistas como uma validação externa de frustrações sofridas dentro do campo da ciência. Contudo, é preciso considerar essa possibilidade para refletir sobre o uso de evidências na cobertura de educação, envolvendo também a ideia de que as escolhas científicas são invariavelmente opções estratégicas (Hochman, 1994); logo, a pergunta adequada e coerente para a presente pesquisa seria: a ocorrência de evidências nos enquadramentos mapeados está relacionada com que tipo de dimensão científica?

Este prelúdio se faz necessário para especificar melhor a intencionalidade da coleta e demonstrar os elementos aos quais se pretende jogar luz nos resultados e nas análises. A ele, se soma a percepção investigatória de que a inserção dessa perspectiva trouxe uma criticidade agregadora a todo o processo de pesquisa; a reflexão sobre a dimensão dos enquadramentos e as evidências neles contidas foi importante na própria leitura e classificação da amostra, já

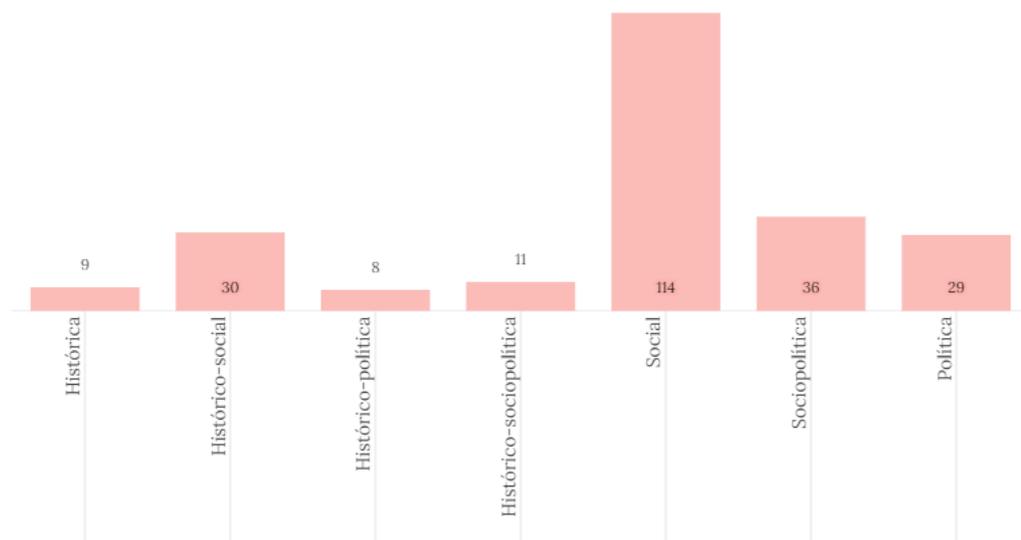
que acionou uma percepção ainda mais ampla sobre o conteúdo analisado. O tratamento dos dados também permitiu diferentes combinações e categorias de análise, que serão agora apresentadas para permitir o enfoque analítico necessário.

As perguntas utilizadas envolveram as três dimensões estabelecidas por Steiner (2010) a partir das reflexões de Bourdieu: (1) histórica, quando há contextualização do objeto ou tema dentro de um quadro amplo; (2) social, quando se relaciona às relações entre os sujeitos e com o sistema capitalista; e (3) política, quando se liga ao Estado. Foi atribuído o valor 0 para a ausência das dimensões e 1 para a sua ocorrência.

A primeira reflexão sobre essa categorização se assemelha ao que se observou nos enquadramentos: muitas notícias possuem mais de uma dimensão, o que levou à atribuição do valor 1 a mais de uma dimensão por conteúdo analisado. Assim, além das dimensões inicialmente propostas, foram identificadas combinações possíveis, as quais foram denominadas histórico-social, histórico-política, sociopolítica e histórico-sociopolítica, resultando em sete dimensões.

O número de ocorrências de cada dimensão está apresentado no gráfico abaixo.

Gráfico 25: Número de ocorrências das dimensões analisadas.



Fonte: Elaboração própria.

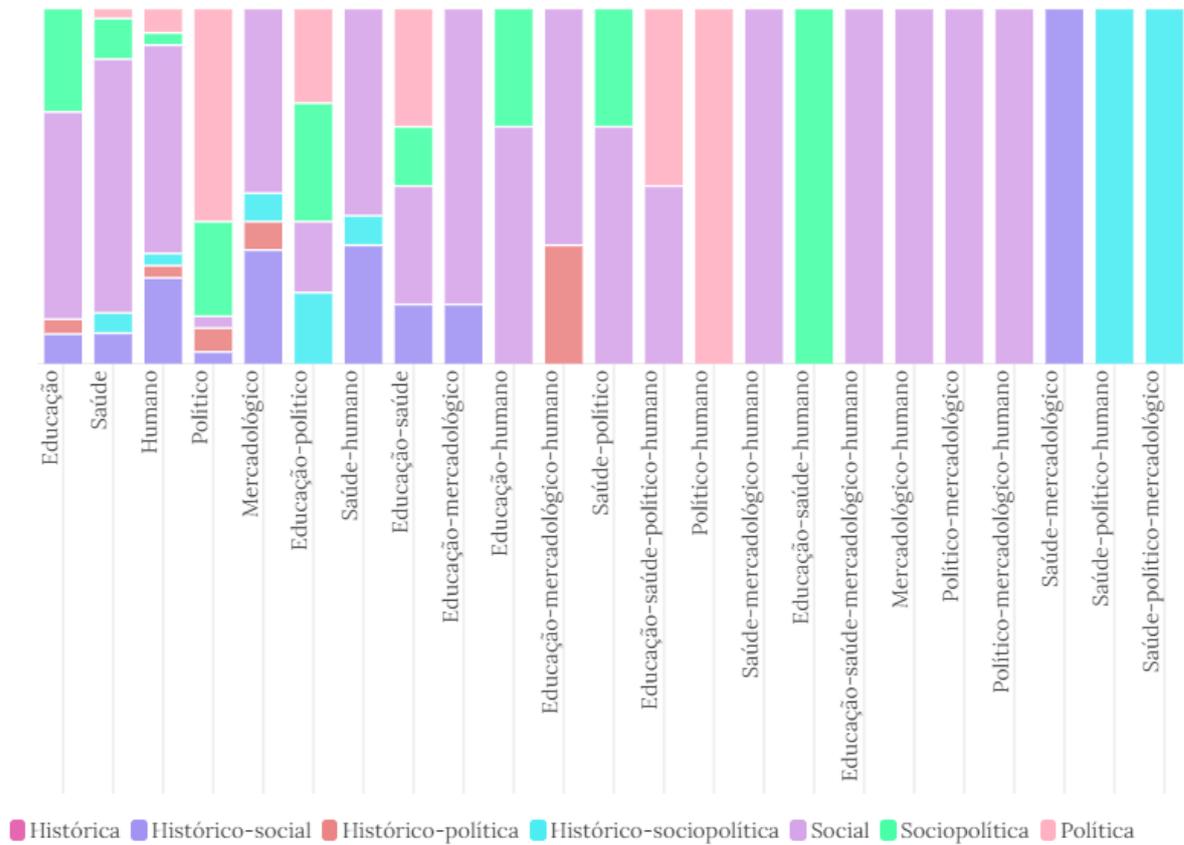
É significativa a predominância da dimensão social, que abrange 114 das 237 notícias analisadas. A sua presença também é marcada na segunda maior ocorrência, que resulta da combinação entre as dimensões social e política (sociopolítica), e na terceira, a histórico-social. A dimensão política aparece em quarto lugar, com 29

ocorrências. Histórico-sociopolítica, histórica e histórico-política ocupam as posições finais, respectivamente.

Uma possível análise sobre a concentração das dimensões no social poderia se ancorar justamente na natureza do jornalismo como uma produção desse campo, bem como a própria ciência. Logo, a convergência entre as dimensões e o alinhamento às suas próprias condições de produção seria esperada. A dimensão política também era antecipada devido ao contexto da amostra, que abrange dois anos eleitorais e o período pandêmico, em que a determinação sobre a abertura ou não das escolas era determinado em esfera institucional. A baixa presença da dimensão histórica pode ser lida tanto como uma lacuna do jornalismo em produzir análises mais abrangentes e contextualizadas, mas os valores indicam uma ocorrência significativa na combinação com as demais dimensões; assim, seria mais adequado sugerir que uma produção jornalística puramente histórica seria pouco indicada em um período de acontecimentos sociais e políticos de tamanho destaque quanto os que tomaram forma nos anos analisados.

Partindo para uma relação com os enquadramentos mapeados, observa-se a distribuição representada abaixo.

Gráfico 26: Dimensões por enquadramento.



Fonte: Elaboração própria.

Um primeiro ponto que pode ser destacado é que os últimos enquadramentos dispostos no gráfico ocorrem uma ou duas vezes, resultando numa esperada totalidade dimensional que, não surpreendentemente, também expressa a maior ocorrência da dimensão social. Também é esperado que o alinhamento entre a dimensão política e o enquadramento de mesmo nome se reflita nos dados.

Também vale atenção o fato de que o enquadramento humano é o único que apresenta a ocorrência de notícias de todas as dimensões. Esse comportamento pode ser explicado pela própria natureza da cobertura ligada à abordagem humana, que pode ser instituída em qualquer tipo de assunto, tema ou enfoque.

A prevalência da dimensão social e, em menor medida, da sociopolítica no enquadramento de saúde pode ser pensada, em primeira análise, na visada do contexto da pandemia, já que as dinâmicas entre sujeitos entre si e entre o sistema econômico foram latentes nas abordagens sobre contágio e comportamentos coletivos. Uma segunda instância cabível é a associação entre desenvolvimento socioemocional e questões ligadas à saúde mental; competências como resiliência e empatia estiveram e estão em destaque quando se fala do aumento dos índices de depressão, suicídio e até mesmo manifestações de violência nas escolas.

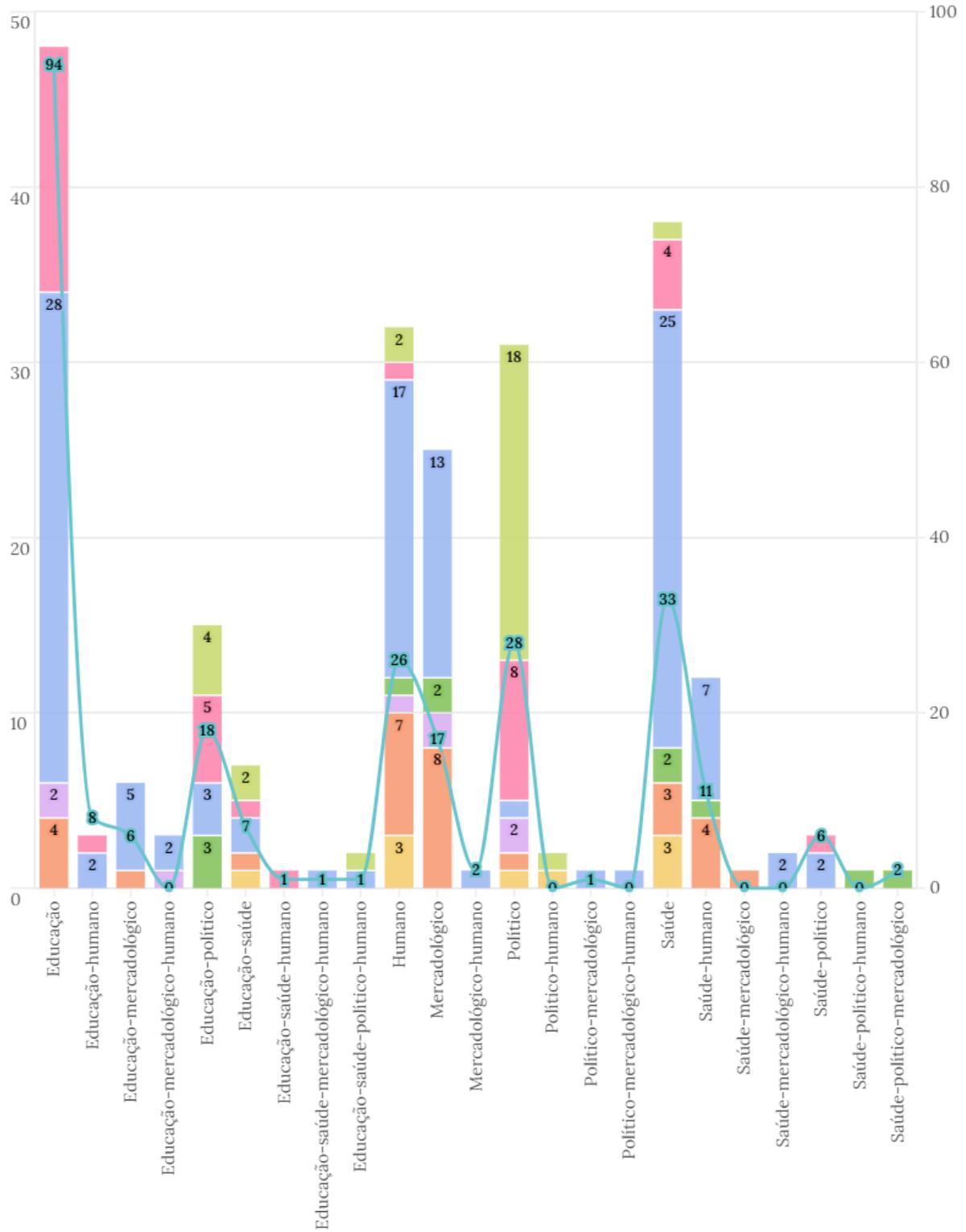
No que tange ao enquadramento mercadológico, observa-se uma predominância também esperada da dimensão social, já que envolve dinâmicas do sistema capitalista, mas há de se dar luz para a percepção de que é neste enquadramento que ocorre a maior concentração da dimensão histórico-social. O mergulho nestes conteúdos reflete uma tendência em crescimento ao longo dos anos na amostra: a construção de notícias que expressem dinâmicas do mercado de trabalho a partir do desenvolvimento socioemocional, bem como iniciativas afirmativas que promovam as competências entre minorias. Vale destacar que essa abordagem aparece bastante ligada à pandemia, que levantou debates sobre a necessidade de habilidades socioemocionais para lidar com o cenário de crise, mas que também está relacionada a um contexto mais amplo, como o cenário descrito por Byung-Chul Han em “Sociedade do cansaço”. Para o autor, as habilidades interpessoais e as características pessoais como resiliência e empatia (partes das competências socioemocionais) estão cada vez mais demandadas por um mercado de trabalho típico do neoliberalismo econômico (Han, 2019). Para o autor, o ideário neoliberalista atribui papéis e responsabilidades em grande medida ao indivíduo; logo, estaria a cargo do trabalhador desenvolver as competências necessárias para lidar com contextos sociais complexos e para as frustrações ligadas ao trabalho em si. A ideia de que as características pessoais dos trabalhadores estariam, agora, à serviço do capital e suas organizações (Han, 2019) se reflete nos achados da pesquisa na medida em que se correlaciona a natureza da dimensão social com os enquadramentos mercadológicos identificados.

No enquadramento de educação, há uma distribuição maior das dimensões, mas a maior concentração da social e sociopolítica também é evidente. Entendendo a educação também como um processo social, a correlação é esperada e instiga a análise com a consideração das evidências presentes.

Parte-se, assim, para a análise das três variáveis mapeadas na pesquisa: enquadramentos, evidências e dimensões.

Gráfico 27: Dimensões por enquadramento e número de evidências.

■ Total de enquadramentos com evidência
 ■ Histórica
 ■ Histórico-social
 ■ Histórico-política
 ■ Histórico-sociopolítica
 ■ Social
 ■ Sociopolítica
 ■ Política



Fonte: Elaboração própria.

O gráfico traz horizontalmente os enquadramentos mapeados, enquanto as colunas expressam a quantidade de dimensões contidas em cada um deles e a linha indica o número de evidências mapeadas.

A análise pode ser iniciada com a constatação de que, dos seis enquadramentos sem ocorrência de evidências, cinco estão ligados à dimensão social. A mesma relação é observada quando se coloca em jogo o enquadramento mercadológico, tanto único quanto como presença em mistos. Uma explicação possível é encontrada no próprio conteúdo das notícias: a abordagem sobre capacitação de profissionais em termos socioemocionais, bem como a exaltação da importância desse desenvolvimento para a obtenção de carreiras bem-sucedidas, versa mais sobre dicas de comportamento e tendências do mercado do que sobre fundamentações embasadas.

O viés mercadológico aborda as socioemocionais na ótica das *soft skills*, encarando-as como competências complementares às técnicas no ambiente de trabalho. Na área das Ciências Humanas, têm sido feitas extensas reflexões sobre como a lógica neoliberal de produtividade, eficiência e autonomia foram expandidas das instituições capitalistas para chegar aos seus colaboradores. Para se ter uma ideia, a busca no Google Acadêmico pelo termo “sociedade do cansaço”, em confluência à referência utilizada anteriormente, aponta mais de 76 mil resultados; o livro de Han, que colocou a terminologia em voga, tem quase 2 mil citações; a combinação entre “sociedade do cansaço” e “socioemocional” exhibe quase 4 mil materiais. Não se pretende aqui fixar uma crítica latente a essa abordagem, mas sim demonstrar que o debate científico, neste caso, pode estar mais distante da cobertura jornalística do que se pensa a uma primeira vista. Duas possibilidades de interpretação podem ser apresentadas. A primeira é relativa à novidade do tema, que surge com mais intensidade nos dois últimos anos analisados, e que poderia se relacionar com o comportamento analisado e problematizado a seguir sobre a temática socioemocional na esfera educacional – afinal, o tom de conhecimento e exploração do tema deu lugar a uma problematização somente anos depois das primeiras ocorrências; não cabe aqui estender a discussão, mas sim apontar uma possibilidade investigativa ancorada na intersecção entre o socioemocional e sua relação com o mundo do trabalho, extrapolando o campo da educação. Uma segunda leitura se refere ao papel das Humanas na produção da ciência e no seu reconhecimento social, numa realidade de desvalorização apresentada por Chizzotti (2015) e também já problematizada anteriormente.

Esse olhar também pode justificar a maior concentração da dimensão social nos enquadramentos de saúde. Este enquadramento possui o segundo maior número de evidências mapeado, sendo a maior parte na própria área da saúde. A concretude das evidências da área -

na qual são presentes números, estatísticas e outras métricas – poderia permear a troca de conhecimentos com mais materialidade do que aqueles produzidos pelas áreas de Humanas. A ciência produzida nessa área é pouco citada; os trabalhos em educação e psicologia produzidos sobre as competências socioemocionais não aparecem citados quando a ótica é voltada para o mercado. Tampouco se especifica o arcabouço teórico por trás do termo socioemocional – competências específicas, como as mencionadas empatia e resiliência, parecem ser o carro-chefe do debate, mas não aparecem contextualizadas nos modelos organizativos aos quais pertencem e que foram apresentados no capítulo 2.

No enquadramento de educação, 83 das 94 evidências mapeadas são de educação. Ou seja, o montante é quase equiparável à soma de todas as demais evidências encontradas nesse enquadramento. Existe uma inegável coerência nesta correlação, indicando uma apreensão significativa do jornalismo e seus profissionais em relação ao cenário do conhecimento em educação. Contudo, sendo este o cerne da pesquisa, as análises estarão dispostas adiante, em um tópico individual.

5.2 Narrativas e enquadramentos: reflexões possíveis

Iniciamos esse bloco ressaltando que as escolhas metodológicas realizadas e aplicadas não incluem uma etapa de análise de conteúdo ou práticas qualitativas sistemáticas, mas tampouco restringem a pesquisa de tecer considerações decorrentes da leitura e da interpretação cuidadosa das notícias coletadas. Tais reflexões são fruto da combinação da análise proposta com o mergulho empírico nos dados e serão explicitados aqui como forma de complementar o diálogo permitido pela pesquisa.

A leitura das notícias coletadas permitiu, de modo geral, identificar certos padrões de conteúdo. Nos anos de 2015 e 2016, boa parte das matérias abordam a temática socioemocional como um conceito novo, explicando seu conceito e aplicações práticas em exemplos bem-sucedidos. Um exemplo disso está na primeira notícia coletada na amostra: “A educação não cognitiva ganha espaço” é o título do texto, publicado em março de 2015 na *Folha*; o conteúdo indica não só o caráter explicativo contido nas informações apresentadas e no próprio tom de voz, mas também um jogo de palavras que atrai o leitor para conhecer uma possibilidade educacional encarada, no conteúdo, como uma espécie de novidade; a escolha das palavras “não cognitiva” traz a ideia do socioemocional como uma diferenciação daquilo que era praticado nas escolas até então, criando a conceitualização por meio da diferença com uma realidade já familiar à sociedade. É somente em 2019, também na *Folha*, que o termo “socioemocional”

aparece pela primeira no título de uma notícia; no *Estadão*, a primeira ocorrência se dá em 2020. Uma possível interpretação desse comportamento é a gradativa familiaridade dos leitores com o termo e com o conceito em si, já que a sua presença nos conteúdos editoriais já ocorria a um período considerável de dois e três anos, em cada veículo.

Tal consideração é feita à luz do quadro teórico apresentado sobre a temática, no capítulo 2. As discussões para criação e publicação da BNCC foram iniciadas em 2010, com a primeira versão do documento publicada em 2015; ou seja, este ano e seus subsequentes representaram a primeira vez em que a questão era abordada de forma oficial e institucional, assumindo uma esfera de importância que não pode ser desconsiderada no meio da educação. Reforça-se, assim, o dito alinhamento da cobertura jornalística com outras esferas da vida – a ciência contida na temática, nesse caso, surge tanto em publicações especializadas quanto nas fontes oficiais do governo, já que é incorporada em referenciais curriculares.

Os anos de 2017, 2018 e 2019 marcam a eminência e a concretização da implementação da Base nas escolas e, conseqüentemente, na realidade social de gestores educacionais, professores, estudantes e famílias. Tomando esse acontecimento como viés interpretativo, o que se observa na amostra coletada é um deslocamento do caráter informativo para uma dimensão mais crítica e abrangente. Surgem, nesse momento, as primeiras críticas à abordagem socioemocional e às novidades da BNCC como um todo – o que é expresso em notícias como “Mais inovação, mais desigualdade?”, publicada no *Estadão* e que problematiza o acesso desigual das escolas às transformações tidas como necessárias para a educação no século 21; e na notícia “Em ciências, base curricular é trágica’, avalia especialista de Stanford”, da *Folha*, cujo argumento transpõe a visão de um pesquisador internacional sobre o conhecimento cognitivo desenvolvido nas escolas. Paralelamente, emergem também pontos de vista que avaliam a situação numa ótica interpretativa mais positiva e de inovação, como a notícia “Finalmente, um ranking de Educação que olha para frente e para o futuro!”, do *Estadão*, que destaca a necessidade de avaliações educacionais que considerem as habilidades socioemocionais e não somente as cognitivas. Há ainda de destacar que se tornam mais frequentes também as notícias que fazem associações entre o desenvolvimento socioemocional e problemas diversos, como questões de saúde mental e problemas de violência e *bullying* nas escolas; uma leitura possível dessas abordagens é a maneira como a familiaridade com a temática começa a ser imbricado nas chaves interpretativas utilizadas para a produção de notícias e perceptível no significativo aumento do número de enquadramentos por ano.

No período entre 2020 e 2021, uma constante permeou praticamente todos os conteúdos coletados: a pandemia. A realidade global se reflete de maneira impactante na amostra, já que

uma leitura cuidadosa das notícias indica que absolutamente todos os conteúdos coletados em 2020 fazem menção à situação causada pela COVID-19; o contexto geral de apreensão, o fechamento das escolas e o ensino remoto, as preocupações com as situações e condições de trabalho (que incluem, mas não esgotam, a abordagem em relação aos professores) aparecem nas relações entre as considerações sobre possíveis perdas socioemocionais justamente no período em que esse tipo de desenvolvimento pareceria ser mais importante do que nunca. Em 2021, a totalidade da pandemia deixa de aparecer na amostra, mas idas e vindas sobre a reabertura e fechamentos das instituições de ensino geram uma cobertura educacional que se mescla com o aumento de narrativas de sobre histórias de vida e personagens vivenciando a situação deixada pelo “novo normal” estabelecido com a pandemia, o que se nota pelo aumento do enquadramento humano.

Olhando para o último ano da coleta, observa-se que as notícias de 2022 apresentam maior diversidade de abordagens - em 2021, foram identificados 17 tipos de enquadramento, num total de 60 notícias; em 2022, são 13 enquadramentos em 41 notícias. O conteúdo é permeado por discussões sobre o novo Ensino Médio, debates de natureza política ligados à disputa presencial entre os candidatos Jair Bolsonaro e Luís Inácio Lula da Silva, comportamentos do mercado de trabalho diante da necessidade já explícita de desenvolvimento socioemocional em suas relações, narrativas inspiradoras. A devastação causada pela pandemia surge mais como um plano de fundo do que está acontecendo do que efetivamente como uma protagonista de todos os aspectos da vida, como havia sido observado nos anos anteriores. Olhando novamente para os dados quantitativos, o número proporcionalmente maior de enquadramentos em 2022 poderia indicar uma própria necessidade de reinvenção da prática jornalística, escapando em certa medida da situação ligada estritamente à pandemia para atingir um contexto mais abrangente e conectado às diferenças esferas da sociedade. Novamente, cabe destacar o potencial social do jornalismo e da comunicação, que assume um papel coerente ao de uma sociedade que busca interpretar e produzir sentido num mundo dinâmico e complexo.

5.3 Enquadramentos: o que está acontecendo aqui?

Começamos essa análise com a retomada da escolha metodológica enraizada no pensamento de Goffman e suas decorrentes percepções dos enquadramentos como uma possibilidade de entender o que estaria acontecendo em uma determinada situação. A isto, soma-se o campo aberto para a consideração das formas pelas quais esses enquadramentos são produzidos e de que forma operariam os elementos que permitiram definir um acontecimento como uma situação real para, assim, narrá-la a partir uma interpretação específica.

A complexidade metodológica da identificação de enquadramentos está justamente em tentar descobrir quais são as possíveis abordagens para uma determinada temática ou fato, refletindo sobre a forma como contribuem para construções sociais que podem ser compartilhadas de modo compreensível. A multiplicidade de caminhos interpretativos é considerada pelo autor e destacada na discussão metodológica, mas os dados permitem observar isso de maneira mais prática: uma análise que considerava cinco enquadramentos principais (educação, saúde, político, mercadológico e humano) resultou na identificação concreta de 23 enquadramentos primários. A combinação entre os aspectos principais considerados na metodologia não só se mostrou viável, mas também demonstrou de forma considerável a maneira como os enquadramentos permitem a identificação de aspectos presentes na sociedade, ainda que não tenham sido visíveis a priori. Essa reflexão vai ao encontro do que destaca Vimieiro (2011, p. 15) ao afirmar que existem posições antagônicas compartilhadas por diferentes sociais e que, mesmo que não expressem seus pontos de vista explicitamente, existem em embates discursivos de ambientes de enquadramentos plurais.

Reforça-se, assim, que a ocorrência de múltiplos enquadramentos é frequente em toda a amostra e cresce com o passar dos anos, com seu ponto máximo em 2021. Considerando a premissa apresentada por Maia (2012) de que a ocorrência de enquadramentos variados é característica de ambientes democráticos, é considerável o seu crescimento em um período considerado como palco da “erosão das instituições” e crescimento da “percepção de crise” (MENDONÇA et al, 2023, p. 08) como o que foi analisado. É claro que se considera o recorte específico da amostra e não se pretende aqui assumir um otimismo incoerente com a crise democrática e comunicacional vigente (Dryzec et al, 2019), mas sim destacar também o papel do jornalismo em produzir novas abordagens sobre a pauta da educação. Reconhecendo esse cenário e seus riscos para direitos e práticas democráticas, como a própria liberdade de imprensa, é válido o reconhecimento do jornalismo, enquanto produto social, em seu caráter de resistência e autodefesa em meio à crise e à desinformação, num ponto de vista também defendido por autores como Figueiroa, Lapenda e Vizeu (2022). O crescimento do enquadramento humano (com pico em 2021) e a ocorrência de enquadramentos mistos mostram a exploração de caminhos possíveis para a cobertura de educação e uma possível adequação com interesses dos leitores e consumidores de notícias do contexto digital.

Ainda sobre a relevância da multiplicidade de enquadramentos encontrados, há se destacar a contribuição à democracia de maneira mais abrangente quando se pensa na comunicação como agente fundamental de informação da sociedade, uma condição fundamental para a participação na democracia e suas práticas dialógicas e deliberativas. A

presença de evidências de diversas áreas do conhecimento – e mesmo as duas esferas consideradas no âmbito da educação - pode ser interpretada não como uma fuga à divulgação da ciência em educação, mas também como um reflexo do mito do consenso acadêmico (Guivant, 2011) e a reverberação de conhecimentos distintos, que influenciam as formas de interpretação de um acontecimento e, conseqüentemente, produzem enquadramentos diversos.

Tal consideração é corroborada com a revisão de literatura realizada sobre a temática socioemocional apresentada no capítulo 2. A maior parte dos artigos levantados (83 de 214) são da área temática das Ciências Humanas, que englobam as produções do segmento da educação, e há um alinhamento entre a maior quantidade de evidências nesse enquadramento. O mesmo ocorre com o âmbito da saúde: sua posição como segundo maior número de enquadramentos e concentração de evidências coincide com os achados por área temática, que aparece logo após as Humanas, com 58 achados. O que se percebe, assim, é um significativo alinhamento entre a produção científica sobre a temática socioemocional e a ocorrência de enquadramentos e presença de evidências correlatas.

Para aprofundar mais nesse ponto, é válido resgatar o pensamento de Goffman sobre os enquadramentos e os desdobramentos realizados por Malin (2018) sobre sua obra. De acordo com a autora, o que geraria um determinado enquadramento seria a chave utilizada para transformar o acontecimento inicial; é nesta chave que estariam contidos os elementos que permitiriam a interpretação. Também estaria em jogo a fabricação, que tensionaria a vulnerabilidade de uma certa situação no esforço de gerar um enquadramento. Considerando a relação direta entre a produção de ciência, os enquadramentos identificados e as evidências neles contidas, uma leitura possível seria a influência da produção científica sobre a prática jornalística. Esta associação desponta como um primeiro indício para a confirmação da hipótese de pesquisa (1), centrada na presença da ciência em educação no mundo da social e na resultante cobertura jornalística da área.

O foco da pesquisa está centrado nos enquadramentos localizados e não nas suas condições de produção (*framings*), mas um olhar mais amplo é requerido quando se pensa no contexto jornalístico atual. Seguindo o pensamento de Malin, a chave precisaria conter elementos previamente construídos, que contribuam para o quadro interpretativo ao permitir a percepção e a consideração de aspectos de diferentes naturezas; esse movimento levaria à fabricação, à intencionalidade aplicada para a realização de um enquadramento. Logo, o sujeito que produz um enquadramento precisaria ter em vista as condições necessárias para acionar uma determinada chave e conduzir a fabricação. Ora, se a produção jornalística é de natureza inevitavelmente humana, é impossível dissociar esse aspecto da figura do jornalista e, portanto,

do seu papel na construção do cenário aqui investigado. Essa lógica poderia sugerir também uma relação entre a ampliação dos números de enquadramentos e evidências no segmento da educação com o envolvimento do jornalista com a ciência. Como foi dito, não nos cabe aqui adentrar nessa questão sem uma investigação específica, mas é uma consideração válida a partir dos dados encontrados, das imbricações metodológicas de Goffman e o cenário atual do jornalismo midiático, que tem como uma de suas características principais justamente o fenômeno conhecido como dialogia, verificado na intersecção da comunicação com outros sistemas, sendo influenciado por eles (Soster, 2012).

Um outro elemento que vale consideração em relação aos resultados obtidos é a perspectiva de Entman (1993) sobre o enquadramento enquanto um paradigma fraturado, que concatenaria diversos elementos da realidade. Essa natureza, descrita de forma teórica no capítulo 2, oferece uma leitura adequada à ocorrência de enquadramentos primários mistos e da presença de múltiplos enquadramentos secundários, terciários e quaternários. Faz sentido que esse aspecto fragmentado cresça ao longo de um tempo – como percebido pela maior pulverização de enquadramentos por ano – que também está em constante aceleração em termos sociais, políticos, globais e sociotécnicos, já que está em relação de indissociabilidade com o fluxo de aperfeiçoamento dos aparatos tecnológicos e das lógicas algorítmicas cada vez mais presentes no campo da comunicação (Cesarino, 2023).

Cabe destacar que tal consideração só foi possível graças ao recorte temporal estabelecido. Conforme apresentado nas considerações metodológicas, a decisão de iniciar a coleta em 2015 foi motivada a priori pela relação com a publicação da BNCC e sua evolução, mas o intervalo de oito anos de coleta foi fundamental em dois aspectos fundamentais. O primeiro deles, já pincelado, é a possibilidade de considerações mais ligadas ao contexto nacional do que a um elemento específico da educação, o que abriu caminhos analíticos como os que foram e serão apresentados. O segundo diz respeito ao período em si, que foi marcado por grandes acontecimentos e transformações, que serão melhor descritos a seguir.

Os anos de 2018 e 2022 representam tempos de eleições presenciais e estaduais, que suscitam debates significativos na esfera pública e, conseqüentemente, na produção jornalística; o englobamento de dois anos com esse acontecimento permitiu ainda uma ótica comparativa. Uma segmentação analítica na somatória geral destes anos mostra que *Folha* e *Estadão* apresentaram comportamentos distintos no enquadramento político – o pico acontece em 2022 e 2018, respectivamente. Na amostra completa, 2022 sai na frente, indicando uma maior ocorrência duas vezes superior aos elementos relacionados ao enquadramento político; na classificação dos enquadramentos, a diferença não é significativa, mas é interessante observar

as particularidades permitidas com as diferentes camadas de análise dos dados: a somatória expressa a quantidade de elementos ligados aos enquadramentos, enquanto a classificação e a nomenclatura atribuída aos enquadramentos primários se deve aos enquadramentos predominantes. Por isso, em situações atípicas, como a comparação entre os anos eleitorais, é válido acionar múltiplas instâncias para ter um olhar mais acurado e aprofundado. Esta análise também reforça o argumento paradigma fraturado acima destacado, já que os elementos pontuados geram os enquadramentos mistos, secundários, terciários e quaternários.

Finalmente, reforça-se a importância da escolha do método dedutivo de identificação de enquadramentos. Ao contrário do que se considerava a priori, os enquadramentos encontrados extrapolam numérica e tipicamente as possíveis expectativas de pesquisa – a combinação das cinco possibilidades inicialmente buscadas na produção de enquadramentos mistos geraram um número quase cinco vezes maior de tipos de enquadramentos primários do que o esperado, já que as 5 categorias iniciais se desdobraram em 23 enquadramentos. Há de se levantar a possibilidade de que a escolha de uma categoria de análise indutiva – como eram as demais opções – poderia ter engessado o mergulho no *corpus* da pesquisa e limitado as reflexões e o achados finais.

5.4 Enquadramentos e evidências em educação

Dos 23 enquadramentos mapeados, sete não possuem qualquer tipo de evidência no campo da educação: educação-mercadológico-humano, político-humano, político-mercadológico-humano, saúde-mercadológico, saúde-mercadológico-humano, saúde-político-humano e saúde-político-mercadológico não pontuam nem para o uso de fontes oficiais e especialistas e nem para membros da comunidade escolar enquanto fontes secundárias. É possível perceber que, deste sete, cinco estão ligados a questões mercadológicas como enquadramentos primários, o que reforça o comportamento já descrito anteriormente de que pautas com esse tipo de enquadramento tendem a apresentar um descolamento da produção científica. Também é possível afirmar que 30% dos enquadramentos da amostra não possui a ocorrência de evidências em educação. Quando se olha para as suas dimensões, vemos a ausência da sociopolítica e uma distribuição mais significativa da social, embora também apareçam em menor e idêntica quantidade a histórica, a histórico-social, a histórico-política e a histórico-sociopolítica.

Quando se efetua um recorte mais específico, na natureza das evidências, vemos que somente os sete enquadramentos listados pontuam zero para a presença de fontes oficiais e

especialistas. Contudo, quando se olha para a presença de membros da comunidade escolar como experts e fontes secundárias, o número de ausências cresce para 15. Ou seja, 65% dos enquadramentos mapeados não contam com evidências trazidas por educadores como detentores de conhecimento referencial na área, seja ele teórico ou empírico.

Aos listados, somam-se os enquadramentos de educação-saúde-humano, educação-saúde-mercadológico-humano, educação-saúde-político-humano, mercadológico, mercadológico-humano, político-mercadológico e saúde-político. As dimensões atribuídas a esses enquadramentos apontam para predominância da social e, em segundo lugar, a histórico-social. As demais aparecem em números pulverizados, que refletem poucos elementos de potencial analítico. Também vale apontar que, dos cinco enquadramentos inicialmente propostos, o mercadológico foi que apresentou a menor quantidade de evidências, sendo somente uma delas tendo sido mapeada. Sobre este dado, reforça-se o ponto de vista já exposto de que este tipo de cobertura estaria mais ligado às dinâmicas do capitalismo do que à ciência em si.

O que se percebe, assim, é que, por trás de um resultado positivo em relação ao uso de evidências na cobertura da temática socioemocional, está implícita uma lógica em que a ciência da área de educação é deixada em segundo plano em múltiplos enquadramentos e, mais do que isso, seus profissionais não são lidos como referências no assunto. Para entender melhor esse comportamento, é válido explorar um pouco mais os enquadramentos que possuem maior número de evidências em educação.

O segundo enquadramento com maior número de evidências em educação é o educação-político. Das 14 ocorrências de evidências, 12 são de fontes oficiais. Uma análise possível desse achado diz respeito ao viés político contido no uso de dados e na escuta de fontes oficiais ligadas à educação; declarações de secretários e ministros de educação, por exemplo, compõe os conteúdos das amostras coletadas nesse sentido. Pesquisadores de universidades e centros de pesquisa também aparecem, mas em menor medida do que os atores e dados de esferas institucionais. Esta mesma tendência pode ser aplicada ao enquadramento político, que aparece logo atrás no número de evidências.

Em empate com o enquadramento político, aparece o de saúde. Das 13 evidências em educação, 11 são de fontes oficiais ou especialistas. Em seguida, o humano, com 10 ocorrências de evidência e somente uma delas na categoria de educadores. Além disso, todos os enquadramentos possuem maior número de evidências da categoria oficial ou especialista – com a exceção já citada do de educação e com um número igual de ocorrências no educação-mercadológico (uma evidência de educação em cada natureza).

Entendemos que as evidências de fontes oficiais estejam presentes em maior quantidade nesse tipo de enquadramento, já que acabam trazendo contextos e fatores que são típicos dessa abordagem. No entanto, um olhar mais aprofundado na amostra e na ciência da área se faz necessário para entender o motivo dessa ocorrência em todos os demais enquadramentos.

A leitura das notícias coletadas permite entender que muitas das evidências ligadas a esse tipo de fonte estão atreladas a dados de avaliações da educação, bem como índices de estudos e levantamentos de instituições de pesquisa e órgãos governamentais, ou declarações e entrevistas que expliquem esses dados. Existe, em suma, uma tendência a utilizar evidências que suportem a história ou o argumento que está sendo defendido na notícia, ouvindo pouco ou nada as pessoas que estão no ambiente escolar.

Quando se olha para a pesquisa em educação, uma resposta possível parece estar no movimento da educação baseada por evidências, problematizado por diversos autores e sistematizado por Chizzotti (2015). Adentrando em sua perspectiva, vemos que o autor destaca que as pesquisas em educação se encontram em meio a um cenário de crises e descrenças, inclusive dentro do próprio meio, que colocam em jogo as práticas científicas da área. No Brasil, e em uma tendência praticamente mundial, a investigação científica em educação costuma se apoiar em metodologias qualitativas, que considerem tanto o conhecimento teórico do pesquisador quanto a realidade vivenciada nas escolas. No entanto, existe um movimento de crítica a esse tipo de pesquisa, centrado na ideia de que não atendem a um dito padrão de excelência da ciência – padrão este que está intimamente ligado às ciências naturais – e que é conhecimento como educação baseada em evidências (Chizzotti, 2015), já apresentado. Reforça-se que, para esse movimento, a produção na área da educação não traria evidências robustas o suficiente para embasar a tomada de decisão de gestores da educação e tampouco para pautar e nortear políticas públicas da área. Critica-se que o conhecimento produzido não carrega consigo um caráter cumulativo; as principais justificativas desse argumento seriam (a) a de que os estudos não utilizam práticas de revisão de literatura sistematizada o suficiente para reunir tudo o que já foi produzido, utilizando referências que poderiam enviesar o trabalho ao somente reforçarem o que está sendo defendido; quanto (b) pelo fato de que as próprias pesquisas não se juntam a esse conhecimento acumulado justamente por não terem o devido reconhecimento e excelência (Chizzotti, 2015).

O autor faz ainda uma avaliação deste tipo de padrão que está sendo cobrado das ciências humanas. Para ele, as práticas estariam ancoradas em uma lógica positivista e tradicional, que se baseia em revisões sistemáticas de literatura, estabelecimento de hipóteses claras e realização de testes e experimentações empíricas que validariam o modelo apresentado,

num movimento que se desenvolve sob a ideia do rigor científico para promover uma espécie de instrumentalização da ciência, e defenderiam a própria capacidade de nortear o que acontece no cenário prático da educação. Ainda que esse tipo de técnica não tenha ganhado força em todo o mundo, estaria em alta nos padrões anglo-saxônicos e contaria com o apoio de instituições de grande peso e influência, como a estadunidense OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico). Aos olhos de pesquisadores de outras áreas da ciência, este tipo de evidência poderia ter mais peso do que a produção qualitativa característica da área e adicionaria ainda a chancela de instituições mundialmente reconhecidas, já que estas dispõem da credibilidade atribuída ao padrão de excelência tão precioso ao campo científico.

Ao panorama apresentado pelo autor, somam-se aqui as considerações já tecidas sobre as características do campo científico e suas particularidades. Cruzando o pensamento de Chizzotti (2015) com o de Bourdieu (2004), poderia se considerar que os pesquisadores da área de educação estariam enfrentando uma disputa em relação ao capital simbólico ao não se encaixarem em indicadores de excelência que escapam das particularidades da área. Ou seja, as tensões vigentes no campo, para se reafirmarem como partes do padrão-ouro que defendem, atacam as práticas que não se adequam a elas e causam uma espécie de ruptura entre pares – afinal, as críticas apontadas não seriam provenientes somente de outras áreas da ciência, mas também de pessoas e grupos também ligados à educação.

Assim, o que estaria acontecendo poderia menos explicado pela lógica de Kuhn (1965) de que a ciência seria cumulativa ao ponto de causar revoluções e mudanças de paradigma do que pela visão de Bourdieu (2004), já que o autor se apoia na perspectiva de que as pulsões do campo o controlam ao mesmo tempo em que o destroem. Afinal, a desconfiança em relação às metodologias qualitativas da pesquisa em educação causaria o enfraquecimento do campo e, para o autor, esse movimento seria o suficiente para torná-lo mais heterônomo, mais submetido às lógicas externas. Olhando para os dados, podemos considerar que essa tendência está presente na forma como as fontes oficiais e especializadas de evidências são mais frequentes do que as trazidas pelos próprios profissionais nos enquadramentos que não são especificamente o de educação.

Contudo, é preciso ainda entender por que o enquadramento de educação apresenta um comportamento diferenciado. Ora, se uma possível descrença na ciência típica de educação começaria dentro da própria área, haveria de se pensar que o enquadramento específico também refletiria essa tendência na medida em que consideramos que os jornalistas ligados à cobertura de educação estariam em contato com as referências em conhecimento da área. Uma interpretação para esse cenário poderia estar ligada a um argumento também apresentado por

Chizzotti: da mesma maneira como a concepção instrumental-positivista da ciência em educação rechaça as pesquisas de outra natureza, os profissionais da educação e os produtores de ciência qualitativa veriam com desconfiança a premissa de uma educação baseada em evidências defendida por instituições e cientistas que não têm conhecimento empírico e tácito sobre a realidade escolar.

Assim, poderia se dizer que há uma certa disparidade entre as características do campo científico consideradas por Bourdieu e a ciência que é de fato produzida na área. Enquanto pesquisadores e educadores estariam em alinhamento sobre o valor das pesquisas qualitativas e que se baseiam na realidade escolar, o campo em si estaria em propensão de atribuir maior capital simbólico às evidências empírico-instrumentais trazidas por metodologias mais rigorosas e sistemáticas.

A esse ponto, é preciso retomar a primeira hipótese desta pesquisa, que se relaciona com a ideia de que a cobertura jornalística da educação englobaria a ciência da área, já que ambas estariam em uma mesma realidade social. À luz dos dados e das considerações estabelecidas, é possível afirmar que a hipótese não só se confirma como se extrapola da ótica da produção científica para refletir o campo científico em que se encontra. Afinal, o que se percebe que é os enquadramentos de educação mostram um alinhamento com a produção da área – a valorização do saber tácito e da natureza qualitativa da ciência de educação – enquanto os demais expressam as tensões do campo científico, geradas pela disputa entre a atribuição de capital simbólico a práticas específicas. Reitera-se, também, a perspectiva apresentada por Veneu, Amori e Massarani (2008) de que o jornalismo poderia apresentar baixa criticidade e atenção às controvérsias presentes na ciência.

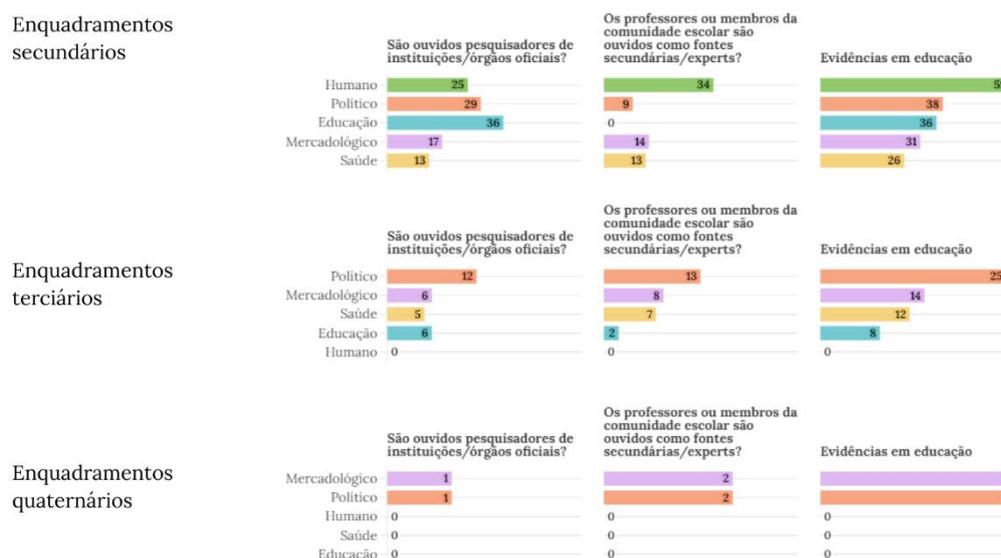
Para pensar nesse cenário sob a lógica de produção de jornalismo, é preciso recorrer ao conceito clássico de valor-notícia. Existem muitas definições de diferentes autores sobre o termo, mas utilizaremos aqui a notória apresentação de Wolf, que aponta os valores-notícia como “critérios de relevância difundidos ao longo de todo o processo de produção e estão presentes tanto na seleção das notícias como também permeiam os procedimentos posteriores” (WOLF, 2003, p. 202). Assim, para o autor, seriam esses critérios que definiriam se um fato tem ou não as características necessárias para se tornar uma notícia ou, como ele denomina, apontariam os “critérios de noticiabilidade” (WOLF, 2003, p. 195). Retoma-se, assim, a perspectiva de Entradas et al (2020), apresentada no capítulo 2, de que o destaque para certas evidências estaria, de certa forma, embutido na sua própria relação com a produção de notícias e seus elementos constituintes.

Para exemplificar a questão, pode-se destacar a notícia “As estratégias de Goiás no Ideb”, publicada em outubro de 2020 na *Folha*. Trazendo uma análise bastante detalhada do resultado positivo do estado de Goiás no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o conteúdo houve gestores estaduais, como governador e secretário de educação, mas não aparece a escuta aos educadores. Trata-se, assim, de uma cobertura sobre o panorama escolar do estado e seus resultados, mas que não considera os atores que de fato fizeram parte desta realidade. Logo, seria possível concluir que, da mesma maneira como as evidências instrumentais têm maior capital simbólico para os cientistas externos à área da educação, as evidências “oficiais” teriam também maior valor-notícia para o jornalismo não focalizado em educação.

Acrescentando-se ainda a análise das dimensões da ciência, é possível considerar novamente a ideia de que a dimensão social é a que prevalece na amostra. Dessa forma, uma possível leitura seria a de que as dinâmicas sociais também estariam mais influenciadas pela lógica instrumental-positivista do que pela natureza empírico-qualitativa presente na maior parte das produções da ciência em educação.

Esta confirmação também pode ser percebida quando se olha para os enquadramentos secundários, terciários e quaternários mapeados, cujos dados estão dispostos no gráfico abaixo.

Gráfico 28: Distribuição de evidências em educação nos enquadramentos secundários, terciários e quaternários.



Fonte: elaboração própria.

O que se percebe é que, quando as evidências de educação são somadas à cobertura por meio de um enquadramento não-primário, ocorrem com pouca ligação com os educadores e com o conhecimento que possuem. Essa tendência reforçaria a ideia de que as áreas externas à educação valorizariam mais as evidências instrumentais do que as qualitativas, expressando a forma como as tensões internas de uma área de pesquisa influenciam mais o campo científico do que a própria produção de conhecimento.

Por fim, as reflexões apresentadas permitem ainda confirmar a segunda hipótese de pesquisa estabelecida: a de que os profissionais de educação, ainda que disponham de formação especializada e amplo conhecimento tácito e empírico, são mais ouvidas como fontes primárias e testemunhais do que de fato como *experts*. A justificativa estaria na problematização já apresentada de que a análise das evidências e dos enquadramentos midiáticos permitiram não só compreender a relação com a ciência, mas também com toda a dinâmica do campo científico.

6. Considerações finais

Chegando ao final da pesquisa, é preciso explicitar que os dados e a metodologia proposta permitiram mais níveis analíticos do que foi inicialmente proposto. A amostra, com 234 notícias coletadas, garantiu um nível de mergulho e aprofundamento que não teria sido possível caso não tivesse sido feita em nível amostral, com quatro meses dos anos considerados em vez dos doze que significariam a sua totalidade.

No campo dos resultados, foram possíveis múltiplos recortes e combinações de resultados, o que foi fundamental para o quadro analítico apresentado. As sistematizações geraram os insumos necessários para as análises propostas, oferecendo os dados necessários para o atendimento dos objetivos propostos. Também se reforça aqui as possibilidades investigativas que foram percebidas ao longo da realização da pesquisa, como um enfoque mais específico da temática socioemocional em dinâmicas de mercado de trabalho e empregabilidade; há se de adicionar, ainda, a possibilidade de investigação de como esse viés poderia influenciar a educação em si na medida em que influenciaria a necessidade de uma formação que atendesse às demandas neoliberalistas do mundo do trabalho.

É válido ainda destacar que as dimensões da ciência, inseridas com base na perspectiva de Steiner (2010), se mostraram valiosas para uma interpretação mais crítica e profunda dos resultados obtidos. É ainda fundamental ressaltar que a diferenciação entre campo científico e ciência, embasados, respectivamente, pelas óticas de Bourdieu (2004) e Vogt (2012), se

mostrou um ponto crucial para a análise. O referencial teórico ancorado nas considerações de Bourdieu sobre o campo científico permitiram não só entender as dinâmicas gerais do campo quanto ainda abrir uma reflexão necessária sobre a objetividade e a subjetividade da ciência, que se desdobrou na discussão entre tipos de conhecimento – tácito/explicito e teórico/empírico -, que foram essenciais para a construção do questionário e sua subsequente aplicação e análise.

Entre os principais achados, destaca-se o de que 30% dos enquadramentos mapeados não conta com a presença de evidências em educação e que o índice sobe para 65% quando se olha para que são advindas de educadores e sujeitos da comunidade escolar. Também é preciso pontuar que, nos enquadramentos de educação, as evidências trazidas por educadores e membros da comunidade escolar somam 62% das ocorrências, enquanto, nos demais enquadramentos, observa-se que o percentual é de somente 17,5%.

Para um fechamento das considerações, é preciso retomar concepção de Vogt sobre as etapas da ciência e a ideia da espiral do conhecimento científico, apresentada no capítulo 2 como um dos elementos norteadores da pesquisa. A reflexão associada com as características bourdieusianas no campo científico permitiu identificar padrões que escapam à lógica da produção bruta de ciência, num caminho semelhante, em certa medida, ao que foi produzido pelo autor sobre o campo contábil (Vogt, 2021) ao considerar as lógicas que separam os campos do conhecimento em diferentes áreas. O que se percebeu, ao longo da pesquisa, foi justamente um desalinhamento entre a área de educação e as demais que compõe o campo científico, sinalizando tensões e pulsões que poderiam influenciar as dinâmicas sociais em diferentes medidas.

Não cabe aqui uma crítica ou avaliação da ciência em educação, mas sim à maneira como ela se relaciona com outras esferas da sociedade, em especial ao jornalismo e à comunicação. Nesse sentido, é cabível uma metacrítica à divulgação científica e seu papel na espiral idealizada por Vogt, na medida em que se pensa no papel da disseminação de conteúdos científicos e na explicitação de divergências que se passam no campo em que são produzidos. Quando se pensa nos atores que têm maior presença em cada um dos quadrantes da espiral, vemos a divulgação de ciência presente em todos eles, desde a produção a ciência até a sua disseminação para a sociedade, passando pelo ensino e formação de cientistas e o ensino para ciência. Estando a divulgação de ciência nesse local transversal, poderia ser atribuído a ela o papel de costurar os elementos necessários para que a sociedade e seus atores – entre os quais os jornalistas – possa ter uma visão completa e clara do que fato se passa no campo científico e em suas interfaces com os demais campos. No entanto, quando se olha para os resultados e

para as análises realizadas, percebe-se que esse nível de profundidade ainda não está presente no jornalismo, o que dificultaria ainda mais o acesso da sociedade a essas informações.

Existem ainda duas considerações necessárias sobre o papel que a divulgação científica desempenha socialmente. A primeira está relacionada diretamente à atuação dos profissionais da área, que costumam, por via de regra, atuar na divulgação de conhecimentos produzidos na ciência. Há de se pensar, assim, se esse trabalho estaria sendo feito para divulgar os estudos e seus resultados e em que medida estaria, de fato, tornando a ciência mais acessível para a sociedade.

A este ponto, é possível valer-se de uma problematização recorrente sobre a produção científica e que está ligada à maneira como processos e dispositivos de pesquisa estariam, de certa forma, ocultados da sociedade geral, num processo definido por Latour (1999) como *blackboxing* – haveria uma espécie de “caixa-preta” na produção científica, que tornaria seus procedimentos, etapas e limitações invisíveis para comunidades externas, mesmo que seus resultados e descobertas sejam publicamente conhecidos e aceitos. A partir disso, é possível pensar a maneira como a divulgação científica rompe ou corrobora esse comportamento. Quando olhamos para os resultados desta pesquisa e a inexistência da divulgação das tensões do campo da ciência de educação nas publicações jornalísticas correlatas, percebemos que essa tendência afeta não só a ciência quanto a sua própria divulgação, já que não são incluídos os “bastidores” da produção apresentada.

Por isso, a segunda consideração gira em torno da divulgação científica como um campo de produção de ciência em si mesma. Mais do que uma discussão epistemológica sobre essa atribuição, é preciso deslocar o debate para a forma como pesquisas acadêmicas na área têm potencial para influenciar e pautar o trabalho dos divulgadores de ciência. A realidade dessa área, assim como a da produção jornalística, envolve rotinas e procedimentos que podem ser considerados como desafios e entraves à sua atuação – ainda no paralelo entre a divulgação científica e o jornalismo, retomamos a forma como as evidências decorrentes de métodos empírico-instrumentais parecem ter maior valor-notícia do que os qualitativos. Estaria, assim, a divulgação científica em um local intermediário entre a produção de ciência e a necessidade de driblar lógicas de produção de notícias diante do capital simbólico atribuído aos conhecimentos que busca disseminar. A pesquisa na área poderia ter uma contribuição justamente nessa disputa, na medida em que identificaria tensões, lacunas e necessidades que podem ser utilizadas para aperfeiçoar a atuação dos profissionais da área. Afinal, seriam estes profissionais que conheceriam, de fato, todos os aspectos da ciência e sua produção; utilizando a ideia de Bourdieu (2004) de que todo campo social teria regras próprias que precisam ser

compreendidas e jogadas, poderia se pensar que a divulgação científica precisa dispor seu *illusio* para jogar em dupla função: a de identificar, problematizar e buscar soluções teóricas e práticas para a sua percepção e apropriação dos discursos monofônicos; e a de manejar as tensões existentes em outras áreas para conseguir cumprir seu papel na produção de discursos que sejam, de fato, polifônicos.

REFERÊNCIAS

ANADON, Simone Barreto; GARCIA, Maria Manuela Alves. Trabalho escolar e docente nos discursos oficiais na revista “Nova Escola”. *Cadernos de Educação*, n. 25, 2005. Disponível em: <https://revistas.ufpel.edu.br/index.php/educacao/article/view/6015>. Acesso em 10 nov. 2023.

ARDÈVOL-ABREU, Alberto. Framing countries in humanitarian crisis. A deductive content analysis of press news. *Estudios sobre el Mensaje Periodístico*, v. 20, n. 2, p. 705-722, 2015. Disponível em: <https://core.ac.uk/reader/38815080>. Acesso em 25 jun. 2023.

BEACCO, J-C.; CLAUDEL, C.; DOURY, M.; PETIT, G.; REBOUL-TOURÉ, S. Science in media and social discourse: new channels of communication, new linguistic forms. *Discourse Studies*, v. 4, n. 3, p. 277-300, 2002. Disponível em: https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/14614456020040030201?casa_token=jZJor9gcDgwAAAAA:JVr9ZQYDifRHRWraTc1OtNfuScen9KfKuCVR72xXr2M_JxZI5Pd3ymPr92KYWSsxT3WNv47upg_ELA. Acesso em 25 jun. 2023.

BELLUZO, Regina Célia Baptista. Competência em informação (CoInfo) e midiática: Inter-relação com a Agenda 2030 e os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) sob a ótica da educação contemporânea. *Pesquisa Brasileira em Ciência da Informação e Biblioteconomia*, v. 13, n. 2, 2018. Disponível em <https://periodicos.ufca.edu.br/ojs/index.php/folhaderosto/article/view/289/244>. Acesso em 25 jun. 2023.

BOURDIEU, Pierre. O campo científico. In: ORTIZ, Renato (Org.). *Pierre Bourdieu: sociologia*. São Paulo: Ática, 1983. p. 122-155.

BOURDIEU, Pierre. *Usos sociais da ciência*. Unesp, 2004.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em 25 jun. 2023.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, LDB. 9394/1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em 25 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em 25 jun. 2023.

CAETANO, Maria Raquel. A BASE NACIONAL COMUM CURRICULAR E OS SUJEITOS QUE DIRECIONAM A POLÍTICA EDUCACIONAL BRASILEIRA. *Contrapontos*, v. 19, n. 2, p. 132–141, 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1984-71142019000200132&script=sci_arttext. Acesso em 25 jun. 2023.

CANTALICE SENA, Anne Karoline; ALVES ALBINO, Ângela Cristina; DA SILVA RODRIGUES, Ana Cláudia. REDES POLÍTICAS QUE INFLUENCIARAM A ELABORAÇÃO DA BNCC PARA O ENSINO MÉDIO: naturalização da filantropia e

mercantilização do ensino público. **Revista Espaço do Currículo**, v. 14, n. 1, 2021. Disponível em: <https://web.p.ebscohost.com/ehost/detail/detail?vid=0&sid=c56ca29d-a173-40f6-b9a2-cee366e79a25%40redis&bdata=Jmxhbmc9cHQtYnImc2l0ZT1laG9zdC1saXZl#db=asn&AN=151361184>. Acesso em 25 jun. 2023.

CARIELLO, Lisia. A disputa por hegemonia na educação brasileira: o movimento pela base nacional comum. **SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA: HISTÓRIA E O FUTURO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL**, v. 30, p. 1-16, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/resources/anais/8/1564583858_ARQUIVO_Trabalhocompleto.pdf. Acesso em 25 jun. 2023.

CARVALHO, Maria do Carmo Brant. O Lugar da educação integral na política social. **Cadernos Cenpec | Nova série**, v. 1, n. 2, 2006. Disponível em: <https://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/166>. Acesso em 25 jun. 2023.

CARVALHO, Anabela; CABECINHAS, Rosa. "Comunicação da ciência: perspectivas e desafios". **Comunicação e Sociedade** 6 (2004): 5-10. Disponível em: <https://revistacomsoc.pt/article/view/1016>. Acesso em 25 jun. 2023.

CASEL. **What Is the CASEL Framework?** CASEL. Disponível em: <<https://casel.org/fundamentals-of-sel/what-is-the-casel-framework/#the-casel-5>>. Acesso em: 25 Jul. 2023.

CEALE. **Jornal Letra A**. 2023. Disponível em: <https://www.ceale.fae.ufmg.br/pages/view/jornal-letra-a-1.html>.

CESARINO, Leticia. **O mundo do avesso: Verdade e política na era digital**. Ubu Editora, 2022.

CHARNIZON, Ana et al. **A modelagem de leitores e de leituras no discurso midiático da revista Nova Escola**. 2008.

CHIZZOTTI, Antonio. **A pesquisa educacional e o movimento" pesquisas científicas baseadas em evidências"**. *Práxis Educativa*, v. 10, n. 2, p. 329-342, 2015. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1809-43092015000200329&script=sci_abstract. Acesso em: 25 Jul. 2023.

DURANT, Darrin. Accounting for expertise: Wynne and the autonomy of the lay public actor. *Public understanding of science*, v. 17, n. 1, p. 5-20, 2008. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0963662506076138>. Acesso em 25 jun. 2023.

DE ARRUDA, Robson Lima. O negacionismo como artefato da pós-verdade: Bolsonaro, a pandemia e a educação. *Boletim de Conjuntura (BOCA)*, v. 5, n. 15, p. 81-93, 2021. Disponível em: <http://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/259>. Acesso em 10 nov. 2023.

DEVECHI, Catia Piccolo Viero; TREVISAN, Amarildo Luiz; CENCI, Ângelo Vitório. A abordagem da educação baseada em evidências científicas na formação de professores: recuo da prática. **Revista Brasileira de Educação**, v. 27, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbedu/a/VTGzrWng7wggRwFxDdV9nJc/?lang=pt>. Acesso em 25 jun. 2023.

DRYZEK, John S.; NIEMEYER, Simon. **Deliberative democracy and climate governance**. *Nature human behaviour*, v. 3, n. 5, p. 411-413, 2019. Disponível em: <https://www.nature.com/articles/s41562-019-0591-9>. Acesso em 10 nov. 2023.

DUNWOODY, Sharon. The Influence of Weight-of-Evidence Strategies on Audience Perceptions of (Un)Certainty When Media Cover Contested Science. **Public Understanding of Science**, 25 (8): 976–991. 2016. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0963662515615087?journalCode=pusa>. Acesso em 25 jun. 2023.

ENTMAN, Robert M. Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of communication*, v. 43, n. 4, p. 51-58, 1993. Disponível em: https://www.academia.edu/download/33549924/entman_Framing.pdf. Acesso em 25 jun. 2023.

ENTRADAS, Marta et al. Public communication by research institutes compared across countries and sciences: Building capacity for engagement or competing for visibility?. **PloS one**, v. 15, n. 7, p. e0235191, 2020. Disponível em: <https://journals.plos.org/plosone/article?id=10.1371/journal.pone.0235191>. Acesso em 25 jun. 2023.

FABRINO MENDONÇA, Ricardo et al. Fake News e o Repertório Contemporâneo de Ação Política. *Dados-Revista de Ciências Sociais*, v. 66, n. 2, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/M47Czv8v8HzwQ6DKjBqJvjg/>. Acesso em 10 nov. 2023.

FIGUEIROA, Juliana Ângela LAPENDA; VIZEU, Alfredo. O jornalismo sob ataque da desinformação no cenário político: o potencial de autodefesa. Disponível em: <https://portalintercom.org.br/anais/nacional2022/resumo/0720202215214962d847bdde38c.pdf>. Acesso em 10 nov. 2023.

GADOTTI, Moacir. **Educação integral no Brasil: inovações em processo**. São Paulo: Paulo Freire, 2009. Disponível em: <https://www.acervo.paulofreire.org/handle/7891/3079>. Acesso em 25 jun. 2023.

GIORDANI, Rubia Carla Formighieri et al. **A ciência entre a infodemia e outras narrativas da pós-verdade: desafios em tempos de pandemia**. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 26, p. 2863-2872, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/csc/a/MWfcvZ797BYyNSJBQTPNP8K/?lang=pt>. Acesso em 10 nov. 2023.

GITLIN, Todd. **The whole world is watching: Mass media in the making and unmaking of the new left**. Univ of California Press, 2003.

GAMSON, W.; MODIGLIANI, A. Media discourse and public opinion on nuclear power: a constructionist approach. **American Journal of Sociology**, v. 95, p. 1–37, 1989. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/2780405>. Acesso em 25 jun. 2023.

GOFFMAN, E. **Frame analysis: an essay on the organization of experience**. Cambridge: Harvard University Press, 1974.

GUIVANT, Julia S.; MACNAGHTEN, Philip. O mito do consenso: uma perspectiva comparativa sobre governança tecnológica. **Ambiente & Sociedade**, v. 14, p. 89-104, 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/f5LRrB8W6pjJLVVw36WvwM/?lang=pt>. Acesso em 17 set. de 2023.

HAAS, Tanni. **The pursuit of public journalism: theory, practice, and criticism**. New York, London: Routledge, 2007.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do cansaço**. Editora Vozes Limitada, 2015.

HERCULANO-HOUZEL, S. Suzana Herculano-Houzel – Ciência para todos. Youtube, 25/08/2016. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=IYUQ7VHUGvo>. Acesso em 17 set. de 2023.

HOCHMAN, Gilberto. A ciência entre a comunidade e o mercado: leituras de Kuhn, Bourdieu, Latour e Knorr-Cetina. *Filosofia, história e sociologia das ciências*, v. 1, p. 199-231, 1994. Disponível em: <https://www.academia.edu/download/30857186/portocarrero-9788575414095-10.pdf>. Acesso em 10 nov. 2023.

JEDUCA. **A associação**. 2023. Disponível em: <https://jeduca.org.br/a-associacao>. Acesso em 10 nov. 2023.

KOPNIN, Pável Vassilyevitch. **A dialética como lógica e teoria do conhecimento**. Rio de Janeiro, RJ: Civilização Brasileira, 1978.

KUHN, Thomas S. **The structure of scientific revolutions**. The University of Chicago Press, v. 2, p. 90, 1962.

LAGE, Nilson. Teoria e técnica de reportagem, entrevista e pesquisa jornalística. Disponível em: <https://nilsonlage.com.br/wp-content/uploads/2017/10/A-reportagem.pdf>. Acesso em 10 nov. 2023.

LIMA, M. A. A.; CARDOSO FILHO, J. Jornalismo, Democracia e Educação: algumas reflexões sobre Jornalismo Cívico. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 35, n. 2, p. 39-60, jul/dez 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/interc/a/nsncs7F4YchC9qv6ZwQvrDb/?lang=pt>. Acesso em 17 set. de 2023.

LISBOA, Silvia Saraiva de Macedo; BENETTI, Marcia. O jornalismo como crença verdadeira justificada. **Brazilian Journalism Research. Brasília, DF. Vol. 11, n. 2 (2015), p. 10-29**, 2015. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/254044>. Acesso em 25 jun. 2023.

MAIA, Rousiley. Debates públicos na mídia: enquadramentos e troca pública de razões. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília (UNB), p. 303-340, 2009.

MALIN, Virpi Orvokki. “What is it that is going on here?” Goffman’s Frame Analysis and critically oriented studies. In: *Academy of Management Proceedings*. Briarcliff Manor, NY 10510: Academy of Management, 2018. p. 16110. Disponível em: <https://journals.aom.org/doi/abs/10.5465/AMBPP.2018.16110abstract>. Acesso em 10 nov. 2023.

MARCON, Telmo; DOURADO, Ivan Penteadó; BORDIGNON, Luciane Spanhol. A escola como espaço socializador: uma crítica aos limites do homeschooling. *Revista Espaço Pedagógico*, v. 29, n. 3, p. 793-816, 2022. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rep/article/view/14302>. Acesso em 10 nov. 2023.

MARTINS, José de Souza. O senso comum e a vida cotidiana. *Tempo social*, v. 10, p. 01-08, 1998. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ts/a/Nqwc7ZBzTyrrXHnHhKmlLzZL/?lang=pt>. Acesso em 10 nov. 2023.

MASSARANI, LUISA ; BUYS, BRUNO; AMORIM, LUIS HENRIQUE; *et al.* **Growing, but foreign source dependent: Science coverage in Latin America**. New York: Routledge, 2008. Disponível em: <<https://www.taylorfrancis.com/chapters/edit/10.4324/9780203942314-12/growing-foreign-source-dependent-science-coverage-latin-america-luisa-massarani-bruno-buys-luis-henrique-amorim-fernanda>>. Acesso em 25 jun. 2023.

MATTHES, J.; KOHRING, M. The content analysis of media frames: Toward improving reliability and validity. *Journal of Communication*, v. 58, n. 2, p. 258–279, 2008. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1460-2466.2008.00384.x>. Acesso em 25 jun. 2023.

MAURÍCIO, L. V. Escritos, representações e pressupostos da escola pública de horário integral. **Revista em Aberto**, v. 22, n. 80, p. 15-31, abr. 2009. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/2416/2155>. Acesso em 25 jun. 2023.

MEIRA, Júlio Cesar. Limites dos sistemas liberais frente ao crescimento de lideranças políticas extremistas no início do século XXI. *Dimensões: Revista de História da Ufes*, n. 48, p. 52-66, 2022. Disponível em: <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=8635539>. Acesso em 25 nov. 2023.

MELO, Fernanda Shelda de Andrade. Jornalismo de Dados Integrado à Educação: Um estudo de caso do portal G1. **Anais do XV Colóquio Internacional Educação e Contemporaneidade**, 2021. Disponível em: <https://ri.ufs.br/handle/riufs/16585>. Acesso em 25 jun. 2023.

MILLER, Jon D. Public understanding of science and technology in the Internet era. **Public Understanding of Science**, v. 31, n. 3, p. 266–272, 2022. Disponível em:

<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/09636625211073485?journalCode=pusa>. Acesso em 25 jun. 2023.

MORENO, Fernanda Passini; LEITE, Fernando César Lima; ARELLANO, Miguel Ángel Márdero. Acesso livre a publicações e repositórios digitais em ciência da informação no Brasil. **Perspectivas em Ciência da Informação**, v. 11, n. 1, p. 82–94, 2006. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pci/a/QJgD5hhMHmjRKzd5K8JmkCg/?lang=pt#>. Acesso em 25 jun. 2023.

MOTTA-ROTH, Désirée; SCHERER, Anelise Scotti. Expansão e contração dialógica na mídia: intertextualidade entre ciência, educação e jornalismo. **DELTA: Documentação de Estudos em Linguística Teórica e Aplicada**, v. 28, p. 639-672, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/delta/a/jtwzRpMb7Rg76Nxbwd5FfRh/?lang=pt>. Acesso em 25 jun. 2023.

NONAKA, Ikujiro; TOYAMA, Ryoko; KONNO, Noboru. SECI, Ba and leadership: a unified model of dynamic knowledge creation. **Long range planning**, v. 33, n. 1, p. 5-34, 2000. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S0024630199001156>. Acesso em 15 nov. 2023.

NOVA ESCOLA. **Quem somos**. 2023. Disponível em: <https://novaescola.org.br/quem-somos>. Acesso em 15 nov. 2023.

PARO, Vitor Henrique. Educação integral em tempo integral: uma concepção de educação para a modernidade. **Educação integral em tempo integral: estudos e experiências em processo.**, 2009. Disponível em: <https://www.vitorparo.com.br/wp-content/uploads/2019/10/Educacao-integral-em-tempo-integral.pdf>. Acesso em 25 jun. 2023.

PENA, A.; ALVES, G.; PRIMI, R. Habilidades socioemocionais na educação atual. Boletim Técnico do Senac, v. 46, n. 2, 28 ago. 2020. Disponível em: <https://senacbts.emnuvens.com.br/bts/article/view/830>. Acesso em 25 jun. 2023.

PESTANA, Simone Freire Paes. Afinal, o que é educação integral. **Revista Contemporânea de Educação**, v. 9, n. 17, p. 24-41, 2014. Disponível em: <https://portalidea.com.br/cursos/aperfeioamento-em-educao-em-tempo-integral-apostila04.pdf>. Acesso em 25 jun. 2023.

RATIER, Rodrigo Pelegrini. **Jornalismo e Jornalistas de Educação no Brasil: um olhar multifocal sobre história, estrutura, agentes e sentidos**. 2015. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo. Disponível em: https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/48/48134/tde-19102016-151406/publico/RODRIGO_PELLEGRINI_RATIER.pdf. Acesso em 25 jun. 2023.

RATIER, Rodrigo Pelegrini. Jornalistas de educação: tipologia das retóricas profissionais. In: **17º Encontro da SBPJor**. 2019. Disponível em: <https://sbpjor.org.br/congresso/index.php/sbpjor/sbpjor2019/paper/view/1975>. Acesso em 25 jun. 2023.

RIGHETTI, Sabine. Avaliar para comparar: Os rankings britânico e chinês no Ensino Superior global. **Repensar a universidade: desempenho acadêmico e comparações internacionais**. São Paulo: Com-Arte, p. 45-61, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Justin-Axel-Berg/publication/326911544_Repensar_a_universidade_desempenho_academico_e_comparacoes_internacionais/links/5beb3f7192851c6b27bd0544/Repensar-a-universidade-desempenho-academico-e-comparacoes-internacionais.pdf#page=45. Acesso em 25 jun. 2023.

SETTE, Catarina P.; BRANDÃO, Thaís B. A importância de organizar as competências socioemocionais. **Competências socioemocionais: a importância do desenvolvimento e monitoramento para a educação integral**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/app/uploads/2022/11/instituto-ayrton-senna-avaliacao-socioemocional.pdf>. Acesso em 25 jun. 2023.

SEMETKO, Ha; VALKENBURG, Pm. Framing European politics: a content analysis of press and television news. **Journal of Communication**, v. 50, n. 2, p. 93–109, 2006. Disponível em: <https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1111/j.1460-2466.2000.tb02843.x>. Acesso em 25 jun. 2023.

SOSTER, Demétrio de Azeredo. Sistemas, complexidades e dialogias: narrativas jornalísticas reconfiguradas. In: PICCININ, Fabiana; SOSTER, Demétrio de Azeredo (Orgs.). *Narrativas comunicacionais complexificadas*. Santa Cruz do Sul: Edunisc, 2012. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/rizoma/article/view/6254/4242>.

STEINER, Philippe. A tradição francesa de crítica sociológica à Economia Política. *Política e sociedade*, v. 8, n. 15, p. 13-46, 2009. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/3dc9/62488a0b624871d5ecb63bfd548f44a8a3b0.pdf>. Acesso em 10 nov. 2023.

TEIXEIRA, Karen C.; MARTINEZ, Victoria. Modelo organizativo socioemocional do Instituto Ayrton Senna. **Competências socioemocionais: a importância do desenvolvimento e monitoramento para a educação integral**. São Paulo, 2021. Disponível em: <https://institutoayrtonsenna.org.br/app/uploads/2022/11/instituto-ayrton-senna-avaliacao-socioemocional.pdf>. Acesso em 25 jun. 2023.

UNESCO. Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil. 2023. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em 25 jun. 2023.

VIMIEIRO, Ana Carolina Soares Costa. (2010), **Cultura pública e aprendizado social: a trajetória dos enquadramentos sobre a temática da deficiência na imprensa brasileira (1960-2008)**. Belo Horizonte, dissertação de mestrado, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Minas Gerais. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/FAFI-8TXKLV/1/dissertacao_anacarolina_vimieiro.pdf. Acesso em 25 jun. 2023.

VENEU, Fernanda; AMORIM, Luis Henrique; MASSARANI, Luisa. **Science journalism in Latin America: how the scientific information from a scientific source is accommodated when**

it is transformed into a journalistic story. *Journal of Science communication*, v. 7, n. 01, p. A03, 2008.

VERHOEVEN, Jef; HELLE, Horst Jürgen; EISENSTADT, S. N. **Goffman's frame analysis and modern micro-sociological paradigms**. 1985. Disponível em: <https://lirias.kuleuven.be/1872440?limo=0>. Acesso em 25 jun. 2023

VLIEGENTHART, Rens; VAN ZONEN, Liesbet. Power to the frame: Bringing sociology back to frame analysis. **European Journal of Communication**, v. 26, n. 2, p. 101–115, 2011. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0267323111404838>. Acesso em 25 jun. 2023

VOGT, Carlos. The spiral of scientific culture and cultural well-being: Brazil and IberoAmerica. **Public Understanding of Science**, v. 21, n.1, p.1-13, 2012. Disponível em: <https://doi.org/10.1177/0963662511420410>. Acesso em 25 jun. 2023.

VOGT, C; MORALES, A. P. Espiral, Cultura, e Cultura Científica. **ComCiência: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico: Dossiê Ritmos do Conhecimento**, Labjor, set de 2017. Disponível em: <http://www.comciencia.br/espisal-cultura-e-cultura-cientifica/>. Acesso em 25 jun. 2023.

VOGT, C., Castelfranchi, Y. & Righetti, S. (2012). Building a Science News Media Barometer — SAPO. **The Culture of Science. How the Public Relates to Science Across the Globe** (pp. 400–417). New York, U.S.A.: Routledge. New York, U.S.A.: Routledge.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 2003.

WYNNE, Brian. Elefantes nas salas” onde os públicos encontram a “ciência”?: Uma resposta a Darrin Durant, “Refletindo sobre a expertise: Wynne e a autonomia do público leigo. **Antropolítica-Revista Contemporânea de Antropologia**, n. 36, 2014. Disponível em: <https://periodicos.uff.br/antropolitica/article/view/41577/23672>. Acesso em 25 jun. 2023.

